



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 42

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 21 de outubro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Deputado José Gabriel Eduardo*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação a João de Melo pela conquista do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e a Sra. Deputada Célia Pereira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pela comemoração dos 100 anos da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e usado da palavra os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação ao 1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação ao Judo Clube de São Jorge pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Juvenis e Cadetes e no Campeonato Regional de Juniores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e usado da palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Silveira (*PSD*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário do Clube Asas do Atlântico**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação ao Clube Asas do Atlântico – 75.º aniversário**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo pela passagem dos 100 anos de existência**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação ao grupo Fadoalado pela vitória no Got Talent Portugal 2021](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação aos alunos da Escola de Novas Tecnologias dos Açores medalhados no Concurso Nacional de Profissões](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação a André Cunha, vencedor do Prémio Eusébio](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação aos alunos Jorge Nascimento Cabral e José Salgado do Colégio do Castanheiro pelo segundo lugar em concurso nacional](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação a Ana Margarida Filipe pela presença nos Paralímpicos e a conquista de um diploma olímpico](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Saudação à atleta Ana Margarida Filipe pelas conquistas obtidas nos Jogos Paralímpicos de Verão de 2020](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar

do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Saudação aos nadadores Terceirenses Jacinto Costa e Luís Carrola pela travessia a nado entre a ilha de São Jorge e a ilha Terceira**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*) e Paulo Gomes (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Saudação a Marco Peixoto e à sua tripulação da embarcação Flicka, pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021, na classe B**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Saudação ao Angra Iate Clube pela organização do Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Rodolfo Franca (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Protesto pelo processo de despedimento coletivo na Altice Portugal**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*), o referido voto foi aprovado por maioria.

Prosseguiu-se com a [**Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º**](#)

78/XII – “Proposta de redução de IMI para freguesias dos Açores que apresentem diminuição de população”, tendo usado da palavra para o efeito o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*).

De seguida, a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) procedeu à apresentação do relatório da Petição n.º 9/XII – “Manifesto açoriano – Pelos direitos fundamentais”, apresentada por Pedro de Mendoza y Arruda Oliveira Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Tiago Lopes (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Lima (*BE*).

Seguiu-se a discussão do Relatório e parecer sobre o pedido de autorização para prestação de declarações, na qualidade de testemunhas, dos Senhores Deputados Vasco Ilídio Alves Cordeiro e Tiago Alexandre dos Santos Lopes, no âmbito do Processo de Inquérito da Inspeção Regional de Saúde, tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Submetido à votação, o relatório foi rejeitado.

Dando seguimento à agenda, o Sr. Vice-Presidente do Governo dos Açores (*Artur Lima*) justificou o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)”**, apresentada pelo Governo Regional.

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Assim, prosseguiu-se com o debate conjunto dos seguintes diplomas:

– Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Sexta alteração ao DLR n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, alterado pelo DLR n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, pelo DLR n.º 2/2013/A, de 22 de abril, pelo DLR n.º 1/2016/A, de

8 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro e pelo DLR n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio - Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos COMPAMID”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), José Pacheco (*CH*), Ana Quental (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Independente*), Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*).

Usaram da palavra para um protesto e um contraprotesto, respetivamente, o Sr. Deputado António Lima e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado;

– Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)”, apresentada pelo Governo Regional.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), José Pacheco (*CH*), Ana Quental (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Independente*) e Andreia Cardoso (*PS*).

Usaram da palavra para um protesto e um contraprotesto, respetivamente, o Sr. Deputado António Lima e o Sr. Vice-Presidente do Governo dos Açores (*Artur Lima*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de

Resolução n.º 75/XII – “Recomenda ao Governo a criação de um Núcleo Museológico da Indústria Açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções”, apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, bem como o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 79/XII – “Recomenda ao Governo a proteção e reconversão do património da SINAGA”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, foram retirados pelos proponentes. Usaram da palavra para o efeito os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*). Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Regime excecional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A justificação coube ao Sr. Deputado Berto Messias, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por maioria.

Assim, avançou-se para o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Regime excecional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A iniciativa foi apresentada pelo Sr. Deputado Berto Messias, tendo solicitado o uso da palavra os Srs. Deputados Luís Soares (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), bem como a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 48 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor.

O Sr. Secretário da Mesa procedeu à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o Governo Regional dispõe de 20 minutos; o Partido Socialista, de 48 minutos; o PSD, de 40 minutos; o CDS-PP, de 16 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos; o Chega, o IL e o PAN dispõem, cada, de 10 minutos; e o Sr. Deputado independente, 5 minutos.

Deram entrada na Mesa vários votos. Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos. O primeiro é de congratulação a João de Melo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação a João de Melo
pela conquista do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues**

De toda a produção literária produzida sobre temática açoriana na segunda metade do século XX até aos nossos dias, há um nome incontornável que havemos sempre de recordar pelos tempos vindouros, não apenas pela originalidade do estilo, transversal a toda a sua obra, como pela reinvenção da metáfora açoriana e a sua forma de vida, as suas agruras, contradições, injustiças e revoltas, consubstanciada na expressão que deu título ao livro, “Gente Feliz com Lágrimas”, que conta já com quase três dezenas de edições, adaptação ao teatro e à televisão.

Nascido na freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste, em 1949, João de Melo cedo passou a residir em permanência em Lisboa, onde viria a produzir grande parte da sua obra, tendo desempenhado funções de sindicalista, editor, crítico literário, professor e conselheiro cultural junto da embaixada de Portugal

em Madrid.

Autor de obras de ficção, ensaios, antologias, poesia, livros de crónicas e de viagem, João de Melo tem sido traduzido em países da América e da Europa e tem azealhado prémios literários, como o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Eça de Queiroz/Cidade de Lisboa, o Prémio Cristóvão Colombo, o Prémio Fernando Namora, o Prémio Antena 1, o Prémio «A Balada» e o Prémio Dinis da Luz.

Destaque-se, em 2016, a distinção pela Universidade de Évora com o Prémio Vergílio Ferreira, pelo conjunto da sua obra.

O prestígio e a qualidade da sua carreira ficaram demonstradas recentemente com a conquista do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues pelo seu mais recente romance, “Livro de Vozes e Sombras”, onde o autor retoma a sua reflexão sobre Portugal, África e a Guerra Colonial, que ele próprio viveu, mas desta vez acrescentando a história da Frente de Libertação dos Açores, a FLA, e do separatismo açoriano, personificado na personagem Cláudia Lourenço, uma jornalista, enviada de Lisboa à ilha de São Miguel para entrevistar “um conhecido ex-operacional da Frente de Libertação dos Açores e reaver a crónica do independentismo insular durante a Revolução”. No entanto, Cláudia vê-se “enredada numa história de logros políticos, compadrios, interesses de propriedade, conluios estrangeiros e outros equívocos do movimento separatista, onde não há lugar para as vítimas da FLA, nem para o desamparo dos "regressantes" de África”, e por essa via, Cláudia “encontrará maneira de lhes dar voz”.

O prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues foi instituído pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), e o júri, constituído pelos escritores, professores e ensaístas José Manuel Mendes, Paula Mendes Coelho e Paulo Sucena, foi unânime em atribuí-lo ao escritor João de Melo.

Apesar do tema recorrente na obra do autor, o da guerra colonial portuguesa, desta

vez é introduzida a história da Frente de Libertação dos Açores (FLA), que logo a seguir à revolução lutou pelo separatismo do arquipélago, e que João de Melo, segundo palavras do júri, “sem tomar partido, coloca a tónica nas ambiguidades de vária ordem que vêm abalar de forma corajosa a rigidez das fronteiras que separam colonizador e colonizado, opressor e oprimido”.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste voto de congratulação ao escritor João de Melo pela conquista do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues.

Do presente voto seja dado conhecimento ao próprio, à Junta de Freguesia da Achadinha, à Câmara Municipal de Nordeste e à Fenprof.

Disse.

Horta, 21 de outubro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa, Elisa Sousa e Flávio Soares.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado. Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega associa-se a este voto. Este título inspirador, “Gente Feliz com Lágrimas”, este retrato que é dos Açores, nós somos um povo feliz mesmo que alguma lágrima nos caia pelo rosto.

Esta homenagem a João de Melo, pessoa com quem me cruzei na minha vida...

Com muita pena minha, nunca das minhas mãos saiu nenhuma capa ou paginação de uma obra sua, mas ainda estou vivo, pode ser que um dia calhe.

Assim, fica o nosso agradecimento também ao PSD por trazer este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Socialista associa-se também a este voto de congratulação do Partido Social Democrata a João de Melo.

João de Melo, um nome maior da literatura e cultura açoriana, com vasta produção de distinta e elevada qualidade, é um digno merecedor desta distinção que lhe é atribuída e reconhecida com o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues.

É incontornável falar de João de Melo e não referir “Gente Feliz com Lágrimas”, uma das suas obras mais conhecidas e que tão bem retrata as nossas gentes, o nosso viver e o nosso sentir.

E, portanto, associamo-nos também a este voto de congratulação.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação a João de Melo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é de congratulação pela comemoração dos 100 anos da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense. É apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Tiago Branco (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação pela comemoração dos 100 anos
da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense**

A 1 de outubro de 1921, na freguesia da Feteira, na ilha do Faial, foi fundada a Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense.

A história desta banda filarmónica não é diferente de tantas outras pelos Açores. Nasce da paixão pela música e da relação intrínseca e embrionária que, com ela, vivem as nossas comunidades.

O Centenário da Lira e Progresso Feteirense, assinalado, em sessão solene, no passado dia 1 de outubro, mas também com a realização de um concerto comemorativo, no Teatro Faialense, a 9 de outubro, é um marco histórico na cultura de um povo, na cultura do concelho da Horta, da ilha do Faial e dos Açores e é, por isso, aqui justamente reconhecido.

São muitos anos de desafios vencidos, de obra feita, física e intelectual, de persistência e motivação daqueles que abdicaram e abdicam de boa parte da sua vida particular para se dedicar às nossas instituições. Essa é a maior parte da história da Lira e Progresso, dos seus órgãos sociais, dos seus maestros e músicos, das suas famílias.

A sua fundação deve-se à iniciativa de 15 músicos daquela freguesia, entre os quais destaca-se um dos Sócios Fundadores, José Faria de Goulart de Vargas, o qual desempenhou o cargo de Presidente da Direção durante mais de 20 anos, e de regente da banda até 1942.

Posteriormente, sucederam-se, até hoje, no desempenho daquele cargo, mais de

uma dezena de associados e, na função de regente, músicos reconhecidos como Francisco Xavier Simaria, Eduíno Bulcão Ávila, Alexandre Garcia da Rosa Fraga, Luís Augusto Gomes, Francisco Inácio Furtado, Alfredo Bettencourt da Rosa, Manuel Tomás, Manuel Maria da Silva Maciel, Manuel Garcia Duarte, João Cláudio Garcia Pascoal e Rúben Manuel Silva.

Os seus primeiros ensaios realizaram-se, primeiramente, numa das sacristias da Igreja Paroquial do Divino Espírito Santo da Feteira, tendo, mais tarde, sido contruída a sua sede social, no Largo da Engenharia, local onde permanece até hoje, entretanto ampliada e melhorada, graças ao trabalho voluntário desenvolvido por toda aquela comunidade.

Muitos foram os concertos, festividades, procissões, com especial destaque para os festejos em honra de Nossa Senhora de Lourdes e para a festividade maior da ilha do Faial, a Semana do Mar, brindados pela presença e participação daquela sociedade filarmónica cuja atividade cultural e recreativa, ao longo da sua história, não se cingiu apenas à atuação da sua banda. A produção de intercâmbios, bailes carnavalescos, concursos, marchas, impérios, entre outras dinâmicas, fazem parte da sua génese e marcam, igualmente, a sua atividade e a sua história em prol do desenvolvimento cultural da nossa Região.

As filarmónicas são verdadeiras sociedades e instrumentos de inclusão social, escolas de vida, onde o respeito e união entre os mais novos e os menos novos é peculiar, sendo, também por isso, fonte de inspiração para a restante sociedade civil.

Neste contexto, apoiar e acarinhar estas instituições que proliferam pelas nove ilhas dos Açores é um desígnio a manter por todos nós, contribuindo para que possam continuar a crescer, a superar os desafios com que se veem, a cada momento, confrontadas, e a continuarem a ser um dos mais importantes embaixadores da cultura açoriana.

Neste momento em que se celebram os seus 100 anos de existência, uma palavra

de reconhecimento e apreço a todos os dirigentes, músicos, famílias e entidades que, de uma forma ou de outra, permitiram e permitem que a Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense continue a ser parte integrante da cultura da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 21 de outubro de 2021, a aprovação de um voto de congratulação pela passagem do centésimo aniversário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, enaltecendo o contributo prestado à comunidade faialense e açoriana através do seu incontornável papel cultural e social.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, à Junta e Assembleia de Freguesia da Feteira e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Disse.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021.

Os deputados, Tiago Branco e Ana Luís.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

As sociedades filarmónicas são, efetivamente, um marco indelével no panorama cultural do nosso arquipélago. É graças a estas sociedades que temos, no panorama nacional e em todas as regiões, eventualmente, a maior concentração de músicos e pessoas que sabem ler música e tocar um instrumento, como não há, talvez, paralelo no nosso país.

E, no fundo, a importância de assinalar o centenário, neste caso o centenário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, reveste-se de uma importância ainda maior quando nós sabemos as dificuldades que o associativismo acaba por atravessar. E, no fundo, é assinalável esta resiliência destas sociedades e destes grupos de pessoas, que, por amor à música e pelo gosto de terem nas suas freguesias este movimento cultural e esta formação musical dos seus cidadãos, é sem dúvida de assinalar.

Por isso, naturalmente, nos associamos a este voto de congratulação aqui apresentado pelo Partido Socialista, como nos vamos associar a um outro do mesmo teor que será apresentado posteriormente.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, por conceder a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, os parabéns à Filarmónica Lira e Progresso Feteirense.

E subscrever as palavras do Sr. Deputado Rui Martins, na íntegra. Nem as vou repetir.

É isto, as filarmónicas são um património que nós temos. Sra. Secretária da Cultura, nós temos que olhar para as filarmónicas. E temos que olhar, não como uma peça de museu, mas como uma cultura viva e genuína da nossa terra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Cada vez vivem com mais dificuldades. E eu, quando digo isso, não estou a dizer que eles precisam de mais subsídios. Eles não precisam de subsídios. Eles precisam de uma coisa muito simples, que qualquer músico vos irá dizer:

eles precisam de tocar e ser, depois, obviamente, pagos pelo trabalho que têm feito.

Nesta lógica, custa muito ver as filarmónicas apenas e somente a fazer o trabalho que fazem há 100 anos, com muito mérito, como faz esta filarmónica. Nós podemos usar, no bom sentido, usar e abusar deste património fantástico, que são as filarmónicas, na promoção do nosso turismo, na promoção da nossa terra, acompanhando os nossos turistas.

E se me permitem, muito rapidamente, tive essa experiência ajudando a filarmónica da minha terra natal, São Roque. Uma banda que veio da Madeira e que fez uma arruada improvisada no centro de Ponta Delgada. E surpreendeu-me a quantidade de turistas que foram atrás da banda. Até parece aquela brincadeira que nós dizemos...

Ou seja, está aí a receita, Sra. Secretária, não é preciso inventar. Está inventado. Eles precisam de algum subsídio para a formação, é verdade. Precisam, às vezes, de algum subsídio para aquisição de algum instrumento. Mas se eles tiverem muita atividade e forem pagos por isso, justamente, as coisas vão funcionar.

Há muita coisa a fazer, há a animação dos nossos espaços nas nossas terras, nas nossas freguesias, há a animação cultural e turística, há até a animação que se pode fazer em alguns locais frequentados pelos turistas e criar alguns espetáculos. Parabéns às filarmónicas pela grande resistência que têm tido.

Muito obrigado também ao PS por nos trazer isso. E ao PSD, que parece que irá apresentar um voto igual.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos votar este voto de congratulação à Filarmónica Lira e Progresso Feteirense.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também é à Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Salomé Matos. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense

A 1 de outubro comemora-se o Dia Mundial da Música, em jeito de homenagem à música e com o objetivo de levá-la a todos os setores da sociedade promovendo valores de paz e amizade por seu intermédio, mas para a comunidade da freguesia da Feteira esta data também assinala o aniversário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, fundada a 1 de outubro de 1921, resultado do empreendedorismo de 15 músicos daquela freguesia.

A sede da filarmónica começou por ser numa das sacristias da igreja paroquial onde se realizavam os seus ensaios. A conclusão da construção da primeira sede deu-se em 1934, tendo sido posteriormente ampliada em 1936, no mesmo local onde hoje se encontra.

Durante a Segunda Grande Guerra, as instalações da filarmónica foram ocupadas pela 2.ª companhia de sapadores mineiros do regimento de engenharia n.º 1, altura em que a filarmónica retomou os seus ensaios na sacristia paroquial.

Em 2008, após obras na sede, esta tornou-se um espaço condigno para permitir o desenvolvimento das suas atividades.

Os seus estatutos, datados de 15 de março de 1935, foram alterados em 2002 e

mantêm-se até hoje.

O seu estandarte, estreado em julho de 1964, é também ele o reflexo do trabalho artístico da comunidade.

A Filarmónica Lira e Progresso Feteirense tem vindo a desempenhar, ao longo destes 100 anos, um papel fundamental no desenvolvimento sociocultural do Faial e da Feteira em particular, nomeadamente através da formação e união de jovens numa perspetiva intergeracional.

Ao longo da sua história, a Banda filarmónica deslocou-se a outras ilhas do arquipélago para atuações levando a todos o seu repertório.

Ao longo destes 100 anos, a Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense já contou com centenas de músicos amadores que com sacrifício abdicaram do seu tempo de descanso e da sua vida pessoal e familiar, enfrentou dificuldades várias, mas reergueu-se sempre, ocupando um lugar de destaque na dinâmica da freguesia.

Na vida de uma filarmónica, o seu maestro tem um papel agregador, desempenhando as suas funções de forma dedicada e competente, dando o melhor de si.

O seu primeiro maestro foi José de Faria Goulart Vargas, um dos seus fundadores, o qual também desempenhou as funções de presidente da direção durante mais de 20 anos.

Seguiram-se outros, também eles agentes essenciais no promissor percurso traçado, atualmente e desde março de 2017 é maestro da Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, Rúben Manuel Silva.

Frequentada atualmente por 25 músicos e 5 aprendizes na escola de música, esta coletividade musical afirma-se como um meio vital, não só de aprendizagem, como de projeção de uma terra e de um nome que perdurará no futuro.

Ao longo destes 100 anos ao serviço da cultura e da música nos Açores, a filarmónica brilhou as festividades e os arraiais da freguesia e da ilha com a

dedicação e persistência dos seus músicos, maestros, corpos dirigentes, que se empenharam de modo a manter os laços que unem esta sociedade.

Entre 1949 e 1950, foi criado um Orfeão, que atuou em vários locais, participou no III Festival de Música Popular e realizou durante anos um Império em honra do Divino Espírito Santo.

Durante a sua existência, a Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense possuiu uma equipa de basquetebol, organizou festas e bailes, danças e assaltos de Carnaval, concursos e, mais recentemente, marchas de São João e uma Marcha da Semana do Mar.

Incluído nos festejos do centenário, a filarmónica fez uma homenagem ao antigo maestro Manuel Garcia Duarte, que ao longo de vários anos foi músico e posteriormente maestro até 2012.

Assim, e desejando aos músicos, associados e dirigentes desta coletividade, bem como à população da freguesia da Feteira a continuação de grandes sucessos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 1.º centenário da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua direção, ao seu maestro, à Câmara Municipal da Horta, à Junta e à Assembleia de Freguesia da Feteira.

Horta, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa, Elisa Sousa e Salomé Matos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já tinha, previamente, associado o CDS a este voto, mas, depois, no seguimento das palavras do Deputado José Pacheco, decidi intervir novamente para reforçar, efetivamente, esse facto de ser, efetivamente, necessário, até porque as filarmónicas, como é o caso também da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, houve momentos em que estiveram com mais fulgor, mais pujantes, houve momentos em que estiveram, eventualmente, menos mobilizados, mas esta passagem é, efetivamente, o assinalar dessa pujança e dessa, no fundo, mobilização em torno desta sociedade, em torno da formação musical.

E era para reforçar aquilo que foi dito pelo Deputado José Pacheco no que toca àquilo que é o pagamento justo pelo serviço prestado e, no fundo, nós podermos mobilizar mais filarmónicas nessa promoção cultural da nossa Região. Esta Casa também tem importância e teve importância quando aprovou uma proposta do CDS, que é o SOREFIL, o apoio às filarmónicas, que, no fundo, de certo modo, nos devemos todos congratular por termos estado ao lado dessa proposta, independentemente de quem tenha sido a iniciativa. Mas isso não é tudo, eventualmente, podemos fazer mais, mas são medidas como o SOREFIL que, eventualmente, também podem garantir que mais filarmónicas possam fazer os seus centenários e até, quem sabe, fazer, permanentemente, bicentenários, tricentenários e por aí adiante.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos colocar à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é ao Judo Clube de São Jorge. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Voto de Congratulação

Ao Judo Clube de São Jorge pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Juvenis e Cadetes e no Campeonato Regional de Juniores

O Judo tem sido uma das atividades pelas quais os Jorgenses mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de São Jorge, que foi fundado no dia 7 de março de 2002, conta com cerca de 12 classes de treino, mais de 300 atletas, dos quais 240 são atletas federados, incluindo dois núcleos de desporto adaptado. Vários destes atletas integram regularmente as seleções nacionais nos diferentes escalões etários.

Os bons resultados obtidos, ao longo de anos, pelos atletas do Judo Clube de São Jorge em diversas competições regionais, nacionais e internacionais, atestam a qualidade da atividade desportiva desenvolvida nesta instituição.

Recentemente, no passado dia 9 de outubro, decorreu em São Miguel o Campeonato Regional de Juvenis e Cadetes. O Judo Clube de São Jorge participou nesta competição com a presença de 8 atletas, acompanhados pelo seu treinador Carlos Luz.

O resultado deste dia de competição para os Juvenis foi a conquista de uma medalha de Ouro pelo atleta Isac Soares (-55kg), duas medalhas de prata para os atletas Miguel Ribeiro (-60kg) e Maria Bettencourt (-57kg) e ainda uma medalha de bronze para o atleta Simão Sousa (-55kg). Para os Cadetes o resultado deste dia de competição foi uma medalha de bronze entregue ao atleta André Lemos (-

66kg).

No dia seguinte, dia 10 de outubro, houve ainda o Campeonato Regional de Júniores, onde os atletas do Judo Clube de São Jorge conquistaram uma medalha de Ouro para Bruna Pedroso (-70kg) e uma medalha de Prata para o atleta André Lemos (-66kg).

Estas distinções, obtidas pelos judocas Jorgenses, continuam assim a promover o desporto Açoriano e a prestigiar a ilha de São Jorge.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Judo Clube de São Jorge pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Juvenis e Cadetes e no Campeonato Regional de Júniores.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Judo Clube de São Jorge e aos atletas medalhados nas referidas competições, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Muito obrigada.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este de voto de congratulação ao Judo Clube de São Jorge, pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Juvenis e Cadetes e no Campeonato Regional de Júniores.

O Judo Clube de São Jorge dedica-se com alma e coração às crianças e jovens da nossa ilha. Ao longo dos seus anos de existência, tem-nos premiado com bons resultados nacionais e internacionais, comprovando, sem sombra de dúvida, a qualidade promovida por esta instituição na atividade desportiva. Os judocas jorgenses promovem o desporto açoriano e engrandecem a ilha de São Jorge. São um exemplo para toda a atividade desportiva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto de congratulação ao Judo Clube de São Jorge, felicita os seus dirigentes, técnicos e atletas, neste particular aos atletas Isac Soares, Miguel Ribeiro, Maria Bettencourt, Simão Sousa, André Lemos e Bruna Pedroso.

O Judo Clube de São Jorge exerce a sua atividade há praticamente duas décadas, sendo uma escola de desenvolvimento desportivo e de formação de jovens jorgenses, com muitos e bons resultados, que prestigia São Jorge e prestigia também o desporto açoriano. Um bem-haja ao Judo Clube. Este é mais um dos muitos votos que já foram feitos nesta Casa. É um símbolo do desporto jorgense e açoriano. Um bem-haja e continuem este excelente trabalho feito em prol do desporto açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação...

Desculpe, Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Bom dia, novamente. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega associa-se a este voto de congratulação, até porque nós temos dito várias vezes que o desporto é uma das ferramentas essenciais ao combate e à prevenção a muitos malefícios, que não só apenas as toxicodependências.

Aqui, dar este forte abraço e estes parabéns a quem está a trabalhar com crianças e jovens neste sentido, fazendo as coisas que eles gostam de fazer.

Eu, durante um curto período de tempo, isto há 50 kg atrás, também fui judoca, por isso o carinho que também tenho por esta atividade desportiva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar um voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de congratulação é pelo 75.º aniversário do Clube Asas do Atlântico. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75.º aniversário do Clube Asas do Atlântico

No passado dia 05 de outubro de 2021, comemorou-se o 75.º aniversário do Clube

Asas do Atlântico.

Com a construção do Aeroporto de Santa Maria, em 1944, foram edificadas várias infraestruturas, tais como, cinema, clubes desportivos, cafés, restaurantes, entre outras, que permitiram um maior desenvolvimento da zona do Aeroporto.

A 05 de outubro de 1946, é fundado o “Clube do Ganso”, sediado no edifício que servia de Clube de Oficiais da Base Aérea Americana, numa iniciativa do primeiro grupo de funcionários do Aeroporto Civil, com o intuito de criar um local onde os funcionários e os seus familiares pudessem confraternizar.

Em 1947, o novo Diretor, Comandante Henrique Pessoa, nomeia uma Comissão presidida pelo Engenheiro Espírito Santo para finalizar o regulamento, tendo, posteriormente, nomeado a primeira direção efetiva. Foi realizado um concurso para uma designação sugestiva para o Clube e uma divisa que norteasse a sua atuação, sendo a proposta vencedora: “Clube Asas do Atlântico – Por Portugal e pela Aviação Civil”.

A 05 de outubro de 1947, é inaugurado um posto emissor de rádio com o prefixo CSB-81. Diante da relevância dos inúmeros serviços prestados pela CSB-81 Rádio Clube Asas do Atlântico, a todas as ilhas do arquipélago, o Governo Regional concedeu-lhe o Estatuto de Órgão de Utilidade Pública. Entre estes, destacou-se a crise sísmica de janeiro de 1980, que causou graves danos nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, em que a Rádio se manteve permanentemente no ar, prestando informações e inculcando ânimo às populações locais.

Entre 1983 e 1985, o Clube manteve uma Delegação com estúdios próprios em Ponta Delgada, de onde eram emitidos programas, em direto, para o emissor instalado em Santa Maria, tendo sido pioneira ao transmitir, a partir de Ponta Delgada, aos domingos, a Missa para os doentes da Região, serviço que manteve durante anos consecutivos. O programa “Bom Dia Açores” permaneceu no ar mais de 40 anos. O seu locutor, António Valente, foi o mais antigo em serviço contínuo no país, tendo sido agraciado com a Insígnia Autonómica de Mérito, a

09 de junho de 2014.

Ao longo dos seus 75 anos de existência, o “Asas”, como é carinhosamente reconhecido por todos os Açorianos, desenvolveu um papel de destaque em Santa Maria e nos Açores, nomeadamente através da sua Estação de Radiodifusão, mas também em áreas como o desporto, formando, por exemplo, um Campeão Europeu e Mundial de Hóquei em Patins – Jorge Vicente, ou promovendo, a partir de 1981, o Rallye Automóvel de Santa Maria, apreciada prova do Campeonato Regional. Na cultura e nos espetáculos, promoveu vários serões musicais na sua sede, aproveitando a estadia de celebridades como Amália Rodrigues, ou no Atlântida Cine, trazendo a Orquestra do Rádio Clube Português, e onde encenou várias peças de Teatro de Revista. No convívio social, são icónicos os seus bailes de aniversário a 05 de outubro, bailes de passagem de ano, os “assaltos” de Carnaval (que permanecem até aos dias de hoje) ou as “Gincanas”, engraçadas provas de “perícia”, e os incontáveis serões de jogos de cartas, de tertúlias culturais, de partidas de croquet, ou de partilha das notícias trazidas pelos jornais e revistas que diariamente eram depositados nas mesas do seu Salão.

O Clube Asas do Atlântico continua, nos dias de hoje, a ser uma referência na radiodifusão dos Açores, sendo a “voz” mais importante da ilha de Santa Maria, desempenhando, igualmente, um papel relevante em termos sociais, culturais, desportivos e recreativos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento à direção do Clube Asas do Atlântico e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está imparável hoje!

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Bom dia! Tudo bem consigo, Sr. Deputado?

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Clube Asas do Atlântico, esses 75 anos, a que o Chega também se associa, pessoalmente, fazem parte da minha vida. Aquela voz, se me permitem, inconfundível, do António Valente...

E levantei-me apenas para poder ter a oportunidade de deixar esta homenagem a este homem, que foi um grande mestre, que inspirou 50 anos da minha vida. E essas coisas não se esquecem.

Sra. Secretária, um bom mestre é inspirador!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é também ao Clube Asas do Atlântico. É apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Joana Pombo (PS): Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Clube Asas do Atlântico – 75º aniversário

O Clube Asas do Atlântico, fundado a 05 de outubro de 1946, com denominação inicial de Clube do Ganso, viria a ter a designação atual um ano mais tarde. O Clube Asas do Atlântico é uma associação de carácter cultural, recreativa e desportiva, com papel de extrema importância para a ilha de Santa Maria e para os Açores, com o lema “Por Portugal e pela aviação civil”.

Com a chegada dos americanos à ilha de Santa Maria, durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha saiu da sombra, onde estes revolucionaram toda a vida pacata da população, que até à data vivia quase só dos seus recursos.

Com a construção do que seria o maior aeroporto do país durante vários anos, foram criadas várias valências que tinham como principal função melhorar a vida dos novos residentes na ilha. Uma destas valências, para fins recreativos, foi o Clube Asas do Atlântico.

Um ano após a criação do Clube, surge o posto emissor de Rádio, a emitir em AM com o prefixo CSB-81, instalado pelos próprios técnicos de serviço do Aeroporto, que prestou serviço de informação a todas as ilhas do arquipélago.

Pelos serviços de informação prestados a todas as ilhas da Região, pela CSB-81, o Governo Regional dos Açores concede à Rádio Clube Asas do Atlântico o Estatuto de Órgão de Utilidade Pública.

No ano de 1994, a Rádio passa a transmitir na famosa frequência 103.2 FM, com emissão, de entre outros, do programa “Bom Dia Açores” com o Locutor António Valente, com permanência no ar durante 40 anos, sendo o mais antigo programa de rádio em serviço contínuo no país.

O Clube Asas do Atlântico contribuiu igualmente para o enriquecimento cultural da ilha, com a realização de grandes bailes e festas temáticas para a sociedade mariense, não só para público adulto, mas também para o público infantojuvenil,

com a realização de matinés, direcionadas para os filhos dos sócios.

Com função também de entretenimento dos seus sócios, o Clube Asas do Atlântico possuía várias modalidades desportivas, algumas delas com a influência americana, como Croquet, mas também algumas modalidades mais recentes e federadas como o Tiro aos Pratos, o Andebol e o desporto automóvel com a realização do Rallie Além-Mar Santa Maria, que realizou este ano a sua 40.^a edição.

A primeira referência para a prática de automobilismo, na ilha de Santa Maria, remonta a este clube e aos anos 1951/ 1954, com a realização do I e II Ralye aos Picos, competição com formato muito idêntico às atuais perícias, regulamentada pela Federação de Automobilismo e Karting.

Atualmente, o Rallie Além-Mar Santa Maria, dinamizado pela Secção de Automobilismo e Karting do Clube Asas do Atlântico, é o evento com maior impacto económico da ilha de Santa Maria, com destaque não só na Região, mas também no país pela qualidade das provas realizadas, enaltecendo, assim, o contributo do Clube Asas do Atlântico para a ilha de Santa Maria.

Assim sendo, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Clube Asas do Atlântico pelos seus 75 anos de existência, pela sua atividade cultural, recreativa e desportiva em prol da ilha de Santa Maria e da Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube e à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, sala das sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, Joana Pombo e João Vasco Costa.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, pela passagem dos seus 100 anos.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Associação de Futebol de Angra do Heroísmo pela passagem dos 100 anos de existência

No passado dia 4 de agosto, a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo comemorou 100 anos de existência, um marco histórico para o organismo que tutela as competições, os clubes, os atletas e restantes agentes desportivos de Futebol e Futsal nas ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge.

Fundada em 1921, é a associação de futebol mais antiga dos Açores, tendo sido a sétima a ser criada a nível nacional, num total de vinte e duas, assinalando agora um século de existência.

Entidade de utilidade pública declarada, tem sido, ao longo de um século, um motor para o desenvolvimento do desporto na Região Autónoma dos Açores, contribuindo para a promoção da prática desportiva e adoção de hábitos de vida

saudáveis.

A Associação de Futebol de Angra do Heroísmo tem-se assumido como um organismo virado para o futuro, para o desenvolvimento, para a formação dos agentes desportivos, em busca da melhor preparação técnica, de cada vez melhores atletas, assente no trabalho de dirigentes competentes e que veem no desporto um caminho de desenvolvimento social.

Durante estes 100 anos, a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo tem trabalhado meritoriamente para o progresso das modalidades sob a sua alçada, estando representada através dos seus filiados em provas de âmbito regional e nacional, quer em Futsal, quer em Futebol.

Aquando da passagem do seu centenário, a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo entendeu homenagear quem mais se distinguiu, entre treinadores, atletas, árbitros e dirigentes, uma ação que teve um significado alargado a todos quantos colaboraram com aquela entidade, em dez décadas de existência.

A Associação de Futebol de Angra do Heroísmo tem, atualmente, 33 clubes inscritos, contando 123 equipas com atividade competitiva oficial. Tem ultrapassado largamente os dois mil atletas inscritos por época desportiva, e se incluirmos os agentes desportivos, nomeadamente treinadores, dirigentes e árbitros, estamos a falar de cerca de três mil inscrições por época.

Esses números são um indicativo do impacto do Futebol e do Futsal na Região, bem como do papel crucial da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na promoção das modalidades e do desporto. Daí esta nossa distinção, pelo trabalho desenvolvido, felicitando-a pela passagem do seu centenário.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2021, a aprovação de um voto de congratulação à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, pelos seus 100 anos de existência.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à Federação Portuguesa de Futebol, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Junta de Freguesia da Sé.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa, Elisa Sousa e Paulo Gomes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, saudando, naturalmente, os órgãos dirigentes da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, saudando também todos aqueles que, ao longo dos últimos 100 anos, contribuíram para a construção da história desta instituição, realçando a importância que tem e que teve esta instituição, sendo certo que a história do desporto nas três ilhas que têm a representação desportiva no âmbito do futebol e do futsal é absolutamente indissociável daquele que é o papel desta associação.

E, portanto, saudamos todos aqueles que, ao longo dos últimos 100 anos, contribuíram para o engrandecimento desta instituição. Saudamos também os seus atuais e antigos dirigentes.

Mas, comemorando 100 anos de existência, é também devida uma homenagem a todos aqueles que, diariamente, constroem e engrandecem também a história desta instituição: os pais, os atletas, os escalões de formação, os treinadores, os diretores, os motoristas das carrinhas que transportam largas centenas de crianças,

adolescentes e jovens diariamente, muitos deles, na sua esmagadora maioria, sem receberem absolutamente nada em troca. E, portanto, num momento de exaltação deste aniversário, é sobretudo para eles que vai a nossa homenagem e o nosso agradecimento.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se, convictamente, a este voto apresentado pela bancada do PSD.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de congratulação é ao Grupo Fadoalado. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Guilhermina Silva. Faça favor.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao grupo Fadoalado pela vitória no Got Talent Portugal 2021

É um grupo terceirense, constituído por 10 elementos e, por via da sua vitória na mais recente edição do Got Talent Portugal, programa da RTP, tem levado o nome

dos Açores e da ilha Terceira aos quatro cantos do mundo.

Os Fadoalado são as vozes da Sara Mota, da Leandra Mota, da Filipa Lima, da Ivânia Pires e da Lizélia Toste, sempre bem acompanhadas pela percussão do Bernardo Oliveira, o bandolim do Ricardo Martins, o piano da Tânia Gaspar, a guitarra do Diogo Brasil e o acordeão do Gonçalo Fouto.

O projeto nasceu a 24 de Agosto de 2016, nas festas populares na ilha Terceira, e não mais parou. A fusão das vozes com harmonias próprias e arranjos instrumentais diferentes, mas sem nunca desvirtuar o fado, agradou desde logo ao público local. Tal como aconteceu aos jurados daquele programa nacional de talentos da estação pública onde, desde a primeira audição, os Fadoalado garantiram o apoio e os votos do público.

Livres na criação das suas letras e músicas, mas sempre com a verdadeira alma portuguesa em fundo, os Fadoalado juntam gente que vive e divulga as tradições terceirenses, como o Carnaval ou as Marchas de São João.

As suas várias atuações têm merecido o afeto de açorianos e não só, sendo que, para lá de seis das nove ilhas do arquipélago, o grupo já subiu ao palco em Portugal Continental, Estados Unidos e Canadá.

O desafio do Got Talent Portugal foi um sonho para todos os membros do grupo, que a pandemia colocou em suspenso, motivando meses de espera após o primeiro apuramento. Não houve cansaço nem distâncias que os fizessem abrandar, daí que a votação popular que obtiveram, dando-lhes a vitória na final do programa, mostra bem que a sua música cativou açorianos, madeirenses e continentais. Foi a primeira vez que os Açores ganharam um concurso de talentos, o que fez chegar bem longe a nossa Cultura, afinal a música açoriana é um bocadinho de todos nós.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2021, a aprovação de um voto

de congratulação ao grupo Fadoalado, pela vitória no programa Got Talent Portugal 2021.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento ao grupo Fadoalado e à RTP.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Marco Costa, Elisa Sousa e Luís Soares.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Em primeiro lugar, dar as boas-vindas à Sra. Deputada Guilhermina e agradecer-lhe, também, a leitura que fez aqui deste voto de congratulação pela vitória dos Fadoalado num concurso nacional de grande importância.

Os Fadoalado são compostos por dez elementos, cinco vozes e cinco músicos, cujo talento é conhecido e reconhecido pelos terceirenses muito antes de se terem reunido neste formato.

Mas é inquestionável que os arranjos audazes e a harmonia das suas vozes, elementos que os distinguem dos demais, rapidamente conquistaram o coração dos terceirenses.

Foi, por isso, com entusiasmo que assistimos ao reconhecimento do seu talento num dos mais importantes palcos a nível nacional, projetando as suas sonoridades e a nossa cultura muito além das nossas fronteiras.

Associamo-nos, por isso, ao voto de congratulação dos Fadoalado, pela vitória no programa Got Talent Portugal 2021.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos colocar à votação este voto

de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de congratulação é aos alunos da Escola de Novas Tecnologias dos Açores. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Vitória Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos alunos da Escola de Novas Tecnologias dos Açores medalhados no Concurso Nacional de Profissões

A ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores tem vindo a ganhar sucessivamente medalhas nos campeonatos nacionais de profissões desde 2009. E em 2021 não foi exceção.

Em registo digital, devido à pandemia, e integrado no “Portugal Digital 2021”, a ENTA organizou e promoveu pela primeira vez a nível nacional as competições nas categorias de “Cloud Computing” e “Cibersegurança”, mobilizando cerca de 250 concorrentes oriundos de todo o país, envolvidos em 18 profissões. Os trabalhos decorreram entre os dias 29 de junho e 08 de julho, num ambiente de grande trabalho e muita concentração, imprescindíveis para o sucesso do evento.

O evento “Portugal Digital 2021” foi observado de perto por dezenas de países e o campeonato terminou com uma avaliação muito favorável por parte de todos os

participantes envolvidos.

Na edição deste ano, os formandos Alexandre Rangel e Diogo Mendonça, na categoria de “Cloud Computing”, orientados pelo formador José Daniel de Medeiros, conquistaram a medalha de ouro e de prata, respetivamente. Na competição de “Cibersegurança”, o formando João Almeida conquistou a medalha de prata, sendo o formador responsável pela sua preparação Fábio Amaral.

Esta prestigiada prova nacional, e os resultados agora alcançados, relevam a importância da formação profissional dos jovens, numa vertente profissionalizante, e a sua preparação para uma plena integração social e profissional ativa.

A ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores iniciou a sua atividade em 06 de outubro de 1993, sendo parte integrante do INOVA até setembro de 2001, e desde então tem vindo a promover a formação profissionalizante, disponibilizando cursos de nível V, como formação inicial para jovens desempregados habilitados com o ensino secundário e ações de formação de curta duração nas mais variadas áreas. Desde 2012 que a ENTA disponibiliza também formação profissional de nível IV para os alunos que terminam o ensino básico.

Assim sendo, e fruto de uma crescente procura de uma alternativa de formação pós-secundária ao nível das novas tecnologias e como resposta à contínua procura de quadros técnicos médios de nível V por parte das indústrias e empresas regionais em geral, procedeu-se à constituição da Escola de Novas Tecnologias dos Açores – Associação, que tem como objetivo social a formação tecnológica.

Desde então, a instituição tem vindo a realizar inúmeras ações de formação de longa duração no domínio das novas tecnologias, apoiar o intercâmbio de informações, pessoas e empresas, promover a edição e difusão de publicações na área das novas tecnologias, bem como promover a formação de investigadores e organização de estágios.

A ENTA é uma entidade acreditada para a conceção, organização e desenvolvimento de formação presencial e online (e-learning).

Como não podia deixar de ser, a Escola das Novas Tecnologias dos Açores é uma entidade certificada e acreditada pelo Sistema de Gestão da Qualidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação pelo desempenho e pelo sucesso alcançado por esta instituição de ensino nas provas do “Portugal Digital 2021”, mais concretamente medalha de ouro e de prata, respetivamente.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos alunos e às suas famílias, aos formadores envolvidos e à Direção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa, Elisa Sousa e Vitória Pereira.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com gosto, a este voto de congratulação por vários motivos:

Em primeiro lugar, esta escola é merecedora, e deve ser, do reconhecimento da Região Autónoma dos Açores pelo percurso qualificante e qualificador que tem feito desde 1993. Como se sabe, em 93, mais ligada às áreas dos laboratórios e das engenharias e também da qualidade alimentar, teve um percurso de grande qualidade, com várias certificações. Isso foi falado aqui, já hoje, mas, nomeadamente, em 2006, através da Associação Portuguesa de Certificação, cujo

acrónimo é APCER, alguns saberão, mas também pela Academia Internacional da CISCO, que permite aos seus alunos ter uma certificação internacionalmente reconhecida;

Por outro lado, gostaria também de lembrar que, em 2002, a ENTA autonomizou-se do INOVA, por disposições ao abrigo do Fundo Social Europeu. Para concorrer a esses fundos, teve essa possibilidade. E veio, a partir daí, a designar-se de Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA);

Hoje em dia, a ENTA tem um trabalho ainda acrescido de possibilidades de dar formação aos seus alunos, porque, como sabem, em 2020, há um Decreto-Lei do Ministério da Ciência e do Ensino Superior que permite que, sem provas de acesso, os alunos possam aceder ao ensino superior.

Portanto, por todas essas razões, também pelos prémios que a ENTA tem tido, não só a este nível, mas, também, recordo que a ENTA já foi premiada num concurso europeu chamado CanSat, que tem a ver exatamente com a questão das tecnologias espaciais e que pôs em competição vários países europeus, e a ENTA ganhou esse primeiro lugar e já tinha tido um segundo, a ENTA é merecedora do reconhecimento desta Assembleia Legislativa Regional, do Grupo Parlamentar do PS e, porque não dizer também, dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de congratulação é a André Cunha, vencedor do Prémio Eusébio.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Voto de Congratulação

André Cunha vencedor do Prémio Eusébio

No passado mês de julho, André Cunha, de 15 anos, natural da ilha de São Miguel e filho de pais marienses, participou no Elite Training Camps, desenvolvido pelo Sport Lisboa e Benfica, tendo vencido o Prémio Eusébio de entre 89 atletas de diferentes nacionalidades.

O Elite Training Camps é um programa de especialização de futebol e de treinos de alto desempenho, que decorre no “Benfica Campus” e é destinado a jovens nascidos entre 2002 e 2008, que pretendem desenvolver e aperfeiçoar a sua performance desportiva. São colocados à disposição dos participantes metodologias, conhecimentos, programas e treinadores que tornaram o Sport Lisboa e Benfica uma referência a nível mundial na formação de jovens atletas, tendo o “Benfica Campus” sido considerado, em 2015 e 2019, a melhor academia do mundo pelo Globe Soccer Awards.

Em 2021, o Elite Training Camps decorreu ao longo de três semanas, tendo participado um total de 152 atletas de várias nacionalidades. André Cunha, atleta do Clube Futebol Pauleta desde os 6 anos, participou na terceira semana dos trabalhos em conjunto com 89 atletas. Em cada semana, os participantes foram divididos por grupos de acordo com a sua idade e nível, sendo que, para cada um dos escalões, foi implementado um programa de treino técnico-tático específico. Contaram, também, com várias sessões teóricas, visitas ao Estádio e Museu do Benfica, e ainda com a possibilidade de fazer um treino com um convidado

especial, Simão Sabrosa.

No final de cada semana, numa cerimónia que decorreu no Estádio da Luz, foram entregues quatro prémios, o Prémio Eusébio para o melhor jogador da semana de todas as equipas; o Prémio Rui Costa, galardão para o melhor jogador de cada equipa; o Prémio Águia D'ouro para o melhor Guarda-Redes de todas as equipas e, por último, o Prémio Mística que premiava o participante com melhor Compromisso, Disciplina, Fair-play e Atitude.

Com a vitória no Prémio Eusébio, André Cunha ganhou, também, a possibilidade de participar no Elite Training Camps, durante uma semana em 2022, tendo sido, ainda, um dos 20 selecionados entre os 152 atletas para integrar o Sport Lisboa e Benfica Elite International Development Squads, que decorrerá em abril de 2022, mas cuja participação ainda não está confirmada.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento ao André Cunha, aos seus pais e familiares e ao Clube de Futebol Pauleta.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa e Elisa Sousa.

Vozes de alguns Membros do Governo: Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Um grande voto!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto por várias

razões: a primeira, porque é um facto que é um prémio desportivo importante, neste caso na modalidade de futebol; depois, porque se trata de um prémio atribuído a um jovem atleta. E sempre que se incentivam os jovens à prática desportiva, estamos a contribuir para que eles, no futuro, sejam melhores, mais bem formados e a incentivar a prática de modalidades que levam a hábitos de vida saudáveis. E, portanto, é, sem dúvida nenhuma, um estímulo muito bom, muito grande, para um atleta que recebe um prémio a nível nacional da importância deste prémio.

É verdade que, para além de ser um gosto para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associar a este voto, eu, particularmente, devo dizer que é com orgulho que vejo o André, miúdo que vi a crescer. E acredito que as areias da Praia de São Lourenço e da Praia Formosa tenham ajudado a moldar aqueles pés para ser o futebolista que é e que será no futuro. E, portanto, é um particular gosto ver o André, que todos os anos passa em Santa Maria, com a Patrícia e com o Roberto. E, portanto, é muito gratificante.

Não posso deixar de dizer que no voto apresentado pela Sra. Deputada Elisa Sousa há uma referência, na minha perspetiva, não sei se será a do Grupo Parlamentar, mas a melhor escola de formação não será, certamente, a do Benfica.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Finalmente, estamos de acordo! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Provavelmente, estaremos de acordo.

(Risos)

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos pôr à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos ao próximo voto de congratulação, aos alunos Jorge Nascimento Cabral e José Salgado. É um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Délia Melo. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos alunos Jorge Nascimento Cabral e José Salgado do Colégio do Castanheiro pelo segundo lugar em concurso nacional

Os alunos Jorge Manuel Costa de Medeiros do Nascimento Cabral e José Rodrigues Salgado, sob a orientação do professor e investigador do Instituto História, Territórios, Comunidades, Sérgio Alberto Fontes Rezendes, obtiveram o segundo lugar do grupo C – Secundário, no reputado “Concurso de História Militar e Juventude”, edição 2020-2021, promovido pela Comissão Portuguesa da História Militar e Associação de Professores de História.

O Colégio do Castanheiro, em Ponta Delgada, onde os alunos estudam e o professor leciona, foi a única escola açoriana a participar na final, tendo disputado o pódio com outros 113 autores e um total de 79 trabalhos.

O estudo científico apresentado foi fruto da investigação, análise, interpretação e defesa pública de bibliografia e documentação original do Arquivo Histórico da Marinha, que procurou dar a conhecer não só a epopeia do combate e dos naufragos, como o desempenho da tripulação do Patrulha, e em especial do “San

Miguel”, na travessia do perigoso mar da Carreira das Ilhas.

O mesmo foi classificado como “Excelente” pelos membros do júri, tendo os prémios sido entregues pelas mãos dos Presidentes da Comissão Portuguesa de História Militar, Major-General João Vieira Borges, e da Associação de Professores de História, Miguel Monteiro de Barros, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, e da Secretária de Estado dos Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, em representação do Ministro da Defesa Nacional João Gomes Cravinho.

O trabalho realizado insere-se na área temática da Educação para a Cidadania e pretende evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis.

Esta é uma conquista que resulta do trabalho, do empenho e da persistência dos alunos referidos, sob a distinta orientação do seu professor, mas também é um excelente exemplo de aprendizagem e de partilha, que extravasa a sala de aula e dá um contributo à sociedade.

Esta distinção comprova o papel das nossas escolas, privadas ou públicas, na construção sólida da formação humanística dos seus alunos, de modo a que estes assumam a sua cidadania plena, garantindo o respeito pelos valores democráticos básicos e pelos direitos humanos, como garante de uma convivência ética e saudável em sociedade.

Por isso devemos celebrar este feito, pois *Celebrar* significa “prestar solenidade” e, sem dúvida, na Educação há sempre motivos para tal. Celebremos, portanto, sempre, e sem exceção, todas as conquistas dos nossos alunos! Neste caso em concreto, o Grupo Parlamentar do PSD congratula os alunos, o professor e o Colégio do Castanheiro pela distinção recebida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo desempenho e pelo sucesso

alcançado.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos alunos e às suas famílias, ao professor e à Direção Pedagógica do Colégio do Castanheiro.

Horta, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros, Marco Costa, Elisa Sousa e Délia Melo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O reconhecimento dos méritos alcançados por estudantes ao longo do seu percurso escolar, não só é devido, como é também uma forma de motivar todo o trabalho desenvolvido, quer por estes alunos, quer pelos estabelecimentos de ensino que os acolhem, assim como também os professores que os formam no seu dia a dia.

Reconhecer e tornar público as conquistas dos nossos alunos, como é o caso dos alunos Jorge Nascimento Cabral e José Salgado, é também reconhecer o trabalho e empenho das suas famílias naquele que é um trabalho diário de formação dos nossos jovens e preparação para um futuro que se quer cada vez melhor.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto aqui apresentado como forma também de valorizar e estimular o gosto pela aprendizagem e pela vontade de se superarem.

Muito obrigada.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de congratulação é à atleta Ana Margarida Filipe. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ana Margarida Filipe pela presença nos Paralímpicos e a conquista de um diploma olímpico

Nos recentes Jogos Paralímpicos, realizados em Tóquio, no Japão, a atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, Ana Margarida Filipe, repetiu a presença conseguida em 2016, no Rio de Janeiro, competindo no Salto em Comprimento, onde conseguiu um diploma olímpico pelo 6.º lugar obtido, com a marca de 5,16 metros.

A atleta garantiu assim mais um resultado de relevo para o desporto nacional. Ana Filipe melhorou a classificação em relação aos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, nos quais foi nona, mostrando-se feliz com a conquista de um diploma, mesmo se esperava uma marca melhor.

O recorde pessoal da atleta no Salto em Comprimento é de 5,49 metros, marca que é também recorde nacional da categoria T20 (atletas com deficiência intelectual).

A presença de Ana Filipe em Tóquio revestiu-se novamente de sucesso,

especialmente com a enorme onda de apoio que desencadeou, numa realidade que em tudo contribuiu para a inclusão dos atletas que praticam modalidades de desporto adaptado.

Treinada por Ana Paula Costa, a atleta já tinha ganho três medalhas de ouro nos 60 metros Barreiras, Salto em Altura e Triplo Salto – e uma medalha de prata, no Salto em Comprimento – nos Campeonatos da Europa de Atletismo em Pista Coberta de Atletismo Adaptado Virtus.

Como conquistas recentes de Ana Filipe contam-se também as duas medalhas de ouro e as duas medalhas de prata no Campeonato do Mundo de Pista Coberta, em 2020. E, no final de 2019, as quatro medalhas no INAS Global Games, na Austrália.

Nesse ano, e no Campeonato da Europa de Atletismo de Pista Coberta, na Turquia, a atleta da ACM arrecadou duas medalhas de ouro e uma de bronze.

No seu palmarés constam ainda a eleição como desportista açoriana do ano de 2017 e 2019 e a nomeação para desportista nacional do ano em 2019.

Face à importância da prática desportiva na vida de todas as crianças, e face ao exemplo que dá em prol do bem-estar físico e mental das populações, é de realçar o papel de Ana Margarida Filipe como verdadeira embaixadora do desporto inclusivo e para todos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2021, a aprovação de um voto de congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pela presença e obtenção de um diploma olímpico nos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020, onde foi sexta classificada no Salto em Comprimento, modalidade de Atletismo.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à atleta Ana Margarida Filipe, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, à sua treinadora Ana Paula Costa, à Secretaria Regional da Saúde e

Desporto e à ANDDI-Portugal – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Marco Costa, Elisa Sousa e Paulo Gomes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A atleta Ana Margarida Filipe, a sua treinadora Ana Paula Costa, bem como a Associação Cristã da Mocidade já nos habituaram, ao logo dos últimos anos e dos últimos meses em particular, ao sucesso desportivo açoriano dentro e além fronteiras.

Nunca é demais saudar as conquistas alcançadas. São conquistas que a todos nós nos orgulham. E, portanto, como é natural, o Grupo Parlamentar do PS irá associar-se a este voto de congratulação apresentado pelo PSD/Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A pedido do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, peço a palavra. Estava com saudades minhas.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto, também, se não tiver um bocadinho de humor, não tem graça nenhuma, não é? Os senhores, às vezes, fazem-me rir tanto...

Eu gostaria de me associar a isto, a este voto e agradecer o trazerem cá, porque é

um grande exemplo de como devemos ser resistentes na vida. Algumas pessoas nascem com deficiência e são atletas paralímpicos. Alguns perderam as suas capacidades e encontram, depois, neste desporto adaptado, a forma de se vingarem da vida, no bom sentido, da forma mais positiva, dando um exemplo de resistência e dedicação.

Um bem-haja, um muito obrigado ao exemplo que eles dão a todos os jovens, a todos nós, que precisamos muitas vezes de resistir. E muito obrigado, já agora, por trazerem também estes méritos olímpicos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos colocar à votação este voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de saudação, também à atleta Ana Margarida Filipe. É apresentado pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

À atleta Ana Margarida Filipe pelas conquistas obtidas nos Jogos Paralímpicos de Verão de 2020

A missão paralímpica nacional com 33 atletas a competir em 8 modalidades participou entre os dias 24 de agosto e 5 de setembro de 2021 nos Jogos

Paralímpicos de Verão de 2020 que se realizaram na cidade de Tóquio.

Os atletas nacionais conquistaram 2 medalhas de bronze e 23 diplomas paralímpicos. Entre estes encontra-se a jovem atleta Terceirense Ana Margarida Filipe que com a marca de 5,16 metros no salto em comprimento T20 obteve o sexto lugar na competição e um diploma paralímpico.

A atleta Ana Margarida Filipe, que representa a Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, tem evidenciado uma evolução atlética digna de registo, fruto do empenho e esforço colocado no trabalho regular com a sua treinadora Ana Paula Costa.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a atleta Ana Margarida Filipe que prestigiou o desporto Açoriano, pela classificação alcançada na prova de salto em comprimento T20 nos Jogos Paralímpicos de Verão de 2020, que se realizaram na cidade de Tóquio, e pela obtenção de um diploma paralímpico.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Comité Paralímpico de Portugal e à Associação Cristã da Mocidade.

Muito obrigado.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Parecendo não haver, vamos colocar à votação este voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 12h05. E lembrava aos Líderes que temos uma reunião agendada.

Muito obrigado.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Vamos dar continuidade à apresentação e votação dos votos. O próximo voto é um voto de saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, aos nadadores terceirenses Jacinto Costa e Luís Carrola.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Aos nadadores Terceirenses Jacinto Costa e Luís Carrola pela travessia a nado entre a ilha de São Jorge e a ilha Terceira

Após mais de um ano de preparação, no crepúsculo matutino do passado dia 17 de julho, decorria grande azáfama no Topo, na ilha de São Jorge. Ultimava-se os preparativos para aquilo que se tornou um grande feito de natação em águas abertas em Portugal e muito em particular nos Açores.

Pelas seis horas e quarenta minutos, após a passagem do sol pela linha do

horizonte, Jacinto Costa e Luís Carrola, com 50 e 48 anos de idade respetivamente, lançaram-se à água na Ponta do Topo, na ilha de São Jorge, para percorrer a nado a distância de 22 milhas náuticas até ao Porto das Cinco Ribeiras, na ilha Terceira.

Não houve cansaço físico e mental, vaga ou corrente marítima que demovesse estes dois heróis de concretizar este grande feito de natação em águas abertas em Portugal.

Os cerca de 40 quilómetros de percurso em mar aberto foram conquistados braçada após braçada em catorze horas e vinte e cinco minutos.

Para esta façanha, os nadadores Terceirenses contaram com o apoio logístico de uma vasta equipa de voluntários, incluindo apoio médico e de socorro e duas embarcações. Contribuíram igualmente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Junta de Freguesia da Terra Chã, a Casa do Povo da Terra Chã, a firma J. Aurora, a Junta de Freguesia do Topo e os Bombeiros Voluntários da Calheta/Topo.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda os nadadores Terceirenses de águas abertas Jacinto Costa e Luís Carrola pela ligação a nado entre o Topo, na ilha de São Jorge, e o Porto das Cinco Ribeiras, na ilha Terceira, numa distância de 22 milhas náuticas percorridas em catorze horas e vinte e cinco minutos, conquistando um memorável feito para a natação de águas abertas em Portugal.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Os nadadores Jacinto Costa e Luís Carrola levaram a cabo um feito que não está, efetivamente, ao alcance de qualquer comum cidadão. É de enaltecer a coragem, a resiliência, a força e a capacidade mental para pensarem, executarem e concluírem este grande feito de natação em águas abertas.

Aos nadadores Luís Carrola e Jacinto Costa e a todos os envolvidos, o Grupo Parlamentar do PS presta o devido reconhecimento, associando-se, claramente, a este voto de saudação apresentado pelo CDS-PP.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de saudação, por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, aos nadadores terceirenses Jacinto Costa e Luís Carrola pela travessia a nado entre a ilha de São Jorge e a ilha Terceira.

É, realmente, um feito extraordinário a todos os níveis, um feito de superação humana. É um feito que nos prova a todos que no desporto, com trabalho e dedicação, conseguem-se proezas desta envergadura. É um feito que nos demonstra que, com persistência, se conseguem feitos notáveis. E este é, realmente, um feito notável. E um bem-haja ao Jacinto Costa e ao Luís Carrola.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é de saudação também e é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP a Marco Peixoto e à tripulação da embarcação Flicka.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

A Marco Peixoto e à sua tripulação da embarcação Flicka, pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021, na classe B

O Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021 decorreu entre 22 e 25 de julho na baía da cidade de Angra do Heroísmo.

Nesta prova magna da Vela de Cruzeiro nacional que apurava os campeões nacionais para as duas classes ORC, participaram 14 embarcações e respetivas tripulações provenientes do Porto, Lisboa, Madeira, São Jorge, Faial, São Miguel e Terceira.

As embarcações divididas em função da sua dimensão, pela classe A e classe B, competiram em 7 regatas ao longo dos 4 dias do evento.

No decurso das várias regatas, a embarcação Flicka, capitaneada por Marco Peixoto, foi-se destacando em relação aos adversários, liderando a classificação desde a primeira regata e tendo concluído quatro das sete regatas em primeiro lugar.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda Marco Peixoto e a tripulação da embarcação Flicka, Tiago Peixoto, Paulo Pimpão, Luis Mourão,

Nuno Peixoto e Bernardo Peixoto, pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021, na classe B, na prova que se realizou na Baía de Angra do Heroísmo entre os dias 22 e 25 de julho de 2021.

Muito obrigado.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se, naturalmente, a este voto de saudação a Marco Peixoto e à tripulação da embarcação Flicka, pela conquista do título de campeão nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021, na classe B.

Quando vencemos provas de âmbito nacional, enche-nos a todos nós açorianos de um enorme orgulho, seja qual for a modalidade desportiva.

Muito parabéns ao Marco Peixoto e à sua tripulação, que continuem a elevar bem alto o nome dos Açores.

E que este feito sirva também para atrair cada vez mais jovens à prática de desportos náuticos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS, naturalmente, saúda a conquista do Campeonato Nacional Vela de Cruzeiro ORC 2021 pelo terceirense Marco Peixoto e sua tripulação da embarcação Flicka.

Numa competição organizada pelo Angra Iate Clube e em competição direta com

equipas do Porto, Lisboa, Madeira, São Miguel, Faial, São Jorge e Terceira, Marco Peixoto (skipper do Flicka) e sua tripulação terminam a prova, na classe B, no mais honroso lugar do pódio, o primeiro.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, fica a mais sincera saudação pelo feito destes nossos campeões açorianos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM associa-se a este voto do Grupo Parlamentar do CDS-PP, apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, por vários motivos:

Em primeiro lugar, evidentemente, para saudar esta concretização da conquista do título de campeão nacional por parte do Marco Peixoto e da restante tripulação. É um feito de enorme relevância e deve ser assinalado, assim também como outras conquistas desportivas que aqui foram apresentadas;

Por outro lado, deixem-me dar esta pequena nota pessoal, também pela estética dos votos apresentados. Os votos do Sr. Deputado Pedro Pinto são absolutamente exemplares. Em primeiro lugar, também, pela sua dimensão, consegue dizer muito num pouco espaço, com poucos parágrafos. Isso é uma qualidade importante do ponto de vista parlamentar.

Deputado Berto Messias (PS): Conseguiu falar menos do que você!

O Orador: Depois, também, pela própria estética, que há muito não víamos aqui, que é importante utilizar este sentido épico que dá aos votos.

Veja-se que ler um voto em que se começa: “Após mais de um ano de preparação, no crepúsculo matutino”, ou “após a passagem do sol pela linha do horizonte”, ou através da felicitação destes novos heróis que ultrapassam todas estas dificuldades que aqui são descritas. Ora, este sentido épico associado ao desporto é também

uma marca que distingue o Sr. Deputado nos seus votos, e que eu considero também que é importante. É importante não ter o sentido apenas mecânico em relação aos votos. É necessário dar-lhes vida, dar-lhes um conteúdo e fazer com que sejam realmente interessantes.

Por tudo isso, pelo feito em si, pela forma como se sintetiza a informação e pela questão estética, o PPM associa-se a estes votos e vota favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação deste voto de saudação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Angra Iate Clube.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Ao Angra Iate Clube pela organização do Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021

A cidade de Angra do Heroísmo acolheu o Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021 que se realizou na baía desta cidade entre 22 e 25 de julho.

Este evento foi organizado pelo Angra Iate Clube em parceria com a Federação Portuguesa de Vela e contou com o apoio do Governo Regional dos Açores, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Portos dos Açores e Associação Regional de Vela dos Açores.

Nesta prova foram apurados os campeões nacionais da época de 2021 para as classes A e B de Vela de Cruzeiro ORC.

Divididas pelas duas classes em função da dimensão da embarcação, participaram 14 equipas provenientes do Porto, Lisboa, Madeira, São Miguel, Faial, São Jorge e Terceira, que realizaram 7 regatas em 4 dias de competição, tendo-se sagrado campeão nacional, na classe A, o Madeirense Francisco Nóbrega da embarcação Cash a Lot e, na classe B, sagrou-se campeão nacional o Terceirense Marco Peixoto da embarcação Flicka.

As condições naturais da Baía de Angra do Heroísmo para a prática de desportos náuticos de vela proporcionaram boas e desafiantes condições de competição, tendo sido motivo de referência elogiosa por parte das equipas provenientes da Madeira e do Continente Nacional.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Angra Iate Clube pela organização do Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021, realizado na Baía de Angra do Heroísmo entre os dias 22 e 25 de julho, que muito dignificou o desporto náutico Açoriano.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Federação Portuguesa de Vela e à Associação Regional de Vela dos Açores.

Muito obrigado. Até à próxima.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado Rodolfo Franca, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A organização do Campeonato Nacional de Vela de Cruzeiro ORC 2021,

cumprida por parte do Angra Iate Clube, foi um sucesso assinalável, a enaltecer e a replicar.

Apesar da humilde estética do texto, o Grupo Parlamentar do PS associa a sua palavra ao Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores na saudação, pela forma honrosa como o Angra Iate Clube organizou este tão digno evento.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se ao voto de saudação do Grupo Parlamentar do CDS-PP ao Angra Iate Clube.

Um clube de referência na ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, um clube que nos tem habituado a organizações de excelência.

Aqui, também dar uma palavra de reconhecimento ao Angra Iate Clube por todo o seu dinamismo, toda a sua preocupação para com os desportos náuticos.

Este tipo de evento, também, como disse há pouco no outro voto do Grupo Parlamentar do CDS, pode ser, aqui, de alguma forma, um chamariz para que cada vez mais jovens possam aderir aos desportos náuticos, que haja um apoio mais significativo a esses mesmos desportos, até porque somos uma região virada para o mar, rodeada de mar e está no nosso sangue o mar.

Portanto, um bem-haja ao Angra Iate Clube. Que venham mais organizações deste tipo, desta envergadura, porque a ilha Terceira merece e os Açores merecem essas provas de âmbito nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, o Sr. Deputado Pedro Pinto apresenta aqui um voto da maior relevância nesta matéria.

Eu também acho que, como aqui foi referenciado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto e também pelos Srs. Deputados que tiveram oportunidade de realizar uma intervenção no âmbito deste voto, estes acontecimentos desportivos em atividades ligadas ao mar são atividades e são feitos desportivos que devem ser assinalados, porque é nesta matéria que é importante dar passos decisivos, porque é através do desporto, do desporto náutico, que se liga a nossa juventude àquele que é o grande potencial dos Açores nesta matéria, ao mar, à economia do mar, às atividades do mar.

(Burburinho da Câmara)

Não estou a perceber a intervenção da Câmara. Os senhores podem elogiar os feitos dos nossos desportistas, e o PPM não pode fazer também? Eu estou aqui a fazer uma intervenção de elogio evidente à importância destes factos, destes eventos, destes triunfos desportivos e desta organização.

E, por isso, Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, o PPM tem a honra de anunciar que também se associa a este voto, nos exatos termos em que o mesmo foi escrito e foi apresentado no âmbito deste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar então à votação do voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é um voto de protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado António Lima.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pelo processo de despedimento coletivo na Altice Portugal

A 22 de junho, a Altice Portugal anunciou um “Plano Integrado de Reorganização”, que pretendia ser “uma nova etapa no âmbito da transformação da empresa, com vista à reorganização, reestruturação e racionalização de algumas das áreas da Altice”. Este processo não era afinal outra coisa senão um despedimento coletivo de mais de 200 trabalhadores, incluindo oito trabalhadores da Região Autónoma dos Açores, a quem foi imposta uma rescisão de contrato, como se ela fosse de comum acordo.

A Altice Portugal fechou o primeiro semestre deste ano com receitas de 1099,8 milhões de euros, um aumento de 7,6% face ao período homólogo do ano anterior. Contrariamente à justificação dada pela empresa de que estes postos de trabalho acabaram, é sabido que, na verdade, os trabalhadores do quadro estão a ser substituídos por trabalhadores em “outsourcing”.

A empresa deixa assim de pagar salários que, em muitos casos, nem chegavam aos mil euros, para passar a ser atribuir apenas o salário mínimo nacional a

trabalhadores que desempenharão exatamente as mesmas tarefas. Agrava este cenário o facto de a empresa de outsourcing de recrutamento de novos trabalhadores ser a Intelcia, detida em mais de 65% pela própria Altice. A data de concretização do despedimento coletivo dos trabalhadores é o dia 31 de outubro. Oito trabalhadores da Região e mais de 200 a nível nacional ficarão sem trabalho já dentro de onze dias. Mas não ficarão livres de perigo os outros trabalhadores desta e de outras empresas após a abertura pela Altice deste precedente que não faz outra coisa senão permitir facilmente ao setor privado baixar os salários dos seus trabalhadores, mesmo daqueles que fazem parte dos seus quadros.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova, por proposta do Bloco de Esquerda, um voto de protesto pelo processo de despedimento coletivo levado a cabo pela empresa Altice Portugal.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao SINTTAV, ao Sindicato dos Trabalhadores da Altice em Portugal (STPT), ao Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT), à Altice Portugal, ao Governo da República e à Assembleia da República.

Horta, 21 de outubro de 2021

Os Deputados, António Lima e Alexandra Manes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A apresentação deste voto e aquilo que ele pretende alcançar são objetivos tributários de uma determinada visão da sociedade, que é legítima, mas, sobretudo, de uma determinada visão daquela que deve ser a relação do Estado, enquanto entidade, com outras entidades privadas. E é por causa disso, por ser

profundamente diferente a visão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, nesse domínio, que não poderemos acompanhar o Bloco de Esquerda neste voto.

É legítimo que qualquer partido político, é legítimo que qualquer cidadão possa dirigir um juízo de valor de censura a qualquer outra entidade, mas já nos causa muitas reservas, que no caso concreto não nos permitem acompanhar o Bloco de Esquerda neste voto, que se pretenda que o Estado, enquanto tal, dirija esse voto de censura, dirija esse juízo de valor de censura a uma entidade privada.

Se em qualquer circunstância isso é assim, mais estranho se torna quando o comportamento que se pretende censurar é um comportamento que a lei contempla.

E, no nosso entender, a forma que o Estado tem para censurar esse tipo de comportamento é exatamente através deste instrumento geral e abstrato por excelência, que é a lei, e não através de um juízo casuístico que traduz uma censura individualizada em relação a quem quer que seja. No caso concreto é uma empresa, mas nada impede que, alinhando nesta visão, pudesse ser em relação a um indivíduo, a uma instituição, a um particular. E é aqui que nós divergimos e é aqui que nós entendemos que o método, o instrumento, não é aquele que nos permite alinhar com este juízo.

Se a lei contempla este procedimento e não dá garantias suficientes aos envolvidos e aos afetados por esta decisão para a defesa dos seus interesses, para a defesa dos seus legítimos interesses, então que se altere a lei e não que se enverede por um ato, que se esgota na sua própria aprovação, de simplesmente um juízo valorativo de censura a uma entidade privada, a um comportamento.

Porque é também aqui que, na nossa perspetiva, a lei garante a diferença e, mais, garante a proteção do arbítrio, porque, recorde, relembro e repito, alinharmos, sobretudo nesta situação em que há um comportamento que a lei contempla, por esse juízo negativo de censura é alinharmos, no fundo, enquanto Estado, e no caso

concreto a Região, por um procedimento e um caminho que nos parece perigoso e não de optar.

Dito isto, significa que, enquanto Partido Socialista, concordemos com o procedimento? Legitimamente, podemos discordar. Significa isto que, enquanto Partido Socialista, concordemos, defendamos aquela que a bordagem que esta entidade tem em relação a esta situação e a este processo? Provavelmente e legitimamente, podemos discordar. Mas o que já não podemos discordar é que se pretenda trazer o Estado para, simultaneamente, através da aprovação de uma lei, contemplar um determinado comportamento, e esse mesmo Estado, ao mesmo tempo, censurar qualitativamente esse comportamento.

Não é este voto que permite o desenvolvimento deste raciocínio em toda a sua extensão, mas julgo ter já explicitado o suficiente para, reconhecendo a legitimidade, reconhecendo, no fundo, toda a capacidade e o direito que o Bloco de Esquerda, ou qualquer outro partido nesta Assembleia, fruto do seu posicionamento ideológico, fruto das suas conceções, fruto, no fundo, da sua ideia de relacionamento que deve haver entre a sociedade e o Estado ou entre o Estado e a sociedade, poder dirigir esse juízo.

Querer trazer o Estado para, simultaneamente, contemplar um determinado comportamento, como é o caso do instituto de despedimento, no caso coletivo, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... (já termino, Sr. Presidente) e, depois, dirigir um juízo de censura qualitativo, parece-nos uma abordagem perigosa e uma abordagem que não deve ser seguida.

Nós, Partido Socialista, acompanhamos com toda a preocupação e com toda a atenção esta situação do despedimento coletivo na Altice Portugal. E fazemo-lo, não prescindindo de utilizar qualquer dos instrumentos que está à nossa disposição, inclusive legislativos, ou seja, aqueles que garantem esta tal generalidade e abstração que defende os cidadãos e os particulares do arbítrio de

atitudes abusivas.

Nós podemos comungar, e comungamos, da preocupação de fundo. Nós achamos que os trabalhadores da Altice, e esse comportamento precisa de ser alvo de uma atenção muito cuidada, muito próxima, muito atenta, para evitar abusos, nós entendemos que não é num voto de protesto, que se esgota naquilo que ele mesmo pretende ser, que está a forma mais eficaz de defender os interesses dos trabalhadores e evitar abusos.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também eu quero pronunciar-me do ponto de vista político...

Quer dizer, há aqui um ambiente na Câmara, em que o Partido Socialista fala, faz uma intervenção de 5 minutos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 10!

O Orador: 10? 10 minutos. E os senhores consideram que estão a aproveitar o tempo. Quando outro Grupo Parlamentar fala, consideram que tem um propósito qualquer de queimar tempo. Ora, não é assim, o meu propósito é, também, dar a minha opinião política sobre esta matéria, até porque eu considero que é mesmo importante.

E apreciei a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre este tema, embora

não concorde. Mas achei bem fundamentado.

Eu vou-lhe dizer o seguinte: nesta matéria, considero que o Bloco de Esquerda tem razão. Este procedimento por parte da Altice é um procedimento legal, não haja dúvidas a este respeito, como também o procedimento da Cofaco, no Pico, foi um procedimento legal. Mas será que é ético? Será que não pode ser condenado do ponto de vista político por este Parlamento?

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro considera que, por ser legal, está isento da crítica política.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Não? Mas foi isso que eu percebi.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas percebeu mal!

O Orador: O PPM e eu próprio consideramos que não, que este procedimento, sendo legal, não está isento de críticas, porque a verdade, como o Bloco de Esquerda aqui refere, é que se vão despedir 200 trabalhadores para que possam ser contratados trabalhadores com salários mais baixos, que vão executar exatamente as mesmas tarefas. Isto é ético? Não é! Isto é aceitável? Não é! É esta a sociedade que queremos construir no futuro? Não! Os órgãos políticos devem garantir que existe escrutínio sobre estas matérias, que estamos atentos e, mais, que podemos votar favoravelmente um voto de protesto em relação a estes procedimentos e, eventualmente, alterar a legislação, através dos órgãos próprios, para que estes procedimentos não possam ocorrer e que não se possa prejudicar os trabalhadores desta forma.

E é por isto que o PPM vai votar favoravelmente este voto de protesto por parte do Bloco de Esquerda, porque consideramos que é legítimo que este Parlamento, que estes Deputados possam fazer o seu juízo político sobre este procedimento que prejudica gravemente estes trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata, exatamente por ser social-democrata, não tem preconceitos quanto à capacidade empresarial de gerar empresas que possam crescer, que possam ganhar dimensão, que tenham até uma intervenção no plano internacional, como é o caso da empresa que é objeto deste voto de protesto, nem tão pouco temos qualquer preconceito contra os lucros que elas geram, naturalmente, salvaguardando aquilo que são princípios elementares numa democracia, num Estado de direito, de que esses lucros sejam obtidos de forma legal, justa e que obedeçam, também, a uma repartição equitativa pela força do trabalho na razão daquilo que é a colaboração que cada trabalhador dá à empresa onde trabalha.

Como já foi aqui afirmado, este processo de reorganização da Altice Portugal é feito naquilo que são os termos da legislação portuguesa, diria até naquilo que são os termos da legislação europeia para este tipo de empresa. Todavia, nós não podemos ficar apenas pela verificação da conformidade dos procedimentos das empresas com a lei, mas indo um pouco mais além. E ir um pouco mais além é, nomeadamente, atender ao contexto laboral e económico em que essas decisões empresariais são tomadas.

O setor das comunicações é, seguramente, um dos setores mais dinâmicos na atualidade, não só no contexto português, mas à escala global. Essa transformação decorre essencialmente dos avanços que a tecnologia cada vez mais proporciona, nomeadamente ao nível da automação de um conjunto de serviços e tarefas que são executadas no âmbito dessas empresas.

Nessa medida, como social-democratas que somos, naquilo que é o nosso entendimento sobre a economia, a relação do Estado com as empresas, sem perder

de vista o outro vértice deste triângulo, que é o da força laboral, nós acompanhamos a preocupação do Bloco de Esquerda, porque é uma preocupação que não é exclusiva do Bloco de Esquerda, atender àquilo que são os justos direitos dos trabalhadores, àquilo que são as suas expectativas, sem, naturalmente, também, deixar de respeitar aquilo que são os enquadramentos legais.

E, portanto, nós acompanhamos a preocupação do Bloco de Esquerda naquilo que é a defesa dos trabalhadores, mas já não acompanhamos na forma como o Bloco de Esquerda pretende fazer a defesa desses trabalhadores.

Aliás, a relação dos Açores com esta empresa, com a Altice, também não pode ser deixada de fora da apreciação que estamos a fazer desta matéria, tratando-se de uma empresa que tem um conjunto de contratos de grande importância para com a Região Autónoma. Isso significa que ela também deve atender àquilo que são as relações com o contratante, que é a Região Autónoma, com as responsabilidades que ela tem ao nível, por exemplo, da montagem das redes de 5G, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... (vou terminar já) que estão mesmo aí a ser instaladas, com o fornecimento de serviço ao nível da fibra ótica. Portanto, há aqui uma relação que também não pode ser esquecida por ambas as partes. E o próprio Governo Regional, confrontado com esta matéria, em agosto passado, já teve a oportunidade de manifestar à Altice a sua preocupação. E disso deu conta aos sindicatos representantes destes trabalhadores.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, acompanhando a preocupação do Bloco de Esquerda relativamente aos trabalhadores dos Açores da Altice que perdem agora o seu vínculo laboral com a empresa, mas da qual têm garantias de obtenção daquilo que são os direitos que a lei consagra para essas situações, não podemos acompanhar quanto à forma. Nessa medida, vamo-nos abster na votação.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui um voto de protesto pelo processo de despedimento coletivo da Altice Portugal.

Sem dúvida que, por parte do Grupo Parlamentar do CDS, acompanhamos esta preocupação aqui apresentada, uma vez que é sempre preocupante quando temos funcionários que ficam sem o seu trabalho, famílias que veem familiares sem emprego. E se já o era preocupante antes, claro que isto tudo veio a agravar-se com a situação pandémica que estamos a viver e em que algumas famílias têm passado por grandes dificuldades. Como tal, por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, acompanhamos esta preocupação aqui apresentada.

Contudo, uma vez que a empresa aqui em causa é a Altice Portugal, tratando-se de uma empresa privada, a verdade é que, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, não nos devemos imiscuir naquilo que são as opções da empresa, nas opções que levam a estes despedimentos, no caso em concreto da Região Autónoma dos Açores e dos trabalhadores desta empresa que estão na Região Autónoma dos Açores, destes oito trabalhadores em causa.

Como tal, são estratégias que a empresa desenvolve naquilo que é a sua gestão. E, no nosso entender, o escrutínio dos procedimentos que estão a ser tomados com estes trabalhadores devem ser acompanhados num regime de proximidade com as entidades que acompanham e que fiscalizam estes processos.

Por isso, como disse inicialmente, o Grupo Parlamentar do CDS-PP acompanha

esta preocupação. Claro que não vemos com agrado estes despedimentos, até porque esta empresa, como já foi também aqui dito anteriormente, é uma empresa que tem também relações com a nossa Região na área das comunicações, numa era que está em franco desenvolvimento, com muitos projetos que têm sido desenvolvidos e a desenvolver. Como tal, não nos agrada estes despedimentos, mas o certo é que, por outro lado, trata-se de uma empresa privada que está a gerir a sua empresa, e não nos devemos imiscuir nesta situação.

Percebemos a legitimidade, também, do Bloco de Esquerda a apresentar esta iniciativa, também indo ao encontro daquilo que é a sua ideologia, que é aquilo que defende. Percebemos essa legitimidade e essa preocupação que é trazida aqui. Não concordamos e não acompanhamos a forma como o Bloco faz chegar essa preocupação, uma vez que se trata de uma empresa privada.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Terminou já.

Como tal, não poderemos acompanhar este voto apresentado por parte do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

O CDS esgotou o seu tempo para este Período de Tratamentos de Assuntos Políticos, tal como o PSD, que, há bocadinho, me esqueci de anunciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tinha guardado o meu tempo todo para aquilo que ia fazer daquela tribuna, mas, como fizeram o favor de inventar uma data de votos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Desculpa?

O Orador: ... e de coisas para empalhar isto tudo, não há tempo.

Eu percebo a preocupação do Bloco de Esquerda nesta matéria, mas há uma

memória que temos que recuperar: a Altice é herdeira de uma PT 100% pública, que prestou, durante muitos anos...

(Aparte inaudível)

Não, a culpa é dos monopólios do Estado, Sr. Deputado! Não é do Estado, é dos monopólios do Estado, que nunca funcionam!

Deputado António Lima (BE): Está melhor agora, não está?

O Orador: Está, tem concorrência! Tem concorrência!

E esta PT, que era 100% do Estado e que, durante muitos anos, prestou um serviço em regime de exclusividade, de primeira necessidade, aos cidadãos, tinha um sindicato liderado pela CGTP, que construiu um acordo de empresa hercúleo para os trabalhadores e que levou a empresa, inclusivamente, à necessidade de ser desmantelada e vendida na praça pública.

E nem sequer vou recuperar o que é que foi feito, durante alguns Governos de esquerda, com a PT e com os milhões que a PT fez desaparecer do erário público. Não vou por aí. Este assunto está arrumado. Para mim, está arrumadíssimo. Eram uns gurus da gestão, todos eles gurus da gestão. Deu no que deu, todos nós sabemos. Inclusivamente, deu cadeia. Mas isso são águas passadas.

O que interessa aqui e é por isso que não vou votar favoravelmente esse voto de protesto do Bloco de Esquerda, é que nós estamos perante uma empresa que precisa de se reestruturar para continuar a poder cumprir, em mercado concorrencial, com os serviços que tem prestado. E que é fundamental que exista um mercado concorrencial, porque só existindo mercado concorrencial nessa área – da transição digital, das comunicações – é que nós melhoramos. É assim em toda a parte do mundo onde tem funcionado o mercado.

E é por isso que não me associo a esse voto de protesto do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a este voto de protesto do Bloco de Esquerda, porque, ao contrário do que o Sr. Deputado Nuno Barata disse, os trabalhadores não têm culpa das escolhas feitas nas hierarquias mais altas.

Deputado Nuno Barata (IL): Têm, têm!

O Orador: Os trabalhadores não têm culpa que haja um despedimento e haja, depois, algum outsourcing para pessoas que vão fazer exatamente as mesmas tarefas por menos dinheiro.

Assim, não vemos, à partida, como é que a gente consegue criar riqueza, seja a nível nacional, seja aqui nos Açores.

E também para deixar um repto sobre a quantidade de votos que nós tínhamos. Sim, nós já sabíamos. Foi por causa disso que os partidos mais pequenos não tiveram hipótese de fazer declarações políticas. Nós sabíamos disso. Ainda bem que não fizemos e não perdemos tempo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecendo as intervenções que me antecederam sobre esta matéria e salientando o voto favorável do PPM, com uma visão neste aspeto mais sobre conceção de sociedade do que uma visão meramente legalista sobre este assunto, saudamos esse aspeto e esse facto.

Esta não é apenas uma questão legal, embora também seja. E mesmo a questão legal sobre este despedimento levanta muitas dúvidas. Muitas dúvidas têm sido

levantadas pelos próprios trabalhadores e pelos sindicatos junto da Direção-Geral do Emprego e das Relações Laborais, porque um despedimento coletivo não é apenas a empresa decidir que quer despedir e despedir como quer e como bem entende. Há regras para isso.

E não se pode dizer que se extingue um posto de trabalho para depois pôr alguém na secretária ao lado, porque trabalha para uma empresa que por acaso é detida pela mesma empresa que despede, a fazer o mesmo trabalho e o mesmo serviço. E é isso que acontece na Altice.

E a questão de fundo aqui é se o Parlamento dos Açores acha que este tipo de processo, que pode ser até legal, mas que não é ético nem é moral, deve ser aceite na nossa sociedade.

E nós podemos alterar a legislação para clarificar e para impedir que isso não aconteça. E o Bloco de Esquerda já apresentou propostas, recentemente, na Assembleia da República sobre este assunto, para evitar que esta situação aconteça.

Mas, do ponto de vista político, consideramos que o Parlamento dos Açores, ou outro Parlamento qualquer, deve ter essa posição de rejeição deste procedimento, deste tipo de atuação, de uma empresa que não está a passar por dificuldades, que tem lucros, que tem receitas e cujo seu fundador e principal acionista diz que não gosta de pagar aos trabalhadores e paga o menos possível. Porque é isso que está a acontecer. É uma forma de reduzir custos, pagando os mesmos de sempre.

Sr. Deputado Nuno Barata, não foram os trabalhadores que puseram a PT como ficou, não foram os trabalhadores que foram presos, como sabe e muito bem.

E também nos custa a ver e a aceitar argumentos que digam que nós não poderemos, ou deveremos ter cuidado no protesto, porque a Região ou outra entidade qualquer até tem relações de proximidade e nesse caso contratual com esta empresa ou com qualquer outra instituição, porque a avaliação que nós fazemos de uma situação destas não pode estar dependente do número de

contratos ou do número de zeros que estão nesses contratos que temos com qualquer entidade. Esse é um argumento que não podemos, infelizmente, aceitar. Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aí concordo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de protesto apresentado foi aprovado com 2 votos a favor do BE, 2 do PPM e 1 do PAN; 1 voto contra da IL e 1 do Deputado independente; 25 votos de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS e 1 do Chega.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15h. Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos dar início aos nossos trabalhos, da parte da tarde.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Tiago Branco substituiu o Deputado José Gabriel Eduardo na Mesa)

Ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, o Sr. Deputado independente, Carlos Furtado, solicitou a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 78/XII – “Proposta de redução de IMI para freguesias dos Açores que apresentem diminuição de população”**.

Dou a palavra ao Sr. Deputado para a apresentação desta iniciativa. Dispõe do tempo máximo de 10 minutos.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que é amplamente reconhecido o direito à habitação e que esse direito é fundamental para garantir a fixação das pessoas, para garantir o bem-estar das pessoas, para garantir o bom ambiente familiar das nossas famílias;

Nessa mesma altura em que também se verifica, infelizmente, que os Açores apresentam taxas de desertificação preocupantes, especialmente em algumas ilhas e especialmente em algumas freguesias mais afastadas dos centros urbanos;

Numa altura em que a sociedade portuguesa e açoriana, não é exceção, tem sobre as costas cargas excessivas de impostos atendendo-se àqueles que são os rendimentos das nossas famílias;

Numa altura em que, num período pós-pandémico, se verifica taxas de inflação preocupantes, motivadas, em muito, pelo aumento exponencial dos bens transacionáveis que todos nós consumimos no dia a dia;

Precisamente numa altura, também, onde os municípios terão a possibilidade de, através de recurso ao PRR, verem, assim, um aumento considerável daquelas que são as suas dotações por via dessas mesmas candidaturas a fundos comunitários;

É também uma altura em que verificamos que, nesta Casa, este ano, se aprovou a redução dos impostos IVA, IRC e IRS para o limite máximo previsto na lei de 30%;

É precisamente, no meu entender, a altura, também, de darmos mais um passo naquilo que é a redução da carga sobre os ombros do povo açoriano. E essa

redução, no meu entender, poderá acontecer por aquilo que é um elemento previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que é: a redução até 30% do valor do IMI pago pelas famílias e pelas empresas açorianas relativamente àquilo que é o seu valor normal.

Essa redução de 30% é expressiva e poderá, no fundo, alimentar aquilo que é um procedimento normal no povo açoriano, que é: manter em bom estado de conservação os seus imóveis.

No fundo, aquilo que se pretende, e está previsto, conforme disse, no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, é que, nas freguesias onde apresentem fenómenos de desertificação, possam, os municípios, através de aprovação nas assembleias municipais, aprovar um mecanismo que prevê a redução até 30% do valor do IMI.

Este será, no meu entender, um elemento importante, um elemento que vai facilitar a vida às pessoas.

Paralelamente a essa situação da redução até 30%, o mesmo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê também a possibilidade, de forma até cumulativa, de haver uma redução de até mais 20% para os imóveis que se encontrem em estado de arrendamento.

Portanto, isto será, no meu entender, um elemento muito potenciador para o mercado de arrendamento. Será um elemento também muito potenciador para a reabilitação urbana, na medida em que encoraja as pessoas e os investidores a reabilitarem, a ampliarem e a construírem novos imóveis, porque terão, aqui, a perceção de que, por parte do poder, nesse caso do poder local, há uma sensibilidade para, no fundo, valorizar o esforço dessas mesmas pessoas. E que esse esforço, que também será dos municípios na forma em que vai reduzir, obviamente, as suas receitas, mas que esse dinheiro será, obviamente, no meu entender, devidamente canalizado para a reabilitação urbana.

Isto será um elemento importante para a fixação de pessoas na nossa terra e será

também um elemento determinante para que a nossa paisagem, que é tão reconhecida do ponto de vista também urbanístico, possa, no fundo, ser também e continuar a ser uma imagem da nossa Região. Portanto, edifícios bem reabilitados ficam, obviamente, bem nas fotografias que levam da nossa terra.

Espero, por isso, que esse Projeto de Resolução que agora aqui apresento tenha a vossa atenção, no sentido de que ele depois seja aprovado, é certo, embora ache por bem que vá baixar à Comissão competente, como é certo, e que a partir daí, também por parte dos municípios, percebam que a partir desta Casa há a sensibilidade necessária para implementar uma medida dessas, que, estou a entender, será determinante para o sucesso da nossa Região, até porque temos que atender a um princípio: viver nos Açores e manter imóveis nos Açores não é exatamente a mesma coisa que manter imóveis no Continente ou na Madeira. O clima extremamente agressivo da nossa Região, pela proximidade ao mar e pela nossa zona geográfica no globo, é também um custo adicional ao custo de vida dos açorianos. Portanto, manter um imóvel nos Açores tem, incomparavelmente, mais custos do que manter em outras zonas do país. Portanto, eu acho que a implementação desta medida será, no fundo, um reconhecimento importante deste elemento, que é: manter um imóvel nos Açores é caro.

E eu estou em crer que, no futuro, teremos condições, a partir desta medida e de outras que venham eventualmente a ser aprovadas nesta Casa, para que viver nos Açores e investir nos Açores seja aliciante. E isso, obviamente, se refletirá em outra fixação dos nossos jovens, das nossas famílias e até, quiçá, de outras pessoas de outras zonas do globo que queiram viver nos Açores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Dispõe o nosso Regimento de um período para pedidos de esclarecimento. Pergunto se há pedidos de esclarecimento. Parecendo

não haver, vamos, assim, avançar na nossa agenda para o ponto 11: **Petição n.º 9/XII – “Manifesto açoriano – Pelos direitos fundamentais”**, apresentada por Pedro de Mendoza y Arruda Oliveira Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO SOBRE A PETIÇÃO N.º 9/XII – “MANIFESTO AÇORIANO – PELOS DIREITOS FUNDAMENTAIS”

INTRODUÇÃO

A 25 de maio de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 9/XII, intitulada “Manifesto açoriano - Pelos direitos fundamentais”, cuja primeiro signatário é Pedro de Mendoza y Arruda Oliveira Rodrigues.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da

Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, as matérias relativas a “cultura”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O primeiro peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que “Passado pouco mais de um ano sobre a declaração, pela Organização Mundial de Saúde, da pandemia de SARS-CoV-2, vírus responsável pela doença COVID-19, é hoje dolorosamente claro que os esforços coletivos de contenção da pandemia tiveram um elevado custo social e económico em todas as comunidades.

Embora tomadas com um compreensível e justificado sentido de salvaguarda da “Saúde Pública”, torna-se inevitável reconhecer que temos assistido, ao longo de todo este tempo, a uma série de medidas opressivas, autoritárias e profundamente penalizadoras da economia e da sociedade em geral que, pelo seu impacto devastador, representam, elas próprias, um sério risco para a própria “Saúde Pública” que visam proteger. Pelos seus efeitos arrasadores na generalidade da população, com particular incidência nos idosos, ostracizados e forçados a um isolamento desumano; nas pessoas com deficiência, cujas vidas são desestruturadas pelo encerramento dos serviços de apoio e complementares; nas crianças e jovens, que viram as suas vidas académicas e capacidade de relacionamento com outras crianças e jovens comprometida pelo fecho dos estabelecimentos de ensino e na sua vida social e familiar, desestabilizada pelo confinamento; nas famílias, muitas vezes indefesas face ao *layoff* e consequente quebra de rendimentos ou às exigências do teletrabalho, do ensino à distância e, noutros casos, da falência das empresas e do desemprego; o stress, a ansiedade, o *languishing* e *burnout* parental; o agravamento de outras doenças e patologias, pelo acesso condicionado a exames complementares e serviços de saúde; até, enfim, o acesso ao ar-livre, a hábitos de vida saudável, ao lazer, à cultura e ao entretenimento, provocados pelos sucessivos confinamentos e recolheres obrigatórios.

De acordo com a declaração de Great Barrington (www.gbdeclaration.org): “*As atuais políticas de confinamento estão a produzir efeitos devastadores na saúde pública a curto e longo prazo. Os resultados (para citar alguns) incluem taxas mais baixas de vacinação infantil, agravamento dos prognósticos das doenças cardiovasculares, menos exames oncológicos e deterioração da saúde mental – levando a um maior excesso de mortalidade nos próximos anos, com a classe trabalhadora e os membros mais jovens da sociedade a carregar um fardo mais pesado. Manter os alunos fora da escola é uma grave injustiça. Manter estas*

medidas em vigor até que uma vacina esteja disponível causará danos irreparáveis, com os mais desfavorecidos a serem desproporcionalmente prejudicados.”

Do ponto de vista estatístico, de acordo com a própria OMS, a taxa de mortalidade associada à COVID-19 é extremamente baixa, sendo que os fatores de risco estão diretamente associados a outras patologias e comorbilidades. Importa, também, realçar que, em Portugal, tal como no resto do mundo, 87% dos óbitos associados à doença COVID-19 aconteceram na faixa etária de +70 anos e 65% nos +80 anos, devendo obrigatoriamente as medidas de contenção ser focalizadas neste grupo etário. Saliente-se, ainda, que de acordo com os números recentemente publicados pelo INE, nos Açores, apenas 0,9% de todos os óbitos registados no ano de 2020 estão associados à COVID-19.

Por outro lado, importa, neste momento, ter em linha de conta as muitas aprendizagens feitas neste longo período de pandemia sobre a perigosidade do vírus, a sua sazonalidade, o tratamento e a mortalidade da doença e, ainda, a existência, embora de distribuição escassa, de várias vacinas, para perceber que, embora ao nosso alcance, ainda está distante a imunidade de grupo, podendo a pandemia prolongar-se por um tempo indeterminado.

Assim, em face do exposto, entendem, os signatários do presente Manifesto ser imperiosa uma alteração das estratégias de combate à pandemia implementadas na Região que permitam, por um lado, o seu controlo, dentro do respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, garantidos na Constituição da República Portuguesa, bem como, por outro lado, a prossecução de um mínimo de padrões de normalidade na vida das comunidades requerendo, para tal, às autoridades regionais, a avaliação e implementação urgente das seguintes medidas:

1. Repor as liberdades e direitos básicos dos cidadãos, optando-se por medidas pedagógicas de profilaxia dos contágios, como seja o uso de máscaras em locais fechados, a etiqueta respiratória e o distanciamento quando possível.

2. Reabrir, o mais rapidamente possível, as aulas presenciais, em todos os ciclos de ensino, restabelecendo-se assim a normalidade do processo pedagógico e o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens, devendo, para isso, ser reforçadas com meios técnicos e humanos, as equipas de apoio pedagógico e psicológico, de toda a comunidade escolar, de modo a mitigar os previsíveis danos resultantes de tão prolongada e dura adversidade, gerada pelo encerramento forçado das aulas presenciais, evitando-se assim o, infelizmente expectável, incremento do já altamente problemático abandono escolar precoce.

3. Restabelecer o direito à circulação, à mobilidade dos cidadãos, ao exercício físico, em todas as suas vertentes e manifestações e à vida em comunidade dentro do respeito pelas medidas sanitárias básicas descritas.

4. Retomar o funcionamento regular dos estabelecimentos do canal HORECA, e restantes atividades económicas afetadas, bem como das atividades culturais, em estreita cooperação com cada sector, de modo a garantir as condições estáveis e previsíveis para uma vigorosa recuperação económica dos Açores, em particular da ilha de São Miguel, que é a mais fortemente penalizada pelas medidas restritivas tomadas até ao presente momento.

5. Capacitar o Serviço Regional de Saúde com o reforço de meios, técnicos e humanos, necessários para uma eficiente gestão dos impactos da pandemia, em lugar de medidas altamente lesivas do bem-estar social, como é o caso do encerramento de escolas, de estabelecimentos e empresas, confinamentos, recolher obrigatório e cercas sanitárias, que colocam, injusta e injustificadamente, o ónus da pandemia no cidadão e isentam o Estado das suas verdadeiras responsabilidades.

6. Rever os critérios de risco, optando-se por uma política mais cirúrgica, localizada e flexível, como, aliás foi, à data da sua tomada de posse, sugerido pela própria Autoridade de Saúde Regional, em lugar das medidas gerais aplicadas indiscriminadamente a toda a ilha, geradoras de profundas injustiças e

desigualdades.

7. Criar uma comissão multidisciplinar de acompanhamento da pandemia que congregue especialistas de várias áreas científicas como a sociologia, a psicologia, a economia e outras ciências sociais, bem como médicos de saúde pública e epidemiologistas, que possam analisar a situação, dia-a-dia, e propor ao Governo medidas equilibradas e equitativas para a gestão da pandemia, salvaguardando-se o interesse público e, também, em prol da saúde pública, o normal funcionamento da sociedade.

8. Implementar com carácter de urgência um robusto Plano de Revitalização Económica da Ilha de São Miguel, que permita desburocratizar, incrementar e agilizar as medidas de apoio social e económico, imprescindíveis à retoma económica de toda a ilha, que se encontra já numa situação calamitosa, do ponto de vista da sua saúde económica, com consequências catastróficas e imprevisíveis no futuro e que, embora penalizando de forma mais direta e profunda a ilha de São Miguel, afetarão inevitavelmente toda a Região Autónoma dos Açores.

Pelo exposto, os signatários do presente Manifesto apelam ao Governo Regional, às restantes forças políticas com e sem assento parlamentar, aos representantes dos diferentes sectores sociais e económicos e à sociedade civil em geral, a um entendimento e um esforço conjunto na normalização da vida dos cidadãos e no combate equilibrado da pandemia, no estrito respeito pela Constituição e pelos direitos fundamentais dos cidadãos à Saúde e à Liberdade rejeitando a noção de que se possam sobrepor um ao outro”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição dos petiçãoários, os cidadãos Pedro Arruda, André Silveira e Margarida Veiga, bem como do Governo Regional.

A audição dos peticionários ocorreu no dia 1 de setembro, pelas 10h00. A audição do membro do Governo Regional ocorreu no dia 4 de outubro 2021, pelas 15h00.

- Audição dos peticionários, os cidadãos Pedro Arruda, André Silveira e Margarida Veiga:

A explanação dos motivos que levaram à apresentação desta petição ficou a cargo do seu primeiro subscritor, Pedro Arruda, que começou por fazer referência às declarações proferidas pelo Diretor-geral da Organização Mundial da Saúde em que este alertava para vários aspetos essenciais na avaliação e no combate ao SARS-CoV-2, sublinhando a necessidade de os países adotarem medidas que conseguissem um equilíbrio entre a proteção da saúde pública e a minimização das perturbações económicas e sociais, bem como o respeito pelos direitos humanos.

Os peticionários fizeram alusão ao médico alemão Rudolf Virchow, lembrando o que o mesmo defendia, ou seja, que “o combate a uma epidemia não podia, não poderá nunca, ser feito apenas com base em análises médicas e prescrições clínicas, mas antes com um profundo programa de reformulação social que incluía saúde, educação, emprego e economia”.

Pedro Arruda afirmou que “Desde março de 2020 foram registados, em todo o mundo, 216 Milhões de casos positivos de infeção pelo vírus SARS-CoV-2 e mais de 4.5 Milhões de mortes por Covid-19. Estes números são, de facto, impressionantes e têm levado não só a uma resposta firme, por vezes mesmo autoritária, por parte dos Estados, com a imposição de medidas restritivas de diversa ordem e grau de limitação das liberdades individuais, como, também, a uma avalanche mediática sem precedentes na comunicação sobre a pandemia que, no seu conjunto, e extensão no tempo, levaram a uma profunda e generalizada

exaustão das populações.”. O peticionário acrescentou, ainda, que “a Covid-19 não foi sequer uma das 10 principais causas de morte a nível global no ano de 2020”.

Face ao exposto, “Em maio de 2021, um grupo de cidadãos preocupados com a forma como a pandemia estava a ser gerida nos Açores e em particular com as medidas extremas de controle da mesma postas em vigor, elaboraram um Manifesto que sintetizava essas preocupações e apelava à sociedade em geral, e aos responsáveis políticos em particular, alterações nessa gestão.”

O Manifesto, nas palavras de Pedro Arruda, “apelava a uma visão mais abrangente da pandemia, que se socorresse do contributo de outras ciências, para além da saúde pública, como a psicologia, a sociologia, a história e a economia, de forma a produzir análises e estratégias mais equilibradas e sensatas de combate ao fenómeno, incentivando a uma consciência dos danos calamitosos provocados pelas estratégias de *lockdown*, com a destruição do emprego e do tecido económico no seu todo, na educação dos mais jovens, impedidos de socializar e aprender. Nos idosos e nas famílias, impedidos de se cuidar. E, com efeitos de longo prazo ainda, em grande medida, por descobrir.”

O peticionário considerou que os decisores políticos já tinham aliviado algumas das restrições contestadas pelos subscritores, dado o evoluir da própria pandemia. Deixou, contudo, um conjunto de sugestões. “Os subscritores do Manifesto lançaram o repto aos Parlamentares para que, em sede de Comissão de Inquérito Parlamentar ou por recomendação ao Governo, fosse criada uma comissão independente encarregada de redigir um Livro Branco da Pandemia na Região por forma a ser feita uma avaliação isenta e profunda das causas e das consequências da pandemia e das medidas implementadas para a conter”. Para além disso, apelaram “a uma real capacitação dos sistemas de Ensino e de Saúde na Região” e, por fim, “à criação de um robusto Plano de Revitalização Económica da Ilha de São Miguel”.

Aberta a primeira ronda de perguntas, inscreveu-se o deputado Tiago Lopes (PS) que questionou os peticionários relativamente à apreciação que os mesmos fazem no que concerne às oito medidas constantes no manifesto e as medidas atualmente em vigor, nomeadamente, no que se refere à mais recente matriz de risco.

Em resposta, o peticionário disse que desde o momento em que o manifesto foi apresentado até ao presente, houve algumas alterações que foram instituídas pela Secretaria Regional da Saúde e Desporto, algumas delas que vão ao encontro daquelas que eram as principais preocupações espelhadas no documento, nomeadamente a questão dos internamentos *versus* o número de casos ativos. Um dos aspetos que os peticionários analisaram e consideraram fundamental tinha a ver com a capacidade instalada do Hospital Divino Espírito Santos (HDES), como também a necessidade de se tomar ou não, por parte das autoridades, medidas no sentido de aumentar essa capacidade instalada com meios técnicos e humanos para lidar com o estado pandémico. Porém, o que se verificou, na altura, foi que a opção governativa foi a de confinamento, penalizando a sociedade de forma excessiva, em vez de fazer um esforço maior no reforço do HDES.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) questionou os peticionários qual a sua apreciação relativamente à sexta medida constante no manifesto (Rever os critérios de risco, optando-se por uma política mais cirúrgica, localizada e flexível) e as medidas em vigor dando o exemplo da ilha de São Miguel em que todos os concelhos possuem as mesmas restrições independentemente da localização dos casos positivos detetados. Questionou ainda o deputado Tiago Lopes se os peticionários consideram que o critério relativo ao número de óbitos, presente na matriz de risco em vigor, vai ao encontro do que defendem na primeira medida do manifesto relativa à reposição das liberdades e direitos básicos dos cidadãos, atendendo a que o direito à vida e à saúde deve ser assegurado pelo Governo. Por fim, considerando as medidas dois e sete propostas no manifesto (reabrir o mais rapidamente possível as aulas presenciais e criar uma comissão

multidisciplinar de acompanhamento da pandemia, respetivamente) foram também colocadas questões relativamente à preparação ou não preparação do Governo Regional do próximo ano letivo bem como a extinção da Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia por COVID-19.

O peticionário Pedro Arruda explicou que a matriz inicialmente aplicada tinha em conta somente o número de casos positivos. O que se solicitou na elaboração do “Manifesto Açoriano” foi que outros fatores fossem tidos em conta, como a sintomatologia e os internamentos. Mais tarde, estas questões foram, de facto, inseridas na matriz de risco. Consideram, porém, que se está a tratar de uma doença que neste momento é endémica das sociedades ocidentais e cumpre ao estado saber inseri-la na sua capacidade de tratamento de saúde pública. Relativamente à questão das escolas, a peticionária Margarida Veiga referiu que houve um fecho indiscriminado de escolas explicando que era necessário não se avançar para esta medida de imediato, mas sim verificar-se os contactos de alto risco e só estes alunos ficarem em isolamento. Mesmo a haver casos em que os alunos necessitavam ficar em isolamento, a peticionária é da opinião que não se pode exigir que os professores lecionem para o grupo em sala de aula e, em simultâneo, para os alunos em confinamento, utilizando, para tal, uma câmara *web*, porque não há recursos suficientes nas escolas e alguns alunos também não têm os equipamentos necessários. Se vier a ser necessário mais ensino à distância, há que reforçar os meios. Algumas medidas implementadas este ano letivo, nomeadamente o reforço de professores, é muito positiva, mas só surtirá efeito se se prolongar nos próximos anos, sob pena de se estar a investir sem se conseguir, depois, tirar proveito disso. Relativamente às creches, há um atraso significativo no desenvolvimento da linguagem por parte das crianças, pelo que é preciso continuar a investir nas equipas multidisciplinares, como o atual Governo Regional tem a intenção de fazer, para se apostar no diagnóstico precoce, junto das crianças, de modo a poder intervir junto das situações que carecem de resposta

antes que os problemas se agravem. O processo tem de ser célere. Por último, é necessário garantir que se volte à normalidade nas escolas, permitindo a realização de visitas de estudo.

De seguida, interveio o deputado José Pacheco (CH) para referir a pandemia tem de ser gerida de modo a não causar medo junto da população nem a estrangular a economia.

Quase a terminar a primeira ronda, usou da palavra o deputado Flávio Soares (PSD) que elogiou algumas medidas tomadas pelo atual executivo no combate à pandemia e no apoio à economia. Feito este preâmbulo, questionou os petiçãoários se, na opinião destes, houve da parte do atual Governo Regional um investimento na capacitação tanto das escolas como do sistema regional de saúde e em que altura é que este investimento foi feito.

A responder às questões, o petiçãoário reconheceu que os apoios foram importantes para ajudar a ultrapassar a situação de crise económica, mas são insuficientes, porque cobrem somente até 20% dos prejuízos. A situação da economia é periclitante, por isso uma das medidas deixadas no manifesto é que é necessário um plano de revitalização económica para São Miguel e, durante alguns anos, o Governo Regional terá de continuar a ajudar os empresários das várias áreas.

Quanto à capacitação dos sistemas de educação e de saúde, ainda não há garantias do que poderá acontecer. Na educação, já foi transmitido um reforço de pessoal docente e de equipamentos, mas não se sabe se haverá, novamente, ensino à distância. Já na área da saúde, na gestão dos três hospitais da região é necessário ter em consideração a realidade que estamos a viver, pelo que é dever da região dotar estas estruturas dos recursos que elas necessitam. Se há falta de profissionais, cabe ao Governo Regional encontrar uma solução.

O deputado Flávio Soares (PSD) recordou que tem sido feito um esforço acrescido por parte do Governo Regional em dotar os serviços, nomeadamente ao nível da

educação e da saúde, de recursos humanos e técnicos. Na sua intervenção, referiu, igualmente, que estranhava a postura atual do Partido Socialista relembrando que este partido exigia medidas ainda mais restritivas que aquelas que estavam a ser tomadas.

Por último, interveio o deputado Nuno Barata (IL) que teceu algumas considerações, começando por criticar duramente a postura do deputado Tiago Lopes (PS) recordando que o mesmo, enquanto ocupou o cargo de Autoridade Regional de Saúde, decretou por portaria medidas que violavam os direitos e as liberdades das pessoas, mas agora vem a público criticar as medidas do atual Governo Regional por serem excessivas. O deputado da Iniciativa Liberal congratulou os peticionários pela sua ação cívica, porque, no seu entender, as consequências das medidas de combate à pandemia são muito mais graves do que o resultado da pandemia propriamente dita.

Aberta a segunda ronda de perguntas inscreveu-se o deputado Tiago Lopes (PS) que, agradecendo as respostas fornecidas na primeira ronda, questionou os peticionários se na preparação do próximo ano letivo consideravam os mesmos que a vacinação dos estudantes já deveria ter sido decidida e operacionalizada atendendo a que a faixa etária dos 11 aos 20 anos é a terceira mais afetada a nível regional, se houve abertura por parte da Secretaria Regional da Saúde e Desporto para analisar e discutir uma multidisciplinaridade da Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia por COVID-19, se na audiência com o Presidente do Governo Regional o mesmo demonstrou abertura para analisar e discutir um Plano de Revitalização Económica da Ilha de São Miguel como proposto pelos peticionários.

Os peticionários responderam que desde o início da elaboração do manifesto optaram por não se pronunciar acerca da vacinação. Acrescentaram que pediram uma audiência ao Presidente do Governo Regional na qual discutiram um ponto fundamental – a transição desta Comissão Especial de Acompanhamento da Luta

contra a Pandemia por COVID-19 (que nunca foi verdadeiramente abrangente porque o conhecimento da mesma estava limitado ao conhecimento de questões de saúde pública, sem a intervenção de outras áreas igualmente importantes) para outra, como proposto na medida sete. O Presidente do Governo Regional não assumiu um compromisso nessa matéria, mas mostrou sensibilidade para a mesma e para continuar a apoiar a economia.

De seguida, interveio a deputada Ana Quental (PSD) que referiu que o Governo Regional está a fazer um esforço para capacitar o sistema regional de saúde com profissionais de saúde, mas que os recursos são parcos, pois foram todos absorvidos pelo sistema e, de momento, não há profissionais disponíveis. A deputada lembrou que ninguém estava preparado para a pandemia, por isso fez-se o que era necessário fazer – limitar a circulação das pessoas para evitar a propagação do vírus, porque a defesa da vida humana está acima de tudo. A mesma acrescentou que, com o tempo, a vacinação permitiu aliviar muitas restrições.

Em resposta, a peticionária Margarida Veiga explicou que a sobrecarga dos profissionais de saúde não é um problema novo e um dos motivos da sobrecarga nesta fase foi o fecho das escolas, que obrigou a que muitos pais, entre eles profissionais de saúde, ficassem em casa com os filhos, ao contrário do que aconteceu no resto do território nacional, onde foram abertos espaços para o pessoal de saúde deixar os seus filhos no caso de fecho das suas escolas.

Acrescentou, ainda, que, de facto, a vacina nos tira da fatalidade de algumas doenças, mas só funciona com quem é imunocompetente e um dos problemas que podemos vir a ter com a sobrecarga do pessoal hospitalar é que trabalhadores que fazem turnos e muitos turnos extra têm excesso de cortisol, o que contribui para uma menor competência do sistema imunitário. Portanto, na sua perspetiva e de acordo com o exposto, a resposta à vacina pode falhar se não forem resolvidos outros problemas.

O peticionário Pedro Arruda referiu que se fechou a vida para se salvar vidas, mas que este não é, no seu entender, o caminho certo, uma vez que a conceção de vida não se prende, somente, com uma série de funções fisiológicas. Para além disso, tendo em conta a nossa especificidade, há que olhar para os problemas comuns com soluções diferentes, por via do Estatuto Político-Administrativo que dá à Região a autonomia de decidir por si.

Em réplica, a deputada Ana Quental (PSD) contra-argumentou que a região adequou as medidas restritivas à situação pandémica nos diferentes locais. Em relação aos profissionais de saúde ficarem em casa com os seus filhos, a deputada lembrou que este é o cumprimento da medida inscrita no ponto um do manifesto, logo trata-se de um direito que as pessoas têm. De resto, considera que a ação do Governo Regional tem sido positiva, pois há um constante acompanhamento e adequação das medidas de acordo com o evoluir da pandemia. O peticionário André Silveira retorquiu que há factos que devem ser tidos em conta na gestão da pandemia. Quando se estabiliza o número de internados e não há alterações ao nível de óbitos, é preciso deixar cair determinadas restrições, devolvendo a liberdade à população.

Aberta a terceira ronda inscreveu-se o deputado Pedro Pinto (CDS) que pretendia saber se o manifesto era açoriano ou somente de São Miguel, porque houve restrições aplicadas em algumas ilhas, que não se aplicaram, de forma igual, noutras. Quanto à proposta de capacitar o sistema regional de saúde com profissionais qualificados, o deputado explicou que a absorver apenas os alunos formados na área da enfermagem, nos Açores, só conseguiremos suprir a carência destes profissionais daqui a três ou quatro anos. Os meios humanos dependem da capacidade formativa das universidades, não das vontades de qualquer governo. Terminou a dizer que o debate estava a ser enviesado, porque se reconhece que houve poucos óbitos, precisamente porque houve quem, da parte do governo e da parte dos profissionais de saúde, trabalhasse para salvaguardar a vida humana.

De seguida, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que, considerando o proposto na medida cinco do manifesto (capacitar o Serviço Regional de Saúde com o reforço de meios técnicos e humanos), questionou qual a apreciação que os peticionários fazem no que se refere à não utilização por parte do Governo Regional da capacidade de testagem proporcionada através do protocolo estabelecido com a Universidade dos Açores e os seus laboratórios.

Por último, foi a vez do deputado Flávio Soares (PSD) intervir no sentido de pedir que fosse distribuído aos deputados da comissão uma nota do grupo parlamentar do PS, datada de 9 de agosto, onde o mesmo critica a gestão da pandemia por parte do Governo Regional, quando o executivo levantou algumas restrições. Terminou a questionar os peticionários qual, na sua opinião, seria o ponto de situação se o Governo Regional não tivesse tomado as medidas restritivas que tomou.

O peticionário Pedro Arruda respondeu que o manifesto é açoriano, mas, de facto, a pandemia foi sentida e vivida de forma diferente nas nove ilhas, pelo que há uma atenção mais concreta e específica à ilha mais penalizada. Acrescentou que o levantamento das medidas aplicadas, dos testes realizados e dos números contabilizados seriam dados interessantes a incluir no Livro Branco que recomendam ao Governo Regional elaborar.

No que concerne à capacitação do sistema regional de saúde, o estado tem de criar medidas de emergência para que os serviços do estado possam acolher e lidar com as questões que lhes chegam e não sejam os cidadãos a ter de abdicar da sua liberdade individual. No seu entender, foi imposto à sociedade um ónus de uma penalização excessiva.

- Audição do Secretário Regional da Saúde e do Desporto:

O Secretário Regional da Saúde e do Desporto referiu que o “Manifesto

Açoriano” surgiu num contexto temporal muito específico, no meio de uma pandemia que teve um conjunto de abordagens que não foram consensuais.

O governante explicou que, ao longo da pandemia, houve uma permanente gestão de interesses conflitantes, mas sempre com base num pressuposto – tentar passar do medo para a responsabilidade individual. Algumas das decisões tomadas afetaram, de facto, os “direitos, as liberdades e garantias” da população, mas tal aconteceu apenas quando estavam em causa “valores superiores, como a vida e saúde” e sempre “de acordo com a avaliação da incidência de casos”. Nos Açores houve a preocupação de se adequar a cada tempo e a cada local as medidas necessárias para travar a pandemia. Exemplo disso é o facto de, em grande parte do arquipélago, se ter conseguido normalizar, dentro do possível, a vida das populações. Para sustentar esta afirmação, deu vários exemplos do que aconteceu nos Açores por comparação ao resto do território nacional e lembrou que a média de infetados e de óbitos nas ilhas açorianas foi muito inferior à média nacional. A terminar, afirmou que nas nove ilhas houve menos restrições, mas melhores resultados que aqueles conseguidos no resto do país e que tal se deveu sobretudo ao sentido de responsabilidade cívica dos cidadãos, pelo cumprimento das medidas adotadas. O Secretário Regional Clélio Meneses concluiu a sua intervenção lembrando que foi possível fazer a gestão da pandemia sem processos judiciais.

Finda a sua apreciação ao documento em análise, foi aberta a primeira ronda de perguntas, tendo-se inscrito o deputado Tiago Lopes (PS) que questionou o governante se já tinha reunido com os autores do “Manifesto Açoriano”. O deputado quis, também, saber quais os pontos de convergência em relação às medidas constantes do petição; se estava prevista alguma atualização da matriz de risco; se está a ser preparado algum plano de combate à covid-19 para o próximo período de outono e inverno, dada a informação que constava no último relatório

de situação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em que os Açores surgiam como “a região com uma tendência crescente, uma incidência elevada e com maior índice de transmissibilidade de todas as regiões do país”; se o Governo Regional dos Açores está disposto a criar uma comissão multidisciplinar como proposto pelos peticionários no ponto sete e, por fim, se está previsto algum direcionamento dos testes de despiste para a Universidade dos Açores.

Em resposta às questões colocadas, o Secretário Regional Clélio Meneses afirmou que nunca lhe foi solicitada uma audiência por parte dos peticionários, embora tenha demonstrado disponibilidade para prestar esclarecimentos no decorrer de uma conferência de imprensa a propósito das medidas adotadas no combate à pandemia, enquanto decorria uma manifestação levada a cabo pelos subscritores da petição.

O governante explicou que foram várias as medidas adotadas no sentido de garantir os direitos e as liberdades individuais, dentro do possível, relembrando os exemplos apresentados aquando da sua intervenção inicial, nomeadamente nas decisões tomadas por comparação ao que aconteceu no resto do território nacional, onde as restrições foram maiores.

No que concerne à matriz de risco, houve, ao longo do tempo, uma avaliação e evolução da mesma, pois o processo vacinal fez com que se desse um avanço ao levantamento de medidas restritivas e se garantisse a proteção da vida das pessoas. O governante afirmou, também, que mais do que a avaliação que o Governo Regional possa fazer da situação pandémica, são entidades exteriores que validam positivamente e reiteradamente o combate à pandemia nos Açores.

Quase a terminar, e no que toca à criação de uma comissão, o governante lembrou que já existiu uma que foi extinta, devido à evolução positiva da situação pandémica, pelo que já não se justificava continuar em funções. O

mesmo recordou que, na altura da sua constituição, a comissão foi amplamente criticada, mas a verdade é que foi de capital importância para o acompanhamento epidemiológico e o combate à pandemia.

Quanto ao plano de ação para o outono e inverno, o Secretário Regional Clélio Meneses deu nota que se reforçou o número de vacinas contra a gripe e que se está a preparar a administração da terceira dose da vacina contra a covid-19 “para as populações mais vulneráveis”. Para além disso, a Secretaria Regional da Saúde criou um posto móvel de vacinação que vai ao encontro das pessoas que ainda não estão vacinadas.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) voltou a frisar a questão da matriz de risco, questionando se a mesma será revista no futuro. Retomou a pretensão dos petionários patente no ponto sete em relação à criação de uma comissão multidisciplinar, explicando que a dita comissão não deveria ser confundida com aquela que existiu e que foi criada para o acompanhamento e o combate à pandemia. Por último, perguntou, novamente, se estava previsto algum direcionamento dos testes de despiste para a Universidade dos Açores.

O Secretário Regional explicou que a matriz de risco é um método de avaliação da pandemia que é dinâmica e evolutiva, sendo que a partir do momento em que se atinja um nível de vacinação que garanta a proteção da população, a mesma deixará de existir. Já em relação à criação de uma comissão, dado que já se extinguiu a existente devido à evolução positiva da pandemia, não há necessidade de se constituir outra. Por fim, o governante referiu que a Universidade dos Açores foi um parceiro importante na altura em que houve uma sobrecarga na testagem, mas a partir do momento em que deixou de haver uma exigência tão intensa de testagem, o sistema passou a ter capacidade de responder às necessidades.

A Comissão de Assuntos Sociais rececionou, no âmbito da audição dos peticionários, documentação que se encontra agregada à petição em apreço.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por aproximadamente 428 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento.
2. Algumas das questões levantadas pelos peticionários que assinaram o “Manifesto Açoriano pelos Direitos Fundamentais” já foram ultrapassadas, dada a evolução positiva da pandemia, em grande parte graças ao processo vacinal que fez com que se desse o avanço necessário ao levantamento de medidas restritivas.
3. Quanto às reivindicações que os peticionários continuam a defender, para o Secretário Regional da Saúde e Desporto já houve a revisão da matriz dos critérios de risco e esta está em vias de deixar de existir assim que se atingir um nível de vacinação que garanta a proteção da população. No entanto, os peticionários entendem que os critérios de risco deverão ser, enquanto não se atingir esse nível de vacinação, mais localizados e flexíveis, evitando medidas que abranjam toda a ilha.

4. Os peticionários entendem ser importante a criação de uma comissão independente encarregada de redigir um Livro Branco da Pandemia na Região por forma a ser feita uma avaliação das causas e das consequências da pandemia e das medidas implementadas para a conter. No entanto, para o Secretário Regional da Saúde e Desporto a criação dessa comissão não se justifica, visto já ter havido uma Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia por Covid-19, tendo a mesma sido extinta devido à evolução positiva da pandemia.
5. A capacitação do sistema de Saúde na Região está a ser feita na medida do possível, tendo já sido contratados 622 profissionais de saúde desde que o atual Governo Regional dos Açores tomou posse.
6. A abordagem à pandemia nunca reúne consenso, pois implica a permanente gestão de interesses conflitantes e ainda que algumas das decisões tomadas no combate à pandemia tenham afetado os direitos, as liberdades e garantias dos cidadãos, as mesmas foram adotadas “de acordo com a avaliação da incidência de casos” e por estarem em causa “valores superiores, como a vida e saúde”.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 12 de outubro de 2021

A Relatora, Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, Relatora da Comissão de Assuntos Sociais.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria deixar passar esta oportunidade sem cumprimentar, desta tribuna, os petiçãoários pelo ato de coragem, numa altura que não foi esta que estamos agora aqui a debater, mas na altura em que foi organizado o movimento, o ato de coragem, de participação cívica.

E deixar, aqui, também, o alerta de que nem tudo o que esta petição encerra está resolvido e nem tudo o que esta petição encerra foi claramente entendido. Esta petição tinha como principal intuito os direitos, liberdades e garantias, sucessivamente, reiteradamente, violados por via do combate à pandemia.

É bom que tenhamos claro, sempre, nas nossas cabeças que esses direitos, liberdades e garantias não estão plasmados nos documentos fundamentais e constitucionais por mero acaso, estão porque foi aturadamente estudada desde a antiguidade clássica essa forma de governo. E não temos o direito de violar, em nome seja do que for, esses direitos, liberdades e garantias, mesmo que em nome da saúde pública. Há coisas mais importantes do que a saúde pública. A liberdade é uma delas.

Eu percebo que já muitas dessas medidas foram levantadas, quase todas elas, mas continuam algumas, ainda, arbitrariamente, a serem aplicadas.

Mas o que é mais importante retermos neste momento é que ainda estão por capacitar os hospitais da Região Autónoma dos Açores, o Serviço Regional de Saúde, para estarem à altura de responder a uma situação parecida com esta ou até mesmo uma calamidade pública, uma calamidade meteorológica, por exemplo, da qual não estamos libertos de acontecer.

Não está ainda capacitado o nosso Sistema de Educação com os meios suficientes para que todos os alunos tenham acesso, por exemplo, às aulas à distância, ao ensino à distância, quando isto for necessário. E pode voltar a ser necessário a curto prazo, não por esta pandemia, mas por outra razão qualquer. As Canárias não estavam à espera de estar com o problema que têm agora, neste momento.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olhe, a Inglaterra!

O Orador: É também importante e até no seguimento do debate que aqui tivemos sobre as Agendas Mobilizadoras, que todos nos mobilizemos para ajudar a nossa economia a recuperar de ano e meio de paragem. Os poucos meses de trabalho durante o verão, principalmente no setor do Turismo e no canal HORECA, foram um fôlego, mas não vão ser suficientes para a maior parte das empresas. Temos que estar cientes disso. Temos que estar cientes de que precisamos de um plano que resolva os problemas de tesouraria que o Estado criou às empresas. Isto não é antiliberalismo. Isto é liberalismo puro! Quando o Estado cria um problema, a obrigação dele é resolvê-lo! Quando o Estado provocou, é o Estado que tem que ir lá tapar o buraco!

E, portanto, queria deixar claro que esta petição foi no momento em que apareceu um movimento de cidadania que agitou as consciências dos cidadãos e agitou, certamente, as consciências dos políticos, que é para isso que estamos aqui representados, para ouvir aquilo que nos diz a rua e para reagirmos também àquilo que nos diz a rua, seja bom ou seja mau.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Esta petição, conforme foi relatado, data de maio deste ano, tendo sido subscrita

por mais de 400 cidadãos.

E passados mais de cinco meses e após um precioso auxílio corretivo da task force no que concerne à vacinação, algumas das medidas requeridas pelos signatários possuem ainda pertinência, deste logo a reposição dos direitos básicos dos cidadãos, nomeadamente o direito à saúde.

Temos exemplos concretos, nomeadamente naquilo que se refere aos doentes oncológicos, naquilo que se refere aos rastreios, ao encaminhamento, ao seguimento, ao tratamento de doentes oncológicos. Temos o caso do Hospital do Divino Espírito Santo, que, aliás, o Grupo Parlamentar do PS já teve oportunidade de dar nota e do qual também já foi apresentado um requerimento ao Governo.

Temos também o cancelamento de cirurgias, que, em 2021, conhece números e taxas de cancelamentos que nunca foram vistas anteriormente no Serviço Regional de Saúde.

E naquilo que se refere à capacitação do Serviço Regional de Saúde, conforme requerido pelos signatários, temos ainda trabalho por fazer e por cumprir naquilo que já foi assumido anteriormente por este Governo Regional.

E temos também exemplos, como é o caso da contratação de 20 psicólogos para o Serviço Regional de Saúde, em que, estando quase a findar o mês de outubro, ainda não se contratou nem se admitiram esses 20 psicólogos para o Serviço Regional de Saúde.

Por outro lado, esta capacitação do Serviço Regional de Saúde. O seu défice de capacitação já foi assumido também pelo próprio Governo Regional, através do relatório de execução do plano de investimentos para este ano, em que o Governo nos transmitiu que, dos 18 500 000 euros destinados à capacitação do Serviço Regional de Saúde, apenas temos uma taxa de execução de 11,1%, o que corresponde a cerca de 2 milhões de euros.

E naquilo que se refere, requerido também pelos signatários, a uma política mais cirúrgica, localizada e flexível.

Pese embora a abolição da matriz de risco nos últimos dias, atendendo aos casos que se vão conhecendo, nomeadamente na ilha de São Miguel, não se conhece, efetivamente, qual a política até ao momento em vigor, quando nós temos reports além-fronteiras de uma nova variante da variante Delta.

E, como o Grupo Parlamentar do PS já teve oportunidade de chamar a seu devido tempo, não conhecemos um plano para o outono e o inverno.

Por outro lado, os requerentes também propõem a criação de uma comissão multidisciplinar de acompanhamento da pandemia. Nesse aspeto, e passo a citar porque é uma proposta apresentada pelos signatários, segundo estes, “a Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia por Covid-19 nunca foi verdadeiramente abrangente porque o conhecimento da mesma estava limitado ao conhecimento de questões de saúde pública, sem a intervenção de outras áreas igualmente importantes”. E, portanto, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS dá toda a razão aos signatários para o requerimento da criação desta comissão multidisciplinar de acompanhamento, atendendo a que a pandemia ainda não terminou.

Por fim, naquilo que concerne ao requerido e proposto também pelos signatários, relativamente à implementação de um plano de revitalização económica, esta medida mantém, não só a sua atualidade, como vê agravada a sua preocupação, não só por aquilo que foram os mais recentes acontecimentos nos últimos dias, naquilo que concerne às Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência, já não bastava o impacto económico e financeiro provocado pela pandemia nas empresas regionais devido às restrições impostas, o facto de as empresas terem que recorrer a financiamentos bancários para assegurar a manutenção dos postos de trabalho e a tesouraria necessária para suportar as despesas correntes, o facto também de existirem atrasos de largos meses na análise de candidaturas de empresas aos apoios, quer no âmbito da Covid-19, quer no âmbito dos incentivos ao investimento e contratação, que criam graves

constrangimentos à iniciativa privada, veio agora este Governo fazer o que fez relativamente às Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência. Tudo isto adensa as preocupações manifestadas pelos signatários, que o Grupo Parlamentar do PS acompanha, comunga e para as quais se exige a devida e necessária atenção e resposta por parte do Governo Regional.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD saúda a participação cidadã através do envio de uma petição a esta Assembleia, tal como saudamos, sempre, a participação cidadã na atividade política e quem se dirige a esta Assembleia para revelar as suas preocupações.

Conforme é bem explícito no relatório da Comissão, grande parte das preocupações manifestadas nesta petição foram já ultrapassadas pelo próprio contexto da pandemia e pela atuação deste Governo Regional, mas cremos que há aqui que diferenciar dois momentos, dois momentos que coincidem com dois Governos: um Governo que fechou pessoas em hotéis, que colocou aviões no chão, que fechou ilhas, que impediu liberdade de circulação de uma forma manifestamente total e que levou a bastantes constrangimentos que são revelados por estes cidadãos...

Deputado Berto Messias (PS): Ainda bem que assim foi!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado! 15 de março!

O Orador: ... e que também levaram até tribunais a revogar algumas das medidas aplicadas contra os direitos, liberdades e garantias do Estado de direito democrático; e que deixaram de existir, num segundo momento, com o novo

Governo. Para dizer que este Governo atuou no tempo e no espaço, dirigindo uma atuação e uma ação cientificamente sustentada e consolidada, que teve resultados que, hoje, nos permitem ter os Açores com uma situação pandémica bastante mais favorável e com resultados também da própria pandemia que revelam uma diferença substancial em relação, por exemplo, ao Continente e ao todo nacional. Para que fique bem clara esta minha afirmação, comparativamente ao Continente Português, os Açores tiveram uma taxa de infeção por 100 habitantes de 3,8%. O todo nacional teve 10,8%. Ou seja, mais 284% de infetados por 100 habitantes, ou seja, três vezes mais.

Em termos de morbilidade, ou seja, de óbitos por mil habitantes, os Açores tiveram 0,17%. O todo nacional teve 1,82%. Ou seja, mais 1071% do todo nacional relativamente aos Açores, isto é, dez vezes mais.

Em termos de taxa de letalidade, ou seja, óbitos por 100 casos, os Açores tiveram 0,4%. O todo nacional teve 1,5%. Isto é, mais 400% no todo nacional, quatro vezes mais do que os Açores.

E isto é importante para aferir se os Açores terão tido menos casos ou menos reporte de casos porque, eventualmente, fariam menos testes do que o todo nacional, mas o que temos na realidade é que os testes por habitante, nos Açores, foram 2,95. No todo nacional foi 1,85. Ou seja, no todo nacional menos 60% de testes por habitante do que aquilo que foi feito nos Açores.

E, portanto, a atuação deste Governo permitiu-nos chegar a este dia e a este ponto com uma situação de controlo da pandemia que nos permite aspirar a uma retoma económica, a uma normalidade de circulação de pessoas e a uma retoma da vida normal, ainda que não estejamos libertos desta pandemia, conforme se tem vindo a verificar por este mundo fora.

Mas queria, por exemplo, dar apenas também esta referência: a circunstância de termos tido no Corvo o primeiro sítio da Europa com uma taxa de vacinação bastante elevada, um exemplo que tem sido várias vezes repetido por essa Europa

fora.

E também em relação aos testes serológicos e à verificação de anticorpos também se está a fazer um trabalho científico importante.

E foi nessa base de trabalho, suportado cientificamente por técnicos credenciados, que este Governo se permitiu controlar e combater a incidência da pandemia na vida das pessoas, na economia, mas também no ensino. Nós tivemos menos tempo de escolas fechadas do que o todo nacional, menos tempo de ensino à distância do que o resto do país.

Deputado José Contente (PS): Seja sério!

O Orador: E isso também é importante, quer para salvaguardar o melhor possível para os nossos alunos e a possibilidade de uma normalidade de vida para os nossos alunos, mas para o futuro, para este ano podermos, de alguma forma, retomar atividades letivas com outro conhecimento, com outra segurança e com outra estabilidade.

E, portanto, saudando este manifesto e saudando, naturalmente, todas as pessoas que se preocupam e que manifestam as suas opiniões junto desta Assembleia, e também, como diz o relatório, esta abordagem relativamente à pandemia nunca é consensual e temos visto fações completamente antagónicas na observação, quer dos dados, quer da pandemia, mas uma coisa nós podemos, de alguma forma, nos orgulhar, se assim posso dizer e salientar: foi uma atuação deste Governo, circunstanciada e bem suportada cientificamente, que relacionou os casos com situações concretas, olhando para o tempo e o espaço de uma forma muito cuidada, por forma a, hoje, conseguirmos ter resultados que são bastante satisfatórios daquilo que têm sido os resultados do resto da Europa, do resto do país, e, deste modo, podermos todos, hoje, estar aqui com alguma maior normalidade e, sobretudo, como este verão veio a confirmar, os Açores poderem retomar uma atividade económica, desde logo, no turismo, na circulação de pessoas, na mobilidade, na melhoria da nossa economia, que se deve, também, à

ação deste Governo. E é isso que nos cumpre também ter... eu não diria a necessidade, mas a seriedade de constatar, porque são estes os dados, são estes os resultados e é isso que nos importa, é ter confiança no futuro, porque este Governo tem atuado com a suficiente capacidade para podermos ter essa confiança e podermos ter um futuro mais promissor em termos de normalidade no viver em contexto de pandemia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar os peticionários que aqui apresentam o seu conjunto de medidas na defesa dos direitos fundamentais.

Eu quero, sobre esta matéria, dizer o seguinte: o anterior Governo Regional contou com o apoio do PPM nas medidas que implementou. Dei-lhe, na altura, todo apoio, toda a solidariedade. E não a retiro. Não tenho dois discursos. Só tenho um compromisso. E esse compromisso cumpri-o na altura e não renego aquilo que disse naquele período, tendo em conta todas as consequências e assumindo todas as posições que assumi na altura.

Mas se isso é verdade para o anterior Governo, eu penso que aqui não podemos ter dois discursos. Este Governo também tomou as decisões que entendeu que eram as decisões acertadas para proteger os açorianos, da mesma forma, com o mesmo rigor e com a mesma preocupação, a preocupação de defender os açorianos em relação à pandemia.

E, por isso, eu considero que, ao longo deste processo, tudo foi feito de forma correta e absolutamente exemplar pelo anterior Governo ou pelo atual Governo? Com certeza que não. Foram cometidos erros por ambos os Governos.

Mas os Governos o que fizeram foi na convicção de proteger os açorianos, a sua saúde, de proteger aqueles que eram os seus direitos fundamentais, definindo a sua atuação no âmbito do respeito pelos direitos fundamentais. Estou absolutamente convencido disso.

Por isso, o saldo que nós temos agora, da nossa Região, no âmbito deste combate à pandemia é um saldo muito positivo. Com a colaboração de muitas instituições. Mas considero que o desempenho que foi efetuado pelo Governo anterior e por este Governo foi um saldo claramente positivo. Eu penso que a cidadania açoriana reconhece este saldo muito positivo por parte das instituições açorianas.

E eu estou orgulhoso do trabalho que fizemos, reconhecendo os erros nesse trajeto. Mas eu também me sinto responsável pelos erros cometidos anteriormente, porque sempre prestei colaboração nas medidas que foram tomadas.

E este Governo teve muitas posições contestadas, mas estavam a fazer o melhor para proteger os açorianos.

Por isso, compreendendo, aplaudindo esta preocupação das pessoas e dos petionários pela defesa dos direitos fundamentais, o que eu vos posso dizer e aquilo que eu quero transmitir aos petionários e a todos os açorianos é que o saldo é claramente positivo. Os direitos fundamentais foram preservados nos Açores. No final deste processo, eu considero que as instituições açorianas estiveram à altura e desempenharam bem as suas funções ao serviço do povo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, por saudar os peticionários, na pessoa do primeiro peticionário, subscritor desta petição, o Sr. Pedro Arruda, petição e movimento que teve um mérito que é inquestionável, numa altura de grandes dificuldades que se viviam em toda a Região, com particular incidência nas ilhas em que a pandemia tinha, obviamente, também, especial incidência, teve o mérito, essa petição, de alertar para um conjunto de situações, que foram desde questões de saúde, como é evidente, passando pela educação, pela saúde psicológica, mental, também, dos alunos, passando pelos idosos, passando também pelas questões económicas e, obviamente, por todas as questões sociais que, pela dura paragem de grande parte da economia, obviamente, se criaram nessa altura e que ainda perduram porque as consequências da pandemia, que ainda não terminou, fazem-se sentir.

Houve, de facto, durante a pandemia, por todos os Governos Regionais, pelo Governo da República, por todos os governos do mundo, certamente, erros, dificuldades de análise, decisões mais bem tomadas, outras menos bem tomadas, que, perante uma situação inédita, pela qual poucos governos na história passaram, levam a inúmeras dificuldades.

E nós todos temos de refletir sobre os erros do passado, porque se não fizermos isso, não aprendemos, como é óbvio.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Agora, o que nós não podemos fazer é criticar os erros do passado quando na altura nada dissemos. E nós não faremos isso porque não é assim que nós atuamos.

Aquilo que apontamos e continuamos a apontar é aquilo que nós apontamos na altura em que as situações aconteceram, como, por exemplo, uma atuação da parte deste Governo Regional no que diz respeito, por exemplo, às escolas, que não foi coerente com aquela que era a sua postura e as suas medidas que decidiram que seriam os critérios para o encerramento de escolas e para o isolamento de turmas. Esse é um exemplo que nós afirmamos na altura e que continuamos a afirmar agora. Não vamos dizer sobre outras medidas que agora fazemos uma avaliação porventura diferente, que afinal foi malfeito, mas na altura estivemos calados. Não é a nossa postura de atuar perante esta situação.

Agora, de facto, houve e continuam a existir impactos muito sérios. Nesta altura em que a petição surgiu... é evidente que nós estamos a avaliar uma petição com vários meses depois dela surgir e estamos a avaliar o passado. Agora, a importância da petição, do movimento, foi, efetivamente, alertar. E isso levou, efetivamente, a uma reflexão por parte de todas as entidades intervenientes, que teve, certamente, impactos na forma de gestão da pandemia e até de tudo o que está relacionado, desde a saúde, a educação, a economia, que levou a uma reavaliação de critérios e até de medidas. E isso foi, efetivamente, muito importante.

E, neste momento, aquilo que importa dizer é que continua a ser muito importante nós continuarmos a olhar para os setores e para as pessoas mais afetadas, seja a saúde, para a necessária capacitação do Serviço Regional de Saúde, para a necessária recuperação daquilo que ficou por fazer. E temos alertado muito para isso, para o necessário investimento no Serviço Regional de Saúde, para a necessária recuperação das aprendizagens e, acima de tudo, das competências que os alunos não conseguiram desenvolver durante os longos meses de encerramento de escolas, para o necessário apoio às empresas, principalmente àquelas mais afetadas e às micro, pequenas e médias empresas. Ou seja, nós estamos numa fase diferente, mas numa fase em que as preocupações com as consequências da

pandemia têm de continuar a estar em cima da mesa.

Acima de tudo, é necessário alertar para a necessidade de aprendermos, efetivamente, com aquilo que foi a pandemia e estarmos conscientes de que ela não terminou. E esperemos que ela não regresse à fase em que já esteve, mas temos que estar preparados para responder. E tentar, ao máximo, que não tenhamos que responder da forma como respondemos no passado, ou seja, que tenhamos capacidade, ao nível da saúde, mas também ao nível da educação e da economia, para responder de uma forma que tenha menos consequências negativas na vida das pessoas e na vida das empresas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, podemos dar por encerrado este ponto da nossa agenda e apreciada esta petição.

Vamos, assim, avançar para o ponto 12 da nossa agenda: **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização para prestação de declarações, na qualidade de testemunhas, dos Senhores Deputados Vasco Ilídio Alves Cordeiro e Tiago Alexandre dos Santos Lopes, no âmbito do Processo de Inquérito da Inspeção Regional de Saúde.**

O relatório foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, conforme deliberado na Conferência de Líderes, dispõe de cinco minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

A Instituição Parlamentar tem uma história. Uma história que foi construída contra os poderes absolutos, em que os representantes do povo tiveram, no início, ao longo da história, muita dificuldade para se manterem independentes, quer dos poderes absolutos, quer de outros poderes um pouco menos absolutos. Mas a

verdade é que não foi uma tarefa fácil construir um poder legislativo, um poder parlamentar independente dos poderes soberanos, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

O Orador: ... independente do monarca absoluto ou da república, ou seja o que for. Esta independência parlamentar é fundamental para o funcionamento dos sistemas democráticos.

Eu considero que é importante, é fundamental, que nos Açores se mantenha a independência do poder parlamentar. E isso significa assegurar a plena liberdade de expressão dos seus Parlamentares, dos Deputados, a plena liberdade de ação dos Deputados.

Ora, a situação que nós temos é um pedido de levantamento de imunidade para se responder a uma Inspeção Regional. Uma Inspeção Regional. Eu lembro aqui a todos os presentes que, no caso, a Inspetora Regional da Saúde foi nomeada politicamente. É uma nomeação política, não se trata, portanto, do poder judiciário, do poder independente, de estarmos a falar no âmbito da separação de poderes que existe e que a Constituição da República Portuguesa estabelece.

Deputado Nuno Barata (IL): Exatamente!

O Orador: O que estamos aqui a falar é de alguém que está a desenvolver um processo inspetivo, mas alguém que foi nomeado do ponto de vista político por este Governo. Não interessa que tenha sido por este ou por qualquer outro Governo. O que eu considero é que se abre aqui um precedente perigoso para a democracia nos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Os Parlamentares, anteriores Governantes, o Presidente do Governo, um Diretor Regional, que desempenharam as suas funções e que tomaram decisões políticas, não devem responder perante uma Inspeção Regional que foi nomeada politicamente. Não devem fazer!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E, portanto, eu considero que é um precedente que afeta o sistema parlamentar. E é um precedente que, no que me diz respeito, não pode fazer vencimento e, portanto, não pode passar nesta Casa.

Por isso, eu quero aqui anunciar que o Grupo Parlamentar do PPM votará contra o levantamento desta imunidade, apesar dos Srs. Deputados já terem demonstrado que estarão presentes ou já se terem disponibilizado e já terem concordado com o levantamento da imunidade. Mas, mesmo assim, por uma questão de convicção na independência do sistema parlamentar, por convicção de que isto é um precedente perigosíssimo, porque, vejam bem, está agora o ex-Presidente do Governo Regional, mas, no futuro, este tipo de procedimentos afetará outros Governantes.

O que eu considero é que estes procedimentos devem ser desenvolvidos e, obviamente, serão levantadas imunidades se estes procedimentos forem desenvolvidos pelo poder judiciário, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... mas não por alguém que foi politicamente nomeado, porque, obviamente, não estão garantidas, no âmbito da luta política, da luta parlamentar e daquilo que são as responsabilidades parlamentares de cada um, não está garantida a total isenção.

Por isso, meus senhores, o Grupo Parlamentar do PPM vota contra, na defesa do sistema parlamentar e da democracia nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Dispõe de três minutos, Sr. Deputado. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nem vou gastar esses três minutos, que eu podia só dizer que subscrevo as palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas vou só enquadrar um pouco essa

minha decisão e essa minha tomada de posição.

O Estado de direito democrático e liberal não nasceu por acaso, tal como eu, há pouco, sobre a petição, deixei no ar sem referir claramente a separação de poderes. Foi talvez o instituto mais importante que a democracia alcançou. A separação de poderes, sem dúvida, é o garante da independência do executivo do legislativo e do legislativo do judicial e por aí adiante, se quisermos num círculo fechado.

Recordemos Montesquieu e o seu “O Espírito das Leis”, revisitemo-lo e aprenderemos rapidamente a importância dessa separação de poderes.

E tal como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e muito bem, não é admissível que, apesar de os Srs. Deputados Vasco Cordeiro e Tiago Lopes terem anuído a esse levantamento de imunidade parlamentar, não é admissível sequer que passe pela cabeça de um inspetor chamar os Srs. Deputados a prestar depoimento num processo desses. Não é admissível.

Se hoje de manhã tivesse tido tempo para fazer a minha declaração política, teria começado precisamente por lembrar aqueles movimentos que ficaram conhecidos por “caça às bruxas”. E este é um daqueles momentos em que acerta que nem uma luva aquilo que, hoje, no século XXI, depois do século XII ao século XVIII terem existido por razões religiosas, chamamos de “caça às bruxas”.

E que mais não fosse por isso, nem revisitaríamos Montesquieu, nem revisitaríamos “O Espírito das Leis” e a “Separação de Poderes”, bastaria para não autorizarmos a ida desses dois Srs. Deputados à Inspeção Regional de Saúde. Não é admissível, mas é fundamentado principalmente pela filosofia política, naquilo que diz respeito à separação de poderes.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Há pouco, era uma interpelação.

Como tal, pedia um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido. Regressamos às 16h15.

Eram 16 horas e 01 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estava inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, de quanto tempo disponho?

Presidente: Dez minutos.

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma precisão naquilo que ela relevar: aquilo que está em apreciação aqui não é o levantamento da imunidade do Deputado Vasco Cordeiro nem do Deputado Tiago Lopes, mas sim a autorização para que prestem depoimento como testemunhas. A distinção não é supérflua para esse efeito.

E também devo dizer que não tenho o mínimo de dúvida que os oradores que me antecederam nessa referência não pretenderam qualquer tipo de confusão em relação àquilo que está aqui em causa.

Eu gostava de começar por dizer que a minha vida tem sido, desde... não diria terra idade, mas tem sido colocada ao serviço dos Açores e ao serviço dos açorianos, com erros, com falhas, com omissões, é certo, mas, sobretudo, fi-lo, sempre, numa atitude de grande respeito, até ao limite das minhas capacidades,

do meu juízo, por esta Assembleia, mas, sobretudo, por aquilo que ela representa, e representa o povo dos Açores.

Eu, como Deputado Regional, lembro-me pelo menos de uma Comissão de Inquérito de que fiz parte. Como Secretário Regional, fui a várias... pelo menos recordo-me de uma Comissão de Inquérito. E como Presidente do Governo, quer por solicitação, na altura, do Sr. Deputado Paulo Estêvão e também por minha vontade própria, fui a uma Comissão de Inquérito e a várias Comissões sem serem de inquérito. Serve isto para dizer que, da minha parte, e sei que falo também pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, estamos prontos a esclarecer o que for necessário esclarecer e onde for necessário esclarecer.

Foram aduzidos aqui alguns argumentos sobre os quais eu, do ponto de vista de substância, porque sou (somos) parte interessada no assunto, não gostaria de me pronunciar. Mas gostaria, invocando aquilo que foi a minha postura ao longo dos diversos cargos que exerci e exerço ainda, e, embora mais recente, também, o Sr. Deputado Tiago Lopes, a postura, exatamente, de disponibilidade e de respeito por esta Assembleia, o pedido que temos, agora, em apreciação não é a única forma pela qual, quer eu próprio, quer o Sr. Deputado Tiago Lopes, temos para esclarecer aquilo que for necessário esclarecer.

Nesta Assembleia e através de diversas figuras regimentais, este debate pode ser suscitado. E se Deus nos der vida e saúde, cá estaremos para esclarecer aquilo que for necessário esclarecer.

Mas há, sobretudo, um dado que eu gostaria de realçar neste momento: é que estou (estamos) à disposição, desde logo desta Assembleia, por tudo aquilo que eu já referi, para fazer aquilo que esta Assembleia entender que deve ser feito, seja no âmbito deste processo de inquérito que corre termos na Inspeção Regional de Saúde, seja no âmbito parlamentar.

Eu não posso ignorar que, na votação que faremos a seguir, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem 25 Deputados, mas também não posso esquecer aquilo

de que vos acabei de dar conta: é que a forma mais clara que eu encontro de me colocar, de me submeter ao juízo desta Assembleia, eu e o Sr. Deputado Tiago Lopes, é que o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não altere em nada aquilo que for a decisão desta Assembleia.

E tenho, neste momento, de agradecer, em primeiro lugar, aos Deputados do Grupo Parlamentar do PS, porque, no fundo, partilham também desta visão de submeter-me ao juízo desta Assembleia.

Manifestando e reiterando a disponibilidade para esclarecer aquilo que for necessário esclarecer e onde for necessário esclarecer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abster-se-á nesta votação, deixando inteiramente à vontade e ao critério das Sras. e dos Srs. Deputados aquilo que o Deputado Regional Vasco Cordeiro e o Deputado Regional Tiago Lopes devem fazer neste assunto.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD considera que esta reflexão foi e é extremamente importante. É uma reflexão que nos deve fazer, de alguma forma, sopesar as decisões que devemos tomar neste âmbito e aquelas que tomamos no passado, desde logo no âmbito desta Comissão e do relatório que foi aprovado de autorizar estes depoimentos.

Mas não podemos ignorar que, de facto, o que está aqui em causa é a separação de poderes e é a democracia no seu todo. Desde logo, também, porque estamos a falar de um ex-Presidente do Governo Regional e que também tem, nessa

qualidade, uma prerrogativa especial relativamente a este assunto.

Obviamente que a disponibilidade do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e do Sr. Deputado Tiago Lopes nunca esteve em causa, conforme foi bem explícito no relatório da Comissão. E isso, obviamente, não é o que está aqui a ser discutido.

Mas nós temos que refletir quando é ocasião de, enfim, alterar a nossa posição. E na Comissão Parlamentar, quando votamos favoravelmente este pedido, também fomos de alguma forma levados por um precedente que houve em 2017, relativamente ao Sr. Deputado José Contente, perante uma inspeção da Administração Pública, que já havia autorizado esse depoimento.

Mas nunca é tarde para retificar aquilo que agora entendemos como uma má decisão. Nessa medida, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar contra a autorização para depoimento dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

No âmbito daquilo que já foi dito e concordando com as intervenções que me antecederam relativamente a esta matéria, a verdade é que o que está aqui em causa é a autorização para que os Deputados Vasco Cordeiro e Tiago Lopes sejam testemunhas e prestem declarações no âmbito de um processo que decorre na Inspeção Regional de Saúde. Como foi demonstrado aqui, foi demonstrado até na Conferência de Líderes que tivemos na preparação da agenda, quer no âmbito da própria Comissão, não está aqui em causa, reconhecemos a disponibilidade que os Deputados têm em prestar as declarações, como até foi dito agora aqui pelo Deputado Vasco Cordeiro. Não colocamos isto em causa de forma nenhuma.

O que está aqui em causa, no nosso entender, no entender da bancada do CDS-

PP, é que, efetivamente, se trata de um testemunho que decorre no âmbito da Inspeção Regional de Saúde, em que o cargo de inspetora decorre de uma nomeação política. O Deputado Vasco Cordeiro foi o anterior Presidente do Governo desta Região, bem como o Deputado Tiago Lopes, que teve funções enquanto Diretor Regional. Não nos parece que isso deve acontecer.

Sabemos que já ocorreu no passado, conforme disse o Deputado João Bruto da Costa, mas, efetivamente, é o momento de avaliarmos toda esta situação e situações como esta que possam surgir de futuro. Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS-PP irá votar contra.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem sido, ao longo dos anos, entendimento do Bloco de Esquerda que, nestas matérias de pedidos para prestar declarações enquanto testemunhas ou levantamento de imunidade parlamentar, a vontade do Deputado ou Deputada em questão tem sido determinante para a nossa decisão, isto porque há um valor que importa proteger e há a necessidade de defender a possibilidade, a capacidade, a liberdade dos Deputados terem o seu exercício de funções livre de qualquer condicionamento por via judicial ou por via, neste caso, inspetiva, isto porque o mandato de Deputado é demasiado importante, representa o povo que o elegeu e há muitos poderes que não estão aqui e que não podem, de forma alguma, condicionar, pela via judicial ou outra semelhante, o exercício deste mandato.

Obviamente que isto, ao contrário do que se pensa ou muitas vezes se diz, não invalida que, depois de terminado o mandato, qualquer Deputado não tenha que

responder perante a justiça ou qualquer outro serviço, neste caso inspetivo.

E tem sido este o entendimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e continuará a sê-lo.

Não posso também deixar de dizer, como já foi aqui referido, que existiu um precedente sobre esta matéria. Também não posso deixar de dizer que esse precedente levantou-me e suscitou-me dúvidas, na legislatura passada. As dúvidas foram, de certa forma, esclarecidas pelos serviços jurídicos da Assembleia, que foi transmitido o entendimento dos serviços jurídicos, mas, de facto, talvez esse assunto merece ser revisitado e refletido por esta Assembleia, porque, na altura, efetivamente, nenhum Grupo Parlamentar, o meu incluído, levantou esse problema e não foi feita a reflexão e o estudo aprofundado sobre essa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem razão!

O Orador: E faço, obviamente, mea-culpa também sobre este assunto.

Chegados aqui, importa, obviamente, decidir. E perante o cenário e as posições que já foram aqui transmitidas pelos diversos Grupos Parlamentares, o Bloco de Esquerda entende que, neste caso, nesta situação, não deve ser aprovado este relatório. Iremos votar contra, tanto pelas dúvidas que suscitam, mas também pelas funções que desempenham as pessoas em questão e que desempenharam, obviamente, no passado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Dispõe de um minuto. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que, percebendo perfeitamente o espírito da separação de poderes, percebendo também perfeitamente que a Inspeção Regional é um cargo de nomeação política, percebo também, ou pelo menos essa é a minha interpretação,

que pior julgamento é o julgamento que se faz em praça pública, principalmente quando é cozinhado em lume brando. Eu devo dizer que, se há procedimentos que abomino completamente, um deles é a “caça às bruxas”.

Mas devo dizer, em defesa do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e também do Sr. Deputado Tiago, com menos exposição pública, é certo, que pior julgamento será perceber até aquilo que já foi dito pelo Sr. Deputado António Lima, que, para lá do cargo de Deputado ou depois do cargo de Deputado, esse assunto poderá ser resolvido noutras instâncias. Não, eu acho que ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro interessa, neste momento e tão depressa quanto possível, que esse assunto fique cabalmente esclarecido, para que, a partir daí, não se mantenha um clima de suspeição sobre este assunto.

Portanto, eu não vou votar contra esse relatório. Eu vou votar favoravelmente. Mas vou votar, não porque esteja imbuído do espírito de “caça às bruxas”, mas precisamente porque não estou imbuído desse espírito e porque eu acho que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Sr. Deputado Tiago Lopes têm o direito de ver esse assunto esclarecido o quanto antes.

Essa é a minha forma de ver isso. Provavelmente, serei o único a votar favoravelmente, mas quero que os Srs. Deputados alvo dessa situação tenham a consciência de que aquele que vai ser o meu sentido de voto é em defesa deles...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e em defesa de outros Deputados desta Casa, que possam, eventualmente, num futuro próximo, ter situações idênticas para se resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O relatório colocado à votação foi reprovado com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 1 voto a favor do Deputado independente; 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito bem.

Avançamos na nossa agenda. Deliberou a Conferência de Líderes que, sendo aprovado o pedido de urgência no ponto 14 da nossa agenda, as iniciativas constantes dos pontos 13 e 15 seriam discutidas em conjunto. Assim sendo e para que isso possa acontecer, primeiro, o Governo vai justificar o pedido de urgência relativamente à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)”**. Se esta urgência for aprovada, entramos então na discussão das duas iniciativas em conjunto.

Para a apresentação da urgência, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

Sr. Presidente, a urgência, de facto, prende-se com a necessidade que temos de implementar. Tendo o próximo Plenário o Plano e Orçamento, não podemos trazer esta iniciativa. Ela vindo em dezembro, seria demasiado tarde para entrar em vigor em janeiro. Já temos depois que regulamentar, fazer a portaria para regulamentar. Não foi possível ir à última Comissão de Assuntos Sociais por indisponibilidade de agenda, uma vez da minha parte e outra vez depois não foi possível. E, portanto, é a liturgia parlamentar.

Daí o Governo ter optado por entrar com este pedido de urgência e dispensa de

exame em Comissão, efetivamente, calculando que pudessem ser discutidas em conjunto as duas iniciativas e também com a necessidade de entrar em vigor, caso seja aprovado, em janeiro de 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições. Não havendo pedidos de inscrições, vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Então, vamos discutir as duas iniciativas em simultâneo. Estamos a falar do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro - Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)”**. Esta iniciativa é apresentada, em primeiro lugar, pelo Bloco de Esquerda. E a outra é apresentada pelo Governo. O debate é em conjunto.

Os tempos aprovados pela Conferência de Líderes são os seguintes: os autores das iniciativas e o Partido Socialista dispõem de 22 minutos; o PSD dispõe de 20 minutos; o CDS-PP, de 14 minutos; o PPM dispõe de 12 minutos; as Representações Parlamentares, de 10 minutos; o Sr. Deputado independente, de 5 minutos. Sendo um debate em conjunto, acresce a estes tempos 8 minutos para cada Grupo e Representação Parlamentar e 4 minutos para o Sr. Deputado independente.

Para a apresentação da iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De acordo com a última edição do estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, “Retrato dos Açores”, na sua análise à demografia açoriana, fica evidente que os Açores, ao longo das últimas décadas, têm vindo a perder população jovem, aumentando significativamente o número da população idosa. Importa referir que, para cada 100 jovens, existem 95 idosos.

É do nosso conhecimento que os Açores são a região que apresenta a maior taxa de pobreza e exclusão social do país. Foi noticiado pela RTP Açores, no passado dia 12, que 28,5% dos açorianos são pobres. Sabemos bem que um dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social são os idosos, devido aos baixos rendimentos que auferem e de as atualizações destas pensões não serem suficientes para colmatar as dificuldades que este grupo populacional apresenta.

Em 2008, foi criado o complemento para a aquisição de medicamentos para idosos, conhecido como COMPAMID, cujo principal objetivo é ajudar financeiramente os pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos, pessoas com incapacidade igual ou superior a 80% e quem recebe pensões de invalidez, que auferam um rendimento anual per capita que não ultrapasse 14 vezes o valor da retribuição mínima mensal.

A criação deste complemento foi determinante para apoiar quem mais precisa na aquisição de medicamentos e abrange centenas de pessoas.

Mas é hora de irmos mais longe! Ir mais longe é contribuir para que estas pessoas não tenham, como muitas vezes acontece, de optar entre a compra de bens essenciais ou a compra da medicação que necessitam.

Para isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda traz aqui a esta Casa uma iniciativa para que os idosos e pensionistas beneficiários deste COMPAMID deixem de ter de adiantar o dinheiro para pagar a medicação no ato da compra na farmácia, evitando, assim, que tenham que ficar à espera de reembolso por parte do Governo. No passado, por várias vezes, chegou a existir um atraso de cinco

meses no reembolso.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não há atrasos!

A Oradora: A solução que o Bloco de Esquerda apresenta passa pela atribuição de um cartão magnético a todos os beneficiários do COMPAMID. Neste cartão será creditado o valor do apoio a que cada pessoa tem direito para o período de um ano e que só poderá ser utilizado para a compra de medicamentos nas farmácias.

Atualmente, os beneficiários do COMPAMID têm acesso a uma caderneta em papel que é utilizada nas farmácias para levantar os medicamentos, mas é o idoso que tem que adiantar o dinheiro na farmácia, para depois o reaver através de reembolso nos Serviços de Ação Social apresentando as faturas com as despesas com medicamentos.

A implementação da proposta que o Bloco agora apresenta vai permitir desburocratizar todo o processo, liberta os idosos e os pensionistas do pagamento adiantando a medicação, elimina a existência de atrasos no reembolso e cumpre dois desígnios que o Governo atual já assumiu querer cumprir: cuidar dos nossos idosos e concretizar a transição digital.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa do Bloco de Esquerda. Lembro à Câmara que o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de substituição integral do diploma.

Agora, dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente para a apresentação da iniciativa do Governo Regional.

(Neste momento, o Deputado Paulo Silveira substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2008, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronunciou-se favoravelmente a uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS ao Governo, e no Plano e Orçamento, que visava a criação de um complemento para a aquisição de medicamentos, chamado COMPAMID. Diria até que COMPAMID é, hoje em dia, uma imagem de marca a que todos se habituaram e que não é de todo desejável alterar-lhe sequer o nome.

Desde aí, este apoio social assumiu especial relevância junto dos cidadãos mais frágeis da sociedade açoriana, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos e especialmente dos mais idosos.

Este instrumento social, que veio beneficiar um grupo da população com pensões de muito baixo valor, permitiu que se atenuassem carências económicas na hora de comprar medicamentos nas farmácias. Aliás, esta medida contribuiu para o progresso civilizacional da nossa comunidade.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: De 2008 até hoje, verificaram-se algumas alterações ao COMPAMID, sempre com a intenção de o melhorar, que se foi adaptando aos contextos, às circunstâncias, entre as quais destaco o alargamento feito ao nível do número dos seus beneficiários.

Chegados a 2021, exige-se que o COMPAMID seja revisto uma vez mais com o propósito da sua atribuição ser mais adequada às necessidades reais, de hoje, de quem dele mais precisa, porque ele sempre serviu, e muito bem, até hoje, quem dele mais precisou.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Até agora, o COMPAMID foi aplicado sob a forma de reembolso, o que implicava, obrigatoriamente, o adiantamento do pagamento por parte dos beneficiários abrangidos para aquisição dos medicamentos prescritos.

Além disso, o processo associado à aquisição dos medicamentos envolvia a entrega de documentos comprovativos da compra e da aquisição, do boletim do COMPAMID – grande inovação para a época e para o ano em que foi criado – e da cópia da respetiva receita. Apesar de este processo ter funcionado bem no passado, na atualidade deve ser aprimorado.

O que interessa ao Governo Regional dos Açores é melhorar, substancialmente, hoje como no passado, a operacionalidade do COMPAMID e prestar um serviço mais simples e de maior qualidade aos açorianos.

Nos últimos meses, a Vice-Presidência do Governo dedicou-se ao estudo e à análise consciente sobre o melhor caminho a seguir para promover uma verdadeira reforma, mas uma reforma de fundo e não apenas de alteração de um nome no processo de atribuição do COMPAMID, que continuará a chamar-se COMPAMID.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Assim, na senda da transversalidade da transição digital e com o intuito de desmaterializar todo o processo de aquisição de medicamentos pelos idosos e por outros cidadãos mais vulneráveis, apresentamos, hoje, a esta Assembleia, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à alteração do COMPAMID (como veem, eu gosto de dizer COMPAMID muitas vezes).

O Governo Regional dos Açores não quer alterar designações nem quer inverter o objeto prático do COMPAMID. Não queremos criar cartões, sejam eles pré-

pagos, eletrónicos ou magnéticos.

Em traços muito objetivos, a proposta do Governo permite facilitar o acesso à aquisição dos medicamentos, libertando os beneficiários de efetuar junto das farmácias o adiantamento do apoio a conceder, dispensar a criação e utilização de qualquer cartão específico, exigindo-se apenas, no momento da aquisição dos medicamentos, na farmácia da sua escolha, para se atestar a condição de beneficiário do COMPAMID, a apresentação do número de identificação fiscal.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mais simples do que isto não pode existir!

Evitar as deslocações dos idosos aos Serviços de Segurança Social e aos balcões da RIAC.

Mas, ainda, traz outra medida muito inovadora e muito útil aos nossos beneficiários – aos idosos – e, sobretudo, àqueles que estão doentes, que é: permitir que os medicamentos também possam ser prescritos por médicos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, podendo, assim, o beneficiário também usufruir deste apoio, que antes não era possível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta, sim, é uma medida realmente muito útil e inovadora. Basta lembrar-nos, porque não podemos fazer tudo bem feito de uma vez, como diria alguém: “O mal faz-se todo de uma vez, o bem faz-se aos bocadinhos.” Mas nós lembramo-nos dos doentes com doença oncológica, que estão seis, sete, oito semanas no Continente ou estão na Madeira ou estão fora da sua região ou até vieram para os Açores com receitas prescritas a nível nacional e que antes não podiam aviar. Agora podem. E esta é uma grande inovação!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Logo que o diploma legislativo do Governo seja aprovado por este Parlamento, o Governo procederá e estará em condições de estabelecer um protocolo com a Associação Nacional de Farmácias e com uma entidade detentora da plataforma informática com cobertura de todas as farmácias.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Com a celebração deste protocolo, ficará garantido a operacionalização desta alteração de ordem prática no COMPAMID.

Deste modo, quando o beneficiário se dirigir a uma farmácia, será aplicado de imediato o desconto relativo à comparticipação garantida pelo COMPAMID, sendo que a farmácia será posteriormente reembolsada.

Estou absolutamente convicto de que a proposta do Governo visa uma simplificação máxima, apostada na razoabilidade.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Acreditamos, também, que a nossa proposta tem o mérito de ultrapassar os obstáculos práticos que existiam até aqui.

Quem sairá a ganhar com esta alteração são os açorianos mais frágeis, que precisam mensalmente de comprar os seus medicamentos na farmácia.

Temos a obrigação de tornar este processo mais simples, mais acessível e mais fácil. Esta é a oportunidade certa para demonstrar que o objetivo último de todos nós, quer do Governo, quer das Sras. e dos Srs. Deputados, é a melhoria do serviço público prestado às nossas populações.

O Governo fez o que lhe competia. O Parlamento fará o que entender.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão apresentadas ambas as iniciativas. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Podemos passar para a votação?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O COMPAMID, como foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, foi criado em 2008, há 13 anos, aprovado nesta Casa por unanimidade, sendo mais um importante contributo para a melhoria da vida de muitas pessoas.

Na altura, esta iniciativa surgiu reconhecendo as dificuldades que muitos dos pensionistas sentiam e o peso no orçamento que tinha a compra de medicamentos, que muitas vezes fazia com que não fizessem a medicação que necessitavam. Assim, criou-se esta medida, protegendo um grupo de elevado risco de pobreza e de grande fragilidade.

Ao longo dos anos, esta medida tem sofrido algumas alterações, na medida da sua simplificação, da desburocratização, da abrangência dos seus beneficiários. Contudo, o Bloco de Esquerda, desde há muito, tem propósitos políticos em relação a esta matéria.

Deputado António Lima (BE): Propósitos políticos?

A Oradora: E a sede é tanta que até já iam na sétima alteração. Já também

tentaram mudar-lhe o nome para APAMID. E a sede é tanta que, nem agora, daquela tribuna, a Sra. Deputada Alexandra Manes nunca mencionou quem tinha sido o proponente desta iniciativa em 2008.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E quero-lhe dizer mais uma coisa, Sra. Deputada: também fez menção que traz uma iniciativa. Sim, traz uma alteração a esta iniciativa do COMPAMID, que foi criada, em 2008, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Talvez sozinho, não?

A Oradora: E quero-lhe dizer mais uma coisa: a tradição neste Grupo Parlamentar mantém-se em reconhecer...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi criado, foi proposto pelo Grupo Parlamentar do CDS!

A Oradora: Proposto, pronto. Peço desculpa. Não é criado, é proposto. Sim, senhor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

E a verdade é que nesta bancada a tradição mantém-se. E esta iniciativa tem o cunho do CDS e foi uma das muito boas iniciativas que foram aprovadas nesta Casa por um Governo do Partido Socialista. E isso, por mais que a senhora queira, nunca vai mudar!

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu quero lá saber!

A Oradora: Sim, sim...

Depois, relativamente às iniciativas que estão a ser agora apreciadas, ambas visam a simplificação do processo, e é esse o objetivo máximo das mesmas, visam a desmaterialização do processo. No nosso entender, avaliando e ponderando as duas iniciativas, sem dúvida que a do Governo Regional é, no nosso entender, a

proposta que torna o processo mais ágil, mais simples e mais eficiente, uma vez que basta o beneficiário dirigir-se à farmácia à sua escolha e, mediante a apresentação do número de contribuinte, atestar a sua condição de beneficiário e não é necessário apresentar mais nenhum cartão.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Os beneficiários, como disse o Sr. Vice-Presidente, deixam de ter que se deslocar aos balcões da Segurança Social para concretizar a obtenção do seu complemento. Assim, no momento da aquisição do medicamento, ele suportará apenas o valor que lhe cabe suportar.

Também será estabelecido o protocolo com a Associação Nacional de Farmácias e com a entidade detentora da plataforma informática, que é necessário para operacionalizar todas estas alterações.

E, no âmbito dos trabalhos em Comissão, na proposta do Bloco de Esquerda, que foi nesse âmbito das audições, a verdade é que a Dra. Teresa Lima, representante nacional das farmácias, afirmou que o melhor procedimento seria por via da apresentação da identificação do utente, até porque, dizia ela, por via de um cartão recarregável, por exemplo, era introduzida uma prática desnecessária e que não contribuía para o desígnio da proposta que estava em causa, que neste caso seria a do Bloco de Esquerda. E também a mesma afirmou que as farmácias estavam preparadas para esta alteração.

Como tal, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, também, tenho que dizer isto, é preciso salientar aquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, que julgo que é uma medida muito útil e inovadora, que é permitir que os medicamentos, também, prescritos por médicos do Serviço Nacional de Saúde, possam ser levantados aqui nas farmácias. Acho que esta é uma grande medida. E queria também congratular o Sr. Vice-Presidente e o Governo dos Açores por mais esta medida.

Como tal, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, a iniciativa do Governo

cumpra melhor o desígnio da simplificação, da inovação, de tornar todo este processo mais ágil, mais simples e mais eficiente.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII, a sétima (corrigida para sexta) alteração ao mesmo, apresentada pelo Bloco de Esquerda, importa referir que na sua alteração, apresentada em 2019 e discutida neste Plenário em maio de 2020, tinha por base a criação de um cartão. Esta medida nos formatos apresentados não foi aprovada, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem!

A Oradora: ... tendo em conta os custos que a Associação Nacional de Farmácias associou ao pretendido e as dúvidas que surgiram na utilização menos própria do mesmo.

Relativamente a esta alteração apresentada hoje pelo Bloco e discutida aqui, continua a ser proposto um cartão a ser entregue aos beneficiários do COMPAMID. Concordamos que é necessário agilizar os procedimentos e entendemos que é necessário também simplificar a vida das pessoas, especialmente a dos idosos. No entanto, não concordamos que esta seja a melhor forma de o fazer. Tal como também já referiu a representante nacional das

farmácias, em Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito deste diploma, que esta iniciativa criava mais uma fase no processo, ao invés de o desburocratizar como se pretende.

No entretanto, o Governo Regional apresentou uma proposta de alteração ao mesmo diploma. Esta iniciativa do Governo dispensa a criação e utilização de um cartão COMPAMID, bastando dirigirem-se a qualquer farmácia e, mediante a apresentação do seu número de identificação fiscal no momento da aquisição do medicamento na farmácia de forma a atestar a sua condição de beneficiário, enquadrado no âmbito do disposto no diploma inicial, terá todos os benefícios de imediato.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que esta é uma medida que vem, de uma forma resumida, beneficiar a vida dos açorianos, em especial os mais fragilizados. Estivemos e estamos, de forma consciente, ao lado dos açorianos. Por isso, vamos aprovar esta iniciativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Gostei especialmente de a ouvir hoje!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hoje e sempre! Tem dificuldade em ouvir às vezes é até ao fim!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muitas e variadas vezes, aqui, o Chega tem dito que custa muito ver nas farmácias,

às vezes, os idosos terem que optar. É uma dura realidade. É a dura realidade de quem vive na região mais pobre de Portugal, na região onde ainda a pobreza é vista, todos os dias e no sítio onde não devíamos ver, nas farmácias. Porque quem vai às farmácias é quem está doente, é quem mais precisa. Esta pobreza ataca os extremos, as crianças e os idosos. Hoje, falamos dos idosos.

Esta medida é uma boa medida. É uma medida da direita. E tenho que dar os parabéns a quem a propôs. E só tenho que acompanhar quem a melhora, quem tenta que ela seja mais justa, mas quem tenta que ela seja mais simples.

Eu penso, com todo o mérito que o Bloco de Esquerda possa ter também de trazer isso, e agradeço em nome dos idosos, mas, obviamente, se pudermos facilitar o trabalho aos nossos idosos, que em tecnologia normalmente são muito mais fracos, digamos assim, então vamos facilitar.

Penso que a medida que o Governo aqui apresentou, de uma forma muito simples e direta, dizendo que é chegar lá e já não precisa de mais cartões e de mais nada, eu penso que é o caminho a seguir.

No entanto, não desvalorizando e dando aqui também os parabéns ao Bloco de Esquerda, o Chega (este grande fascista que aqui está) não tem problema em dizer à esquerda: vocês propuseram algo bom. E isto também é relevar. Porque quando nos atacamos politicamente por coisa nenhuma, nós não estamos a ganhar nada, nós estamos apenas a iludir as pessoas e nós estamos a ser ingratos com o voto que nos concederam. Nós temos que atacar pelas coisas más. Aqui há uma coisa boa. E eu tenho que agradecer.

E terá o apoio o Governo, obviamente, com esta proposta mais simples, por aquilo que eu disse, porque os idosos precisam rapidamente. E que haja sempre justiça social.

Há aqui também um desafio que nós todos temos que aceitar e nos mexer: urgentemente, temos que retirar os Açores da pobreza, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... seja em que idade for, seja em que patamar for! Nós não podemos continuar a alimentar a pobreza com programas e programazinhos! Nós temos que lutar contra a pobreza! Temos que fazer um corte radical! E todos têm que ser contemplados! Não há açorianos de primeira nem açorianos de segunda!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra agora à Sra. Deputada Ana Quental, do PSD. Faça favor.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de falar sobre estas duas propostas em apreciação, gostaria de congratular o Sr. Vice-Presidente, e este Governo Regional, pela sua postura no que concerne a medidas de apoio social aos idosos e aos mais desfavorecidos. Sabemos que esta tem sido a sua preocupação, de longa data, nomeadamente com este complemento que é vulgarmente conhecido como COMPAMID, desde 2008.

O Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos tem sofrido várias alterações ao longo destes anos, sempre no sentido de facilitar o acesso a medicamentos por parte de uma franja da nossa população com várias especificidades e até dificuldades, nomeadamente económicas.

São beneficiários: pessoas com mais de 65 anos; titulares de prestações sociais para inclusão cujo grau de incapacidade atribuído por atestado médico multiusos seja igual ou superior a 80%; ou de pensões de invalidez, que afirmam um rendimento per capita que não ultrapasse, anualmente, 14 vezes o valor de retribuição mínima mensal.

Temos aqui, portanto, um grupo populacional vulnerável, habitualmente com várias doenças crónicas associadas e, obviamente, com longas listas de medicação que têm de tomar para o resto das suas vidas. E, conseqüentemente, o peso no orçamento familiar que as despesas com medicação trazem a estas famílias.

Como todos sabem, a forma atual implica o utente ter, no ato da compra, a totalidade do custo do receituário, para só depois ser reembolsado pela Segurança Social, com todos os constrangimentos que daí advêm: terem de se deslocar à Segurança Social, atrasos no reembolso ou, inclusivamente, não terem o dinheiro na totalidade.

A proposta apresentada pelo Governo (sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos) visa simplificar e, nomeadamente, desmaterializar todo o processo. Sem necessidade de cartões (como prevê a proposta do Bloco de Esquerda) que têm de ser carregados sempre que o plafom acaba, levando a uma atenção permanente dos serviços detentores da plataforma informática criada para este fim. O próprio utente que por vezes se esquece o cartão, enfim, ou até mesmo que o perca...

Esta proposta, apresentada pelo Governo, evidencia-se pela facilidade e praticidade na utilização para o utente, que irá necessitar apenas do seu NIF e do receituário médico, seja ele passado aqui ou noutra sítio qualquer de Portugal.

Assim, no ato da compra apenas paga a parte que lhe compete suportar, sendo descontados imediatamente os valores suportados pela Segurança Social.

Sendo assim, esta é, sem dúvida, a melhor proposta e a que melhor desburocratiza o processo, de modo a que os seus beneficiários possam usufruir, de forma simples e rápida, do COMPAMID.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos então avançar...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Estamos a analisar as duas propostas em conjunto em relação ao COMPAMID.

A verdade é que o Bloco de Esquerda iniciou aqui uma competição com o CDS e agora com o Governo em relação a esta matéria. A verdade é que tem tudo para perder. Quem é que fez a proposta? Quem é o autor da proposta? É o CDS. O CDS é que apresentou a proposta em primeiro lugar. E, obviamente, o Governo anterior concretizou-a.

Mas, evidentemente, o Bloco de Esquerda, entrando numa competição, se apresentasse uma proposta que, agora, no âmbito desta discussão, fosse melhor do que a que o Governo está a apresentar, pois, obviamente, o Bloco de Esquerda teria a legitimidade de, sendo um competidor, querendo copiar a proposta do CDS nesta matéria e se a conseguisse melhorar, pois, teria, aqui, sempre, legitimidade, porque tudo se pode melhorar.

Mas a verdade é que, comparando as duas propostas que aqui estão a ser discutidas, é evidente que, neste momento, a proposta que o Governo Regional apresentou, que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional apresentou, é mais moderna, é mais eficaz, é uma proposta que apresenta mais vantagens. E isso é absolutamente inegável.

Eu até pensei que o Bloco de Esquerda se tivesse convencido que, depois da apresentação da proposta por parte do Governo, que era necessário fazer uma coisa melhor ainda e ultrapassar outra vez o Governo Regional nesta matéria. Bem, mas não é isso que aconteceu. Na proposta que faz, na proposta de substituição integral, o Bloco de Esquerda apenas corrige o número de alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 4. Passa de sétima e reduz para sexta. Esta é a alteração mais substantiva.

Por isso, é evidente, o que é que os Deputados devem decidir? Qual deve ser o

nosso foco? O nosso foco é: o que é que é melhor para as pessoas? O que é que é melhor para os beneficiários do COMPAMID? Bom, o que é melhor é uma proposta que, no caso do Governo, significa uma melhor resposta a nível da transição digital. É isso que é feito. É apenas necessário, a um idoso, como já foi explicado, apresentar o número de identificação fiscal. É tão simples como isso. E isso significa uma vantagem. Isso é melhor do que aquilo que o Bloco de Esquerda está a propor.

A medida, também, os procedimentos que impedem a deslocação dos idosos à Segurança Social e à RIAC, é muito positiva, porque, como se sabe, a mobilidade dos idosos e desse grupo de beneficiários é mais reduzida. Por isso, também, significa uma vantagem muito significativa.

A outra melhoria que é introduzida por parte do Governo Regional é também dos próprios médicos do Serviço Nacional de Saúde, aquilo que é realizado, aquilo que é receitado pelos próprios médicos do Serviço Nacional de Saúde poder ser também incluído dentro dos parâmetros do COMPAMID.

Ou seja, há um conjunto de vantagens bastante significativas. Por isso, nós temos que definir aquele que é o nosso sentido de voto, temos que fazer a escolha entre duas propostas.

Deputado António Lima (BE): Pode aprovar as duas!

O Orador: Não, eu vou escolher e vou aprovar a melhor!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E a melhor, não no sentido político, a melhor para os idosos, para quem a medida se dirige. E, por isso, a melhor proposta, das duas que estão a ser aqui discutidas, é, sem dúvida nenhuma, a do Governo Regional.

Fico a aguardar que o Bloco de Esquerda me possa provar o contrário. Fico a aguardar que o Bloco de Esquerda, no âmbito do diálogo e da análise que aqui se faz dos documentos...

Esta é a apreciação que eu faço e eu penso que esta é a apreciação correta. Ou seja, temos uma proposta que é melhor. Qual é a que devemos aprovar? A melhor proposta, aquela que é mais eficaz, aquela que responde melhor aos beneficiários.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O senhor já disse qual era a melhor!

O Orador: Eu percebo que o Bloco de Esquerda teve esta pretensão. É legítimo. Da minha parte, eu considero que o que importa verificar é: no final deste processo todo, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta que tenha e que seja substancialmente melhor do que a do Governo? Não. É precisamente o contrário. Por isso, a decisão do PPM é a de votar favoravelmente a melhor proposta. E essa proposta é a do Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Eu recordo-me, em janeiro, que um Deputado do CDS disse que o bem-estar animal não era exclusividade do PAN. E tinha toda a razão. Não é, nem nunca alguma vez nós dissemos que o era. Mas essa foi a resposta. A mesma coisa com o COMPAMID, apesar de ter sido uma criação do CDS, não é exclusividade do CDS. Se vier um partido que quiser aprimorar, quiser fazer uma evolução àquilo que foi uma criação excelente para a Região Açoriana, assim o seja. Foi o que o Bloco de Esquerda fez. O Bloco de Esquerda fez porque não tínhamos qualquer

alternativa da parte do Governo. O Governo meteu, aliás, esta proposta como uma urgência. Por isso é que o Bloco de Esquerda fez. O Bloco de Esquerda fez muito bem em pressionar o Governo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Governo já tinha anunciado!

O Orador: O Governo chega com uma proposta, que é uma proposta válida, da qual o sentido de voto do PAN é para favorecer as duas propostas, porque as duas propostas estão boas em termos da transição digital. Não temos que estar a reprová-las uma em detrimento da outra. Isto não há concorrência. Eu não vejo aqui concorrência. O Bloco de Esquerda fez e, de uma forma, pressionou para que houvesse uma alteração e que houvesse uma evolução.

E qualquer outro partido que tenha uma evolução relativamente a uma medida que seja de outro partido é sempre válida. Por isso, o sentido de voto do PAN será positivo para as duas propostas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Está inscrita.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que eu tenho que começar esta intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente, que estiveram afastados aqui deste Parlamento durante o primeiro dia de trabalhos.

Começo então por lamentar o facto de haver Sras. e Srs. Deputados que entendem que o nosso trabalho nesta Casa seja o de competição. Para o Bloco de Esquerda não é competição. O Bloco o que está aqui a fazer, e era o que todos deviam fazer, é para melhorar a vida das pessoas! E só para isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então vote a do Governo!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Falta de ideias para melhorar! Falta de

propositura!

A Oradora: Portanto, quando diz que tem intenções políticas, Sra. Deputada Catarina, eu não sei muito bem a que se refere. Eu cá, da minha parte, estou para melhorar a vida das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então aprove a do Governo que é melhor!

A Oradora: E quando eu assim não fizer e colocar o partido acima de mim, a porta da rua é aquela que eu sigo. Eu sou integra nas minhas coisas.

Também gostaria de relembrar à Sra. Deputada Catarina que a proposta que foi ouvida em análise pela Sra. representante das farmácias não foi a do Governo, foi a do Bloco. E sabe porquê? Porque o Governo tinha a sua agenda completa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é falso!

A Oradora: E houve incompatibilidades entre a agenda do Governo e aquela que é a centralidade do Parlamento. Afinal, o grande paradigma, a grande mudança, a grande alteração foi que não foi debatida esta urgência em Comissão, e ela esteve lá em Comissão, porque a agenda do Governo assim não o permitiu.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não quiseram discutir em conjunto!

A Oradora: Também quero dizer outra coisa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a substância?

A Oradora: Tenha calma!

Também gostaria de relembrar aqui uma coisa: o Bloco não tem qualquer problema com o nome do COMPAMID. Nem o Bloco desconsiderou alguma vez esta iniciativa da autoria do PS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): PS, não!

A Oradora: Foi legislada pelo PS. Foi o Governo do PS que a legislou.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Como é que é? Não foi a Assembleia?

A Oradora: Outra coisa: o que quiseram dizer foi que, se assim fosse, teríamos todos que prestar vénia ao PS pela legislação feita até agora e não se podiam fazer

alterações nem melhorias nenhuma! Porquê? Porque tínhamos que prestar vassalagem ao PS. Ó Sras. e Srs. Deputados, a legislação é feita exatamente para isso, para ser melhorada! E foi isso que o Bloco quis fazer!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A senhora não sabe o que está a dizer!

A Oradora: E foi isso que o Bloco já identificou na legislatura passada. E ainda bem que o identificou, porque deu azo a que seja cumprido aquele que é o principal objetivo da nossa proposta, que seja finalmente realizado. Porque a ideia que passa aqui, Sras. e Srs. Deputados, é que, realmente, o Governo sentiu-se pressionado a apresentar uma proposta depois da entrada da proposta do Bloco. E ainda bem que a apresentou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas parece que a está a incomodar, Sra. Deputada!

A Oradora: Apresentou, e muito bem, com toda a legitimidade de o fazer, tal como o Bloco tem a legitimidade para apresentar propostas, desde que elas sejam sempre para melhorar. E foi essa a primeira grande iniciativa do Bloco relativamente ao COMPAMID, na legislatura passada, porque, se a intenção fosse realmente melhorar o COMPAMID, já na legislatura passada poderia ter sido feito...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A melhoria do Bloco era mudar o nome!

A Oradora: ... e os beneficiários podiam já estar isentos de adiantar o pagamento. Se houvesse realmente interesse nessa altura, já tinha ficado resolvido, Sr. Vice-Presidente.

Mas eu compreendo e não retiro o mérito à proposta do Governo, atenção! Eu nunca desconsiderei a proposta do Governo. Eu só lamento que ela não possa ter sido ouvida em Comissão, tal como a do Bloco foi.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhora sabe porquê!

Deputado Flávio Soares (PSD): Porque o Partido Socialista não quis!

Deputada Ana Luís (PS): Menos, Sr. Deputado!

Deputado Flávio Soares (PSD): A Sra. Deputada sabe muito bem e tem muito mais experiência do que eu!

A Oradora: Não. O Bloco, na altura, não tendo voto, também disse que não estava apto a fazer. Desculpe lá, a antecipação...

Eu vou deixar o senhor falar, que fala tão pouco...

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nestas duas propostas o objetivo é praticamente o mesmo e é um bom objetivo, que é fazer com que os beneficiários do COMPAMID deixem de adiantar o dinheiro.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A senhora nem sequer percebe o alcance da proposta do Governo!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Só o senhor é que percebe!

A Oradora: E isto aqui é o que mais importa. E é o que mais importa ao Bloco. No entanto, o Bloco já tinha identificado, e não posso deixar de dizer, essa lacuna, que precisava melhorar na legislatura passada. Tornou a apresentar nesta. E ainda bem que pressionou o Governo para que este processo se agilize.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Bloco o que fez foi propor alterar o nome! APAMID, Bloco de Esquerda! Em vez de ser complemento, era apoio!

A Oradora: Portanto, quem vai beneficiar com isso são realmente os beneficiários. E é isto que importa aqui dizer.

No entanto, devido ao facto de esta proposta não ter sido ouvida em Comissão, eu vou ter que colocar aqui algumas perguntas. Peço desculpa, mas vou ter mesmo que colocá-las porque suscitam dúvidas. Passo, logo, por exemplo, a dizer uma dúvida que suscita: o ponto 3 do artigo 4.º, daquilo que o Governo propõe, diz, e passo a citar: “O beneficiário suporta apenas a parte que lhe cabe suportar, descontados os valores comparticipados pelos Serviços de Saúde e pela Segurança Social.” Sr. Vice-Presidente, essa redação suscita algumas dúvidas e por isso é que eu lhe peço, humildemente, para esclarecer. É porque dá uma ideia de que o

COMPAMID... As pessoas, até agora, o COMPAMID, chegavam lá, pagavam, adiantavam dinheiro e recebiam o reembolso na sua totalidade, não é? É isso que acontece. Pois, então, eu peço que esclareça isso, porque a redação, realmente, suscita dúvidas.

Também suscita dúvidas relativamente a se é anual, se é participado por mês. De que forma é que isto vai acontecer?

São dúvidas legítimas, não é uma provocação. Não tem nada a ver com isso. Retomo aquilo que disse anteriormente, é só pelo facto de esta proposta não ter sido ouvida em Comissão, senão seriam questões que eu colocaria lá.

Depois, no ponto 5 do artigo 4.º diz que “o departamento do Governo Regional com competência em matéria de segurança social regulamenta, por portaria, todos os procedimentos necessários, por forma a garantir que, quando o beneficiário da medida se dirija a uma farmácia, lhe seja aplicado, de imediato, o desconto relativo à participação assegurada pelo COMPAMID”. Mais uma vez, suscita dúvidas. Afinal, o COMPAMID vai continuar a assegurar o pagamento total da medicação, ou não?

Também gostaria de dizer outra coisa, é que se falou muito aqui...

Deputado Flávio Soares (PSD): Está cansada!

A Oradora: Posso? Eu sei que o senhor não é habitual falar, mas, pronto...

Relativamente à questão do reembolso, é verdade que se acaba com o reembolso para os beneficiários. No entanto, criamos outro tipo de reembolso, que é para as farmácias. Ou seja, antes, eram os beneficiários a aguardar pelo seu reembolso, adiantavam e a farmácia recebia imediatamente. Agora, os beneficiários ficam isentos, e bem, de adiantar o dinheiro, mas as farmácias têm que esperar pelo reembolso. Então, não era muito mais fácil o cartão? Era creditada a quantia... É o que está na proposta, que depois as farmácias são reembolsadas. Não era muito mais fácil um idoso ter um cartão onde era depositado o plafom e todas as vezes que fosse à farmácia usava até acabar o plafom, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Plafom, fala bem!

A Oradora: ... e aí as farmácias recebiam na altura, não tinham que ficar à espera do pagamento por parte do Governo Regional?

Eu acho que estas coisas têm que ser esclarecidas e, depois do esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados, tomarem a decisão e verem qual é a proposta melhor e qual é aquela que realmente encontra menos incoerências.

E continuo a dizer, nada disso é provocação, são mesmo dúvidas.

Obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E qual é o plafom do Bloco de Esquerda? É ilimitado? É Gold?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bom, vou entrar neste debate fazendo referências a algumas intervenções que me antecederam.

Em relação ao Sr. Deputado Pedro Neves, eu quero apenas lembrar-lhe, não sei se é cinéfilo como eu, mas há um filme que se chama “Os imortais”. Em “Os Imortais” só pode ficar um. Ou seja, isto aqui no Parlamento é como no filme, no final só pode ficar uma proposta. Só uma é que é publicada. Portanto, o senhor tem que fazer uma escolha. No final, tem que fazer uma escolha.

E, portanto, V. Exa. é que sabe as escolhas que faz, mas quero dizer-lhe que, aqui, no que me diz respeito a mim, o que interessa é olhar para as vantagens das duas propostas. E esta, a proposta do Governo, apresenta um conjunto de vantagens superiores.

Depois, também, dizer à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda...

Deputada Alexandra Manes (BE): Alexandra Manes.

O Orador: Alexandra Manes. Eu não me esqueci, Sra. Deputada. Não me

esqueci. Não me esqueço de si, pode ter a certeza absoluta.

Deputada Ana Luís (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Onde isto já vai...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A Sra. Deputada quer ver o nome dela escrito no Diário das Sessões!

O Orador: Bom, eu quero dizer-lhe o seguinte... Eu vou-lhe deixar uma frase de um ex-Primeiro-Ministro inglês, que diz o seguinte: “Os que plágiam têm pelo menos o mérito da preservação.” Por isso, há mérito. Há mérito na proposta do Bloco de Esquerda de considerar que este é um tema importante.

O que acontece aqui é que a proposta do Bloco de Esquerda não é a melhor.

Depois, a Deputada Alexandra Manes (está a ver, não me esqueci) diz assim: isto não é uma competição. Mas toda a linguagem é uma linguagem futebolística, se não fosse a marcação do Bloco de Esquerda, se não fosse a antecipação do Bloco de Esquerda, se não fosse o Bloco de Esquerda ter avançado com esta proposta, então, afinal... A Sra. Deputada diz que não competição, mas todo o seu vocabulário, toda a sua argumentação é uma argumentação competitiva, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é!

O Orador: É, é! Releia as suas declarações!

E o que eu lhe quero dizer é que perdeu esta corrida. E perdeu esta corrida porque a sua proposta não é a melhor.

Eu volto a lançar-lhe o repto, Sra. Deputada, utilizando a sua expressão, “com toda a humildade, não o quero ofender” (eu sei que não é boa ideia): ...

(Risos)

... Sra. Deputada, diga-me quais são as vantagens suplementares que tem a proposta do Bloco de Esquerda em relação à do Governo!

Deputada Alexandra Manes (BE): Já disse!

O Orador: Explique-me isto! Diga-me!

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Defende as farmácias, as indústrias farmacêuticas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faz favor, Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, é sempre uma alegria discutir consigo, embora sob pressão intensa de V. Exa.

(*Risos*)

Deputada Alexandra Manes (BE): Debater! Não estou a discutir! Queria ter feito na terça, mas não estive aqui!

O Orador: Eu discuto aqui sempre sob pressão intensa do Bloco de Esquerda. Cá estamos para a esclarecer. E, portanto, a senhora está à vontade para fazer as perguntas que entender. Aliás, é esse o seu dever como Deputada nesta Casa. E, portanto, se eu souber esclarecê-la, já fico satisfeito.

Primeiro esclarecimento: fala V. Exa. da farmácia ficar à espera do reembolso quando o beneficiário vai, que é mais um reembolso para a farmácia. Vou-lhe fazer uma pergunta, Sra. Deputada: a Sra. Deputada é utente do Serviço Nacional de Saúde e utente do Serviço Regional de Saúde. Quando a senhora vai à farmácia, paga a sua parte. A farmácia não fica à espera de um reembolso da parte que devia

ser a senhora a pagar e que é o Serviço Nacional de Saúde que paga? Não é assim?

Deputado António Lima (BE): Mas está a criar mais um.

O Orador: Portanto, é assim para todos os utentes, ou seja, os utentes do Serviço Nacional de Saúde. Qualquer serviço que seja, nós pagamos a nossa parte e depois há um acordo entre o Serviço Nacional de Saúde e a Associação Nacional de Farmácias, em que estabelecem um plano de pagamentos. É assim que vai funcionar.

Depois, Sra. Deputada, é claro que aqui permite até que o beneficiário, no caso de não haver medicamento genérico, possa optar por medicamento de marca.

E quando se diz que paga a parte que couber, obviamente que o beneficiário pode comprar medicamentos que não estejam abrangidos pelo COMPAMID e paga a parte que lhe cabe. Por isso é que, indo ao artigo 5.º, por portaria vai regulamentar-se tudo.

E porque é que é por portaria? Porque vai ser feito, como sabe, e eu já disse várias vezes, um acordo com a Associação Nacional de Farmácias, onde se vai estipular prazos de pagamento, as condições de pagamento, para o beneficiário não intervir em rigorosamente nada. E se a Associação Nacional de Farmácias já concordou com isto, naturalmente que tem interesse, como faz para todos os beneficiários. Não faz mais nada que já não faça. É questão de estabelecer o acordo.

Agora, há aqui uma grande diferença desta proposta para a sua, do Bloco de Esquerda, é que esta permite, em primeiro lugar, ser o cartão de cidadão. Depois, permite uma harmonização entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde. E esse é um exemplo que este Governo também quer dar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Esse é um exemplo que nós damos, dos que estão fora por necessidade de tratamento poderem aviar as suas receitas. É uma vantagem. Se mais vantagens não houvesse, essa era a suficiente para esta proposta ser mais útil (eu não vou

dizer melhor) ao beneficiário do que a do Bloco de Esquerda. Tenho a humildade de reconhecer isso.

Depois, há uma outra alteração, que eu até me esqueci e referir dali, que o COMPAMID é no mínimo 50% do salário mínimo. Antes, era 50%.

E, como sabe e como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata, há calamidades que nos atingem sem a gente esperar, nós tivemos que fazer o reforço do COMPAMID em 2020, e muito bem, por proposta do Partido Socialista, a meio do ano. E se fosse só 50% tínhamos que fazer uma medida excepcional para ser introduzido, para comprar o gel e, enfim, outras coisas. Quando é no mínimo 50%, ou seja, qualquer aumento que possa ocorrer durante o ano, ele é sempre acomodado. Portanto, é mais uma vantagem em relação à sua proposta.

Depois, Sra. Deputada, a outra vantagem que tem em relação à sua proposta é que simplifica ao máximo isto.

E a outra vantagem, enorme, é que não permite fraude. E a sua proposta, do Bloco de Esquerda, é suscetível de permitir a fraude, com um cartão magnético recarregável. E todos nós sabemos que o cartão pode passar em qualquer lado. Aliás, a senhora sabe tão bem como eu que houve aí suspeitas e notícias do célebre cartão refeição, onde, em vez de usarem, os beneficiários, para pagarem a refeição a que tinham direito, usavam noutros pagamentos. Isto é público e publicado. E, portanto, o seu, no mínimo, pode potenciar a fraude. O cartão de cidadão não potencia fraude nenhuma.

Depois, não tem que estar a fazer cartões todos os anos ou entre prazos de validade, porque também não sabe a validade que o cartão vai ter, e de estar a carregar.

O acordo com a Associação Nacional de Farmácias está sempre em vigor. Menos burocracia.

Agora, Sra. Deputada, tem que ser, permita-me que lhe diga, com toda a consideração, séria na sua análise relativamente à minha audição na Comissão! E

a verdade é esta: da primeira vez eu não estava na Região e estava ocupado nesses dois dias num evento, onde não podia ser ouvido, nem sequer por meios telemáticos. Por isso, eu disse ao Sr. Presidente da Comissão que não poderia ser ouvido. Da primeira vez, mea-culpa, não pude ser ouvido por manifesta impossibilidade.

Quando fui ouvido no diploma do Bloco de Esquerda, manifestei a minha disponibilidade também para ser ouvido relativamente ao diploma do Governo. Houve impossibilidade de alguns Grupos Parlamentares de não ser possível para eles essa audição ser feita, o que eu respeito. Como respeitaram a minha impossibilidade, eu também respeitei a impossibilidade dos outros. Chama-se democracia, Sra. Deputada. E chama-se aqui todos trabalharmos com boa-fé e com bom-senso em prol daqueles que nos elegeram e que nos puseram aqui todos nesta Casa. E, portanto, não há aqui culpas e atirar culpas. E, portanto, eu não podia ir à Comissão. Aliás, se me permite, até me estendi um pouquinho mais do que aquilo que devia fazer, falando da proposta do Governo, indevidamente, nessa audição da Comissão, como se lembra.

Portanto, as suas acusações de que não pode fazer perguntas... É porque acontece, Sra. Deputada. Às vezes, as coisas não são como nós queremos, é como podem ser.

Quanto ao cunho autoral, socorro-me aqui de uma frase de Carlos César, quando, aqui, uma vez, lembra-se bem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e a Sra. Deputada Andreia Cardoso, numa discussão que tivemos, eu disse ao então Presidente Carlos César: essa proposta foi proposta do CDS. E o Presidente Carlos César disse o seguinte: Sr. Deputado, jamais lhe tirarei o cunho autoral da sua proposta, mas a proposta é deste Parlamento, é deste Governo e é dos açorianos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E continua a ser e ainda bem que é, Sra. Deputada! Agora, o cunho autoral, a senhora não o tira nem ninguém o tira!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora, vassalagem ao Governo do Partido Socialista?! Não! Foi uma sã convivência democrática, onde o CDS fez propostas, aí sim, pondo acima dos interesses partidários e de um partido de oposição que não votava orçamentos de um Governo, aí sim, deu o CDS exemplos daquilo que é a democracia, fazendo o melhor para os açorianos independentemente de votar...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E acusado por V. Exas. de negociatas com o Partido Socialista! Ou já se esqueceu? A negociata do COMPAMID, vassalagem ao PS... Recorde-se a 2008, Sr. Deputado, a 2009, a 2010, a 2011 e a 2012!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não estava aqui!

O Orador: Estava o Bloco de Esquerda! Não eram os senhores, era o Bloco de Esquerda!

Deputada Alexandra Manes (BE): Em 2008?!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A senhora não conhece a história do Bloco?

O Orador: Sim, em 2009, em 2010, em 2011 e em 2012.

E, portanto, a vassalagem é essa, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Está enganado no Bloco!

O Orador: Não estou enganado no Bloco. Ou a senhora é um Bloco de Esquerda e o Sr. Deputado António Lima é outro Bloco de Esquerda?

Deputado António Lima (BE): Quais negociatas? Isso não é só dizer que há negociatas!

O Orador: Os senhores é que diziam, ...

Deputado António Lima (BE): Mas quais negociatas?

O Orador: ... quando nós nos entendíamos com o Governo, que votávamos

favoravelmente de mão estendida. Vassalagem, foi o termo usado utilizado aqui hoje.

Deputado António Lima (BE): Não. O senhor disse que nós fizemos negociatas?! Quais negociatas?

O Orador: É ir ao Diário das Sessões!

Deputado António Lima (BE): Nós fizemos negociatas?! O senhor disse que nós fizemos negociatas?!

O Orador: Não, não! Que eu fazia!

Deputado António Lima (BE): Ah!

O Orador: Eu! Os senhores acusavam-me! Eu! Eu pus acima dos interesses do meu partido e do politicamente correto, que os senhores acham que qualquer partido da oposição deve chumbar os orçamentos de um Governo, era o que os senhores achavam. Com o CDS nunca foi assim. Foi sempre os interesses das populações.

Deputado António Lima (BE): Está no âmbito, Sr. Presidente?

O Orador: É no âmbito do COMPAMID! Ai custa?

Deputado António Lima (BE): Vamos discutir aqui a...

Deputada Alexandra Manes (BE): Onde isto já vai!

O Orador: Olhe, Sr. Deputado António Lima, está a falar de COMPAMID. Por falar de COMPAMID, às vezes, faz mais falta um comprimido, neste caso talvez um Melhoral, que nos acalmasse a todos e nos pusesse um bocadinho mais calmos, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Eu não lhe admito que me diga que eu preciso de comprimidos!

O Orador: Ó senhor, eu não estou a dizer que o senhor precisa.

Deputado António Lima (BE): Está a dizer, está!

O Orador: Eu fiz uma analogia entre o COMPAMID e um comprimido.

Deputado António Lima (BE): Está a dizer!

O Orador: Não estou a dizer que o senhor precisa. O senhor está muito sensível.

Deputado António Lima (BE): Está a dizer. Eu não lhe admito!

O Orador: Eu compreendo que o senhor esteja muito sensível, mas não posso fazer outra... Eu, aliás, não me referi a si, disse todos nós.

Deputado António Lima (BE): É uma festa!

O Orador: E, portanto, terminando, não há dúvidas nenhuma que esta proposta é, em todos os aspetos... sobretudo num, que é: evita a fraude na sua totalidade e beneficia os utentes na sua globalidade.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima (BE): Um protesto.

Presidente: Seja mais específico, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Às declarações do Sr. Vice-Presidente do Governo, que disse que me fazia bem um comprimido.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não disse isso!

(Risos)

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço este protesto, não por valorizar aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente,

mas apenas por uma questão: eu, e esta bancada, tenho uma postura, neste Parlamento, de não insultar, de não maltratar, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Ó Sr. Deputado!...

O Orador: ... de não dizer que as pessoas estão doentes.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Ó Sr. Deputado!...

O Orador: Eu não admito que ninguém, seja Presidente, Vice-Presidente, Deputado, funcionário, seja quem for, me diga que eu preciso tomar seja o que for!

Por isso, Sr. Vice-Presidente, o senhor por ser Vice-Presidente não é mais do que qualquer um que está aqui. E não lhe admito e nunca lhe vou admitir que diga coisas dessas e passem em claro!

Que fique registado no Diário das Sessões, para toda a gente ver a postura que o senhor traz para esta Casa, de achar que pode dizer tudo a todas as pessoas que estão aqui, e que os outros ouvem e ficam calados. Com o Bloco de Esquerda não o faz!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Isso fica-lhe tão mal!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Sr. Vice-Presidente, se desejar, para um contraprotesto, faz favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Ó Sr. Deputado António Lima, o senhor já me conhece melhor do que isso. Eu quando quero dirigir-me a uma pessoa em particular, eu dirijo-me, ponto final, acabou-se!

Deputado António Lima (*BE*): Mas dirigiu-se!

O Orador: Não me dirigi a si. Falei, fiz uma analogia entre o COMPAMID e o

comprimido, até referindo-se a todos nós aqui dentro. Foi o que eu disse. Não foi para si. O senhor entender isso porque quis.

Mas, olhe, já que se refere ao seu comportamento inocente e pueril nesta Casa, o que lhe fica mal é sair daqui e fazer montagens para publicar no Facebook e com frases que nunca foram ditas aqui dentro, sobretudo de apartes que o senhor ouviu e vai fazer frases para o Facebook! Isso é que lhe fica mal, fugir ao debate e insultar lá fora, Sr. Deputado! Isso é que lhe fica mal!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Quem fugiu foi o senhor!

O Orador: É o que o senhor faz e mais o seu partido! Lições do senhor eu não recebo, porque eu não o ofendi e não ofendo ninguém. Agora, os senhores ofendem lá fora, na cobardia, fugindo ao debate aqui dentro!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos dar continuidade ao debate.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Duas vezes que já fizeste isso!

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate está interessante e sobre um assunto que é o mesmo e sobre um objetivo que também é o mesmo, que é simplificar a vida dos nossos idosos e daqueles, também, que, não sendo idosos, beneficiam do famoso COMPAMID.

Devo dizer que o Bloco de Esquerda não perdeu essa guerra. Não perdeu porque

teve o bom momento de trazer para esta legislatura, novamente, o assunto COMPAMID. Por si só, o facto de o ter feito já leva uma vitória consigo.

Vitória também leva, neste caso, o Governo porque melhora o documento. Aliás, neste caso, o que se percebe aqui é que houve, por parte do Bloco de Esquerda, uma tentativa de melhorar aquilo que é o COMPAMID. E, agora, por parte do Governo, uma tentativa de melhorar aquilo que já estava sendo proposto como melhorias.

Pronto, tudo isso é um processo evolutivo. E acho que ninguém tem que ficar chateado por, no fundo, chegar-se a uma conclusão de que é um documento que é de tratamento mais fácil e que liberta mais a tesouraria dos nossos idosos e que é de mais facilidade em termos de também evitar atos menos corretos por parte do uso indevido desse mecanismo, que é o COMPAMID.

Mas devo dizer, sinceramente, não vejo motivo para discussão.

Da minha parte, devo dizer que vou aprovar a iniciativa do Governo porque acho que é mais célere.

E até deixava uma questão no ar: na realidade, o processo que agora é proposto pelo Governo é tão simples, tão simples, como o tradicional Ovo de Colombo. Aqui, a questão é saber porque é que se levou tantos anos até chegar ao COMPAMID no formato que agora proposto pelo Governo, que é: liberta a tesouraria dos nossos idosos, é apenas preciso um cartão... E tudo o resto, afinal, foi complicação a mais.

No entanto, também devo dizer, Sra. Deputada Alexandra Manes, só apenas uma observação de carácter minimamente técnico, que é: o facto de o modelo proposto pelo Bloco de Esquerda ser apoiado no plafom de um cartão não tem nenhuma relação direta, Sra. Deputada, com o facto de que, a partir do momento que existisse o plafom no seu cartão, nada garante que aquele dinheiro já estava nas mãos dos farmacêuticos. Não, não há nenhuma relação direta entre o plafom do cartão e o facto de o dinheiro estar na tesouraria das farmácias. Portanto, esse

argumento que usou, Sra. Deputada, com toda a amizade que lhe tenho, não é argumento porque não corresponde a uma realidade possível.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para introduzir aqui algumas reflexões a propósito deste tema que aqui nos reúne.

Qualquer uma das propostas tem, de facto, o mérito de pretender introduzir melhorias no funcionamento e na operacionalização de uma medida que é importante para os idosos, e não só, da nossa Região, mas, sobretudo, a larga maioria das pessoas que beneficiam deste medida são, de facto, idosos, embora a medida, ao longo dos anos, tenha, de facto, como o Sr. Vice-Presidente referiu, e muito bem, merecido diversas alterações no sentido de que fosse alargada a sua abrangência, no fundo, alargado o seu âmbito, melhorado o seu valor, melhoradas as condições de operacionalização da medida.

Tudo isto foi um trabalho que foi feito. Eu, ainda há pouco, tive a oportunidade de dizer isto mesmo ao Sr. Vice-Presidente do Governo, com empenho dos Governo anteriores, mas, sobretudo, também, com empenho de todos os colaboradores do Instituto de Segurança Social dos Açores, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

A Oradora: ... que se vêm empenhando na operacionalização e na melhoria desta medida. Isto é importante que seja aqui dito, porque por detrás de qualquer Governo estão equipas, no caso, de funcionários públicos do Instituto de Segurança Social dos Açores, que, muitas vezes, são falados pelos piores motivos, mas é importante que também aqui sejam lembrados pelos melhores motivos.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, há muito tempo que a equipa da Segurança Social dos Açores vem trabalhando na melhoria da operacionalização desta medida. E foi por isso que estudou, exatamente, numa primeira fase, a alternativa do cartão, que já foi proposto pelo Bloco de Esquerda há dois anos atrás. E, na altura, eu tive hipótese de dizer e de transmitir, em Comissão Especializada desta Assembleia, aquelas que eram as preocupações que tínhamos na altura. Como foram transmitidas pela Deputada Isabel Teixeira, neste momento, são, exatamente, as reservas que tínhamos, as mesmas que temos.

Não deixa, contudo, de ter o mérito, na altura teve e tem agora, de nos fazer refletir sobre a introdução de melhorias neste processo. E este aspeto acho que é importante que aqui se diga.

Outra questão que também me parece importante que aqui se diga é o facto, Sr. Vice-Presidente, de que a apreensão que nós tínhamos quanto à possibilidade de fraudes, na versão do Bloco de Esquerda, não é a mesma que temos em relação à que o Governo apresenta agora, sendo certo, Sr. Vice-Presidente do Governo, que nós gostaríamos de deixar aqui um alerta de que, naturalmente, esta via, este caminho de facilitação do acesso à medida traz consigo alguns riscos. E é importante que o Governo, na operacionalização desta via, seja por via de portaria, seja no protocolo que vai estabelecer com a Associação Nacional de Farmácias, acautele aquilo que podem ser, de facto, fraudes associadas a este processo. A facilitação do acesso à medida traz consigo riscos. E estou certa de que o Sr. Vice-Presidente e os seus serviços estão conscientes do risco que está associado. Portanto, ainda há ferramentas que vão ser trabalhadas de seguida. E que, nestas ferramentas, estas questões sejam devidamente acauteladas.

Portanto, para mais, a Sra. Deputada Alexandra Manes coloca uma questão que é uma dúvida pertinente a propósito desta proposta e que tem a ver com o desconto. Parece-me que o Sr. Vice-Presidente do Governo respondeu a parte da sua dúvida

e não à totalidade. Sr. Vice-Presidente, se me permite aduzir aqui alguma explicação que me parece adicional a este propósito e que tem a ver com o seguinte: naturalmente que o plafom existe e o plafom passa a ser gerido pela Associação Nacional de Farmácias. No fundo, é o que vai acontecer aqui, a Associação Nacional de Farmácias vai gerir o plafom de cada um dos nossos idosos.

Quando chega ao momento de o idoso aviar uma receita que, em parte, já não é comparticipada na totalidade, há um sobranço que tem que ser assumido pelo idoso ou pela pessoa que beneficia do COMPAMID. E é este limite, no fundo, que está aqui a ser introduzido neste artigo a que a Sra. Deputada faz referência. É que, de facto, o plafom mantém-se. O plafom é gerido pela Associação Nacional de Farmácias. Quando o plafom é atingido e ele pode ser atingido por metade, um terço ou mais do valor que está a ser aviado naquela receita, o sobranço terá que ser o beneficiário, naturalmente, a pagar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Como é hoje em dia!

A Oradora: E é disto que aqui se trata. Pelo menos é a leitura que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz desta norma. E acreditamos que é isto que estará aqui em causa.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, esta minha intervenção é, sobretudo, para lembrá-lo de que a garantia de 100% de fraudes não está, por via do diploma, ainda assegurada. Portanto, nós acreditamos que, com a colaboração da Associação Nacional de Farmácias e com a regulamentação que será de seguida adotada, poderemos melhorar e minorar essa questão. E fica o nosso alerta.

Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faz favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, registo o seu alerta e a observação. No entanto, obviamente, já se percebeu que a proposta do Governo reduz drasticamente a possibilidade de fraudes, não havendo um cartão magnético recarregável que possa ser usado noutras coisas.

Agora, não estou a ver, assim à primeira vista, como é que possa haver alguma fraude, identificando-se na farmácia... Não estou a ver, mas se me quiser esclarecer agora ou fazer chegar depois algum contributo, o Governo, humildemente, aceitará qualquer contributo que possa vir da sua parte e do Partido Socialista, desde que seja para garantir o máximo de transparência, o máximo de segurança neste processo. Portanto, não temos nenhum problema. Se o quiser fazer agora, pode fazer, tomarei a devida nota. Se quiser dar depois, em conversa que possamos ter, fico ao seu dispor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, começo por lhe responder assim: agradecer os esclarecimentos que fez. Todos esses esclarecimentos podiam ter sido evitados aqui nesta Casa se tivesse ido à Comissão.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Não podia!

A Oradora: Não foi por incompatibilidade da agenda do Governo com a das Comissões. Não ponho isso em questão.

Realmente, em audição da nossa proposta, o Sr. Vice-Presidente fez algumas

referências à proposta do Governo. Também reconheceu que não o deveria ter feito, porque eu, por exemplo, ainda não estava preparada para fazer as perguntas e analisar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha 15 dias!

A Oradora: Também depreendi que a senhora que estava a representar a Associação Nacional de Farmácias não tinha ainda acesso àquela proposta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha, tinha!

A Oradora: Depreendi isso. Embora não tendo voto, assim o entendi. Portanto, achei que não era a altura indicada para ouvir a sua.

Eu quando falei em vassalagem ao PS, Sr. Vice-Presidente, era na questão de que, cada vez que se procedesse a uma alteração, nesta Casa, nalgum diploma, que fosse da criação do PS, porque sim, porque o PS é que esteve a governar até agora, nos últimos anos, teríamos que pedir licença e pedir vassalagem e todas as vezes dizer: esta proposta é do PS, esta proposta é do PS... A mim parece-me que não é essencial, porque a mim não me interessa essa questão da paternidade da proposta, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Então porque é que quis mudar o nome do programa?

A Oradora: ... tal como interessa à Sra. Deputada Catarina, que se empolgou muito aqui: é do CDS! É do CDS! É, sim, senhora. Mas eu já lhe disse, a mim o que me importa mesmo...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É o histórico!

A Oradora: É o histórico... A mim o que me interessa é o histórico das pessoas, Sra. Deputada Catarina! É o histórico das pessoas!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O que é que era o APAMID?

A Oradora: A fraude, qualquer sistema, hoje em dia, é sujeito à fraude. No entanto, parece-me que esta não se aplica porque é possível limitar os locais onde o cartão pode ser utilizado. E neste caso era só nas farmácias.

Sr. Vice-Presidente, eu vou ter que lhe dizer isso: quanto ao que disse, o fugir ao debate, eu nunca vi, nesta Casa, nenhum Deputado do Bloco, nem nesta legislatura, nem nas outras legislaturas, fugir ao debate. E aqui relembro a Deputada Zuraida, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Minha estimada amiga!

A Oradora: ... o Deputado Paulo Mendes também. Relembro também o Deputado Mário Moniz e o Deputado José Cascalho. Nenhum dele fugiu ao debate. No entanto, terça-feira passada, notou-se aqui duas ausências que deviam estar em debate!

Deputada Sandra Faria (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, nunca foi o Bloco que fugiu ao debate!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não posso deixar de falar para si, é sempre um gosto. E vou acabar a minha intervenção nesta discussão falando para o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É um prazer, Sra. Deputada!

A Oradora: Sabe porque é que nem eu, Alexandra Manes, cidadã, perco aqui? Sabe porque é que eu não estou a perder? Sabe porque é que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não perde aqui, hoje? Sabe porquê? Porque os beneficiários vão ficar a ganhar. E isso é o que nos interessa!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha intervenção gostaria, primeiramente, de começar por dizer à Sra. Deputada Alexandra Manes que, quanto ao meu empolgação de quem era o

cunho autoral da proposta, a verdade é que cada coisa no seu lugar. E, efetivamente, o Bloco, porque há um histórico em relação a esta matéria, gosta de fazer esquecer de quem é o cunho autoral desta proposta.

E nunca coloquei em causa, na minha intervenção, o porquê de o Bloco apresentar esta iniciativa. E até leio o que é que disse: “ambas visam a simplificação e a desmaterialização do processo. No entanto, no nosso entender, a proposta do Governo torna o processo mais ágil, mais simples e mais eficiente.” E, portanto, o que está aqui, cada coisa no seu lugar. Uma coisa é a intenção do Bloco a apresentar esta proposta, que visa a simplificação, que, na análise do Grupo Parlamentar do CDS, efetivamente, a do Governo é melhor, outra coisa é este histórico que existe.

E também queria acrescentar aqui ao debate, daquilo que foi dito relativamente ao facto de não termos ouvido o Sr. Vice-Presidente ou o representante da Associação Nacional de Farmácias quanto à iniciativa do Governo, queria ler aqui um bocadinho do que está no relatório, porque não nos podemos esquecer que a iniciativa do Governo já tinha dado entrada. Até, salvo erro, em agosto, o Sr. Vice-Presidente já tinha dito o que é o Governo pretendia em relação às alterações que queria propor ao COMPAMID. Nesse sentido, na audição da Dra. Teresa Lima, passo a citar: “Na primeira ronda de intervenções, pediu a palavra o Deputado Rui Martins no sentido de questionar à Dra. Teresa Lima qual o melhor procedimento – o utente ter um cartão recarregável onde é introduzido um valor, que depois é utilizado por este para pagar os medicamentos, sendo que parte do que corresponde ao COMPAMID é debitado do cartão, tendo o utente que pagar o remanescente, tal como propõe o Bloco de Esquerda, ou seria melhor o utente apenas pagar o valor que lhe compete, sendo depois feito o acerto da parte participada entre as farmácias e o Governo Regional.

Em resposta, a representante nacional das farmácias explicou que defende um cartão com a identificação do utente, não um cartão recarregável, caso contrário

estaria a ser introduzida outra prática desnecessária, o que não contribuiria para o desígnio da proposta.” Fim de citação.

Como tal, apesar de não ter sido ouvido no âmbito da iniciativa do Governo, a verdade é que está aqui clara qual era a posição da representante nacional das farmácias. E isso também é importante para este debate que estamos a ter aqui e é preciso esclarecer.

Termino dizendo que, no nosso entender, como já disse, a proposta do Governo é melhor. Nunca foi colocado em causa o sentido de o Bloco ter apresentado a sua iniciativa.

Quanto ao cunho autoral, isso é outra história.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos fazer o nosso intervalo. Lembro aos Líderes que temos reunião na sala das Comissões. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 02 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra. Faz favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Também prescinde.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais pedidos de inscrição, vamos então passar à votação, na generalidade, destes diplomas, iniciando pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII, apresentado pelo Bloco de Esquerda. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII foi reprovado, na generalidade, com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal; e 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos então votar, na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII, do Governo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII foi aprovada por unanimidade, a votação na sua generalidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo...

A proposta tem quatro artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. É isso que farei. Então, estão à votação o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão assim encerrados esses pontos da nossa agenda. Avançamos para o ponto 16. Deliberou a Conferência de Líderes também que, se os dois pedidos de urgência dos pontos 16 e 24 forem aprovados, as iniciativas subjacentes serão discutidas em conjunto.

Portanto, darei a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal para apresentar a urgência relativa ao **Projeto de Resolução n.º 75/XII – “Recomenda ao Governo a criação de um Núcleo Museológico da Indústria Açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores”**.

Faz favor, Sr. Deputado Nuno Barata, para a apresentação da urgência.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente, depois da entrada do diploma do PAN e em conferência com o Sr. Deputado Pedro Neves, eu retiro a urgência.

Presidente: Muito bem. Retirando a urgência, a iniciativa baixará à Comissão.

Assim, damos continuidade à nossa agenda, passando para o ponto 18...

A urgência do PAN será discutida, neste caso, quando chegarmos à urgência, uma vez que esta não foi aprovada. Mas se tiverem outro entendimento...

Faz favor, Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sim, a ideia é baixar à Comissão as duas iniciativas, para que em conjunto consigamos fazer, os dois partidos, um diploma mais robusto para apresentarmos depois na Comissão, obviamente.

Presidente: Portanto, ficamos também com esta informação já, de que o PAN também retirará o pedido de urgência do ponto 24. Muito bem.

Avançamos para o ponto 18: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Regime excecional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este pedido de urgência com dispensa de exame em Comissão, tendo em conta aquilo que consta na proposta que julgo que discutiremos a seguir, ou seja, uma abertura e a criação de uma exceção no âmbito da permissão para a realização de touradas à corda, ainda neste ano de 2021.

Essa urgência decorre também dos contactos que recebemos de um conjunto de instituições e organizações que estão a tratar estas matérias e que nos solicitaram a avaliação desta alteração. A avaliação, depois de a fazermos, entendemos que é uma proposta que merece ser tratada e apresentada aqui no Parlamento, sobretudo tendo em conta o alargamento da exceção, já em 2021, para o dia 15 de novembro. Daí a apresentação desta urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas relativamente às urgências. Tendo em conta que o PAN também tem algo similar relativamente a tudo o que seja regime jurídico e que seja detentor da parte dos municípios, os municípios têm que ser ouvidos. E têm que ser ouvidos na Comissão. Foi exatamente aquilo que disseram relativamente a todas as iniciativas do PAN. Por isso, pela primeira vez, o PAN nunca pode aprovar esta urgência porque tem que se baixar à Comissão e tem que se ouvir os municípios relativamente a este assunto, ainda por cima um assunto que de urgência não tem absolutamente nada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bom, tendo em conta os prazos que estão a ser debatidos e para que a medida e a proposta tenha um efeito prático, esta urgência tem que ser aprovada. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra novamente ao Sr. Deputado Berto Messias, informando a Câmara que deu entrada uma substituição integral do diploma e é este que devemos ter em conta no nosso debate e votação.

Faz favor, Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta, aqui, um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa materializar em letra de lei, permitam-me a expressão, uma exceção para a realização de touradas à corda, quer no ano de 2021, quer também no ano de 2022.

Como é público e como sabem, o Decreto Legislativo Regional, que define o Regime Jurídico de Atividades Licenciadas pelos Municípios, define que as touradas à corda se realizem entre o dia 01 de maio e o dia 15 de outubro.

Fruto da situação pandémica, que é por todos conhecida e reconhecida, a verdade é que estes espetáculos tauromáquicos não tem sido possível serem realizados, quer no ano de 2020, quer também agora no ano de 2021, sendo que foi possível a realização de três corridas de touros à corda no dia 15 de outubro, no último dia da época tauromáquica.

Tendo em conta isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi contactado por um conjunto de instituições que têm vindo a tratar destas questões. Fomos contactados através da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que, juntamente com a Câmara Municipal da Praia da Vitória e com a Associação de Ganadeiros e vários intervenientes neste fenómeno, nos fizeram chegar a vontade e a intenção de ser possível alargar a possibilidade e permissão das touradas à corda no ano de 2021, alargando essa possibilidade até ao dia 15 de novembro, bem como também permitindo que a época de 2022 pudesse ser antecipada para o primeiro dia a

seguir à Páscoa, ou seja, o dia 18 de abril.

Depois da avaliação que fizemos, entendemos que é uma proposta que, na nossa perspetiva, faz sentido. Temos tido, felizmente, fruto de um conjunto de circunstâncias, uma normalização gradual das várias atividades culturais e recreativas na nossa Região.

Entendemos que o setor tauromáquico, em particular as touradas à corda têm sido altamente penalizadas devido a esses constrangimentos que decorrem da pandemia que, infelizmente, nos assolou a todos.

E no âmbito também do contributo que julgamos que este Parlamento pode dar para essa normalização gradual e tendo em conta também aquela que é a opinião e a vontade das instituições que, não só tratam do licenciamento municipal, mas também que promovem este tipo de eventos, bem como também o conhecimento que temos de um conjunto de entidades em várias freguesias na ilha Terceira que pretendem ainda realizar e promover este tipo de espetáculos, tendo em conta também algo que não é descorável, ou seja, a perspetiva económica e social que é muito relevante no âmbito daquilo que são as atividades económicas que ocorrem, não só diretamente naquilo que é o trabalho das ganadarias, mas também tudo aquilo que são, enfim, as tascas, as vendas ambulantes e tudo aquilo que é potenciável através deste tipo de espetáculos e de eventos, entendemos que faz sentido que o Parlamento possa abrir espaço para esta exceção, ou seja, permitindo que, ainda no ano de 2021, seja possível a realização de touradas à corda até ao dia 15 de novembro e, no âmbito e tendo em conta tudo aquilo que referi, permitindo também que no ano de 2022 essa época seja antecipada do dia 01 de maio para o dia 18 de abril, sendo que, tendo em conta os eventos que ocorreram no dia 15 de outubro na ilha Terceira, estão salvaguardados todos os pressupostos que entendemos serem necessários, garantidos e monitorizados, digamos assim, pela Autoridade de Saúde Regional, sendo que isso é, obviamente, no âmbito daquilo que é o trabalho de licenciamento e competência de

licenciamento dos municípios, um pressuposto que terá que ser sempre salvaguardado.

E, portanto, aquilo que propomos é a possibilidade e a abertura desta exceção, que nos parece relevante, não só (e nós poderíamos, eventualmente, discutir aqui, mas não é isso que está agora em discussão) a importância deste fenómeno tauromáquico, mas sim a capacidade de nós, enquanto Parlamento dos Açores, respondermos a esse apelo de várias entidades e criando aqui o espaço legal para que isso possa acontecer.

Explicando, também, tendo em conta a proposta de substituição que apresentamos, foram duas precisões legais, digamos assim, ou seja, precisar aquilo que é, digamos, o horário em que estes eventos podem decorrer, quer no alargamento até 15 de novembro, quer também na antecipação a 18 de abril de 2022, no âmbito daquilo que são já os horários que constam no atual Decreto Legislativo Regional que define o Regime Jurídico das Atividades Licenciadas pelos Municípios, no caso em particular na secção referente às touradas e variedades taurinas.

E, portanto, este diploma, sendo aprovado, garante a abertura e a criação desta exceção que permite aos promotores destes eventos poderem realizá-los em segurança, tendo em conta também o precedente que tivemos em que tudo correu da melhor forma, salvaguardando tudo aquilo que tinha que ser salvaguardado no âmbito das regras e dos cuidados a ter.

E julgamos que damos uma boa resposta a esta atividade que tem sido tão penalizada, quer no ano de 2020, quer no ano de 2021. E damos também o contributo para que, à semelhança de outro tipo de atividades, possa haver também aqui uma normalização gradual, que é também um importante contributo para aqueles que se dedicam diretamente à atividade tauromáquica, em particular às touradas à corda, mas também a tudo aquilo que é a economia muito relevante que gravita à volta deste importante evento tauromáquico, tão relevante para o

ADN da ilha Terceira, da ilha Graciosa, da ilha de São Jorge e, posso dizê-lo também, da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem! Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Soares** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço para intervir para deixar aqui algumas observações e também algumas dúvidas referentes a este Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado aqui e que propõe uma norma transitória, portanto, ao Decreto Regional 37/2008/A, de 05 de agosto, portanto, que vem aqui abrir mais alguns espaços para a realização de touradas à corda.

E começando aqui por uma análise ao n.º 2 do artigo 2.º, portanto, da proposta, que pretende antecipar de 01 de maio para 18 de abril o início da época taurina de 2022, começaria imediatamente a seguir ao Domingo de Páscoa e abriria aqui mais 12 dias para a realização de touradas, sim, entendemos que é justa esta antecipação. Logicamente que não vem aqui de forma nenhuma compensar quase dois anos de paragem, excetuando-se os três eventos, como foi referido, que se realizaram no dia 15 de outubro, mas pode pelo menos permitir aqui a acomodação de eventos, que até já estão agendados, compromissos que já foram assumidos. E, portanto, estes 12 dias poderiam acomodar uma série de eventos tauromáquicos que não iriam depois provocar algum congestionamento da época taurina regular.

Vou ler um texto que faz parte de um relatório do Grupo Parlamentar do PSD relativamente às questões da tauromaquia e que também espelha bem a

importância da tauromaquia na Região Autónoma dos Açores: “A tauromaquia faz parte integrante da marca identitária da cultura das ilhas dos Açores, constitui um dos mais expressivos e enriquecedores eventos culturais, que contribui para a diversidade e complementaridade cultural deste arquipélago, assume um papel crucial no desenvolvimento económico de algumas ilhas, particularmente da ilha Terceira, tendo um peso muito significativo no PIB da ilha. A afeição açoriana manifesta-se anualmente em centenas de eventos e com a participação de milhares de pessoas, particularmente em touradas à corda, num saudável convívio social e cultural.

Portanto, temos aqui os motivos, como já tinha sido dito: centenas de eventos, centenas de pessoas, convívio social e cultural. Portanto, foram esses motivos que levaram à proibição das touradas. Terão que ser esses os motivos que, não havendo proibição, justificam aqui a antecipação da época taurina ou época tauromáquica de 2022.

Quanto ao n.º 1 do artigo 2.º, o que deixo aqui é uma questão a quem fez a proposta de Decreto Legislativo Regional, de prorrogação, ou seja, esta prorrogação para o dia 15 de novembro, porque há uma série de tramitações que vão ter que acontecer obrigatoriamente, porque há pessoas que nos questionam e questionaram com certeza os Srs. Deputados proponentes de quando é que começa a tourada. E a questão que deixo aqui é se, amanhã, depois de votado nesta Casa, partindo do princípio que vamos votar favoravelmente e que a norma seguirá as tramitações legais, vamos poder realizar touradas. Se é amanhã, se é para a semana... Portanto, é esta a questão que importa responder às pessoas, porque é esta questão que as pessoas nos colocam.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pelo fim, neste caso falando do enquadramento empolado do Sr. Deputado do PSD, completamente empolado, dizer que isto é um património identitário cultural dos Açores. Não, restringe-se a determinadas ilhas. Aliás, isto foi quase um franchising da ilha Terceira para a ilha Graciosa e de São Jorge. E querem passar também para São Miguel, mas não estão a conseguir. Não conseguem, porque não é assim tão tradicional e cultural como querem dizer.

Mas agora eu vou à parte, pelo menos... não vou pela parte moral e o que é que cada um defende, mas vou pela coerência. E vamos ter que ser coerentes. Os proponentes desta proposta não estão a ser coerentes. Eu já começo a ter um historial. Não é assim tão grande, como os Srs. Deputados que já estão aqui há bastantes anos, mas tenho quase um ano. Em janeiro deste ano, o PAN apresentou uma proposta de urgência, que era urgente, mas disseram, à partida, além da falta de respeito do Deputado Pedro Neves para a Câmara e para todos os Deputados, que era um desrespeito completo sobre a Comissão, era um desrespeito completo sobre aquilo que é uma competência dos municípios. E eu, sem ouvir os municípios, não posso, nunca, ter urgências relativamente a algo que é só das autarquias. Isto é uma justificação dada por vários Deputados de várias bancadas, não é só do Grupo Parlamentar do PS, foi do PSD, o PPM disse a mesma coisa, o CDS disse exatamente a mesma coisa. E chumbaram a urgência, porque disseram: não, não, tem que se ouvir a AMRAA, tem que se ouvir os municípios específicos. Neste caso, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória não foram ouvidos, ou se foram ouvidos foi à porta fechada, não foi com todos os partidos, não foi para esta Assembleia. Eu não vi qualquer documento. É um documento apenas que o Sr. Deputado Berto Messias recebeu, de certeza. Eu não o recebi. Aquilo que é uma competência das autarquias, que nós temos que ouvir as autarquias, agora vamos esquecer completamente porque isto é urgente.

O abate dos animais não era urgente e tínhamos que ouvir as autarquias. Estamos a abater animais, a abater seres vivos. Mas sofrimento animal já é urgente, já não é preciso ouvir os municípios, já não precisamos ouvir a AMRAA, não precisamos ouvir absolutamente nada. Isto é urgente e nós temos que ultrapassar completamente as competências das autarquias apenas porque nos apetece.

É a falta de coerência. E não falo apenas em termos de posicionamento político, estou a falar de coerência apenas desta Assembleia, que falharam completamente. Falharam completamente. Usaram argumentos contra o PAN em janeiro, que agora estão a esquecer e a anular por completo apenas para servir um propósito. E a servir um propósito, o lobby tauromáquico, que continua a estar dentro dos partidos políticos. Não vejo onde é que esteja uma democracia. Eu vejo portas abertas por um lado, portas fechadas por outro.

Por isso é que, obviamente, nós já iríamos votar contra, vamos também votar contra a falta de coerência que existe entre as várias bancadas que vão votar a favor e esquecer completamente, porque, pelos vistos, aquilo que é a competência dos municípios é só se não servir o nosso propósito político.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Grupo Parlamentar do PS, hoje, nos traz é uma proposta para antecipar o início de uma prática que está regulamentada e cujo seu início e fim e cujos seus horários estão regulamentados devido a uma necessidade. E essa necessidade, se calhar, prende-se com a altura do ano em que os dias são maiores e, por isso, pode-se estar mais tempo na rua ou pode-se estar mais tempo nesta prática porque há realmente mais claridade.

Eu poderia também falar naquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves já o fez,

portanto, a questão de isto ser competência das autarquias. Mas visto que ele já falou, não vou perder mais tempo com isto.

Mas surge-me aqui uma coisa, que é: se vamos antecipar as touradas porque durante dois anos estas não se puderam realizar, vamos antecipar o Carnaval!

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

A Oradora: Porque os bailinhos são uma fonte de rendimento das sociedades também na ilha Terceira e que neste momento também têm poucos recursos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Boa ideia!

A Oradora: Então porque é que não se antecipa já o Carnaval e não se realizam bailinhos?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Os bailinhos já começam em janeiro!

A Oradora: É também para contribuir para a economia da ilha! É também um forte contributo que se dá com os bailinhos! Ou vão-me dizer que não? Estão a querer desconsiderar os bailinhos que se realizam na ilha Terceira? Estão a fazer a discriminação de uma atividade bastante cultural e tradicional da ilha Terceira? É isto que fica aqui.

Também outra: durante dois anos, o Sr. Santo Cristo também não saiu à rua.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Apresenta uma proposta para o Sr. Santo Cristo sair mais cedo!

A Oradora: O Sr. Santo Cristo é uma prática religiosa que junta milhares de fiéis. Então, estes fiéis também não têm direito a que o Sr. Santo Cristo saia mais cedo à rua? Porque é que não antecipamos todas estas festividades?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Apresente a proposta!

A Oradora: Porquê só para este lobby? Expliquem-me qual é... Desculpe, a proposta foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. E por isso mesmo é que eu estranho que, por parte deste Grupo Parlamentar e dos outros Grupos Parlamentares, não haja essa preocupação também de contribuir para os bailinhos e para as festividades religiosas, estas sim, dos Açores.

Deputado Pedro Neves (PAN): A tourada está associada à prática religiosa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Luís Soares disse, esta não é uma tradição dos Açores. Esta é uma prática que acontece em algumas ilhas dos Açores.

E é verdade aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves disse, que já se tentou levar para as outras ilhas, mas que não deu certo em algumas. Eu sei que isto custa, mas vamos ser coerentes! Ó Srs. Deputados, vamos ser coerentes!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Qual é o DLR do Sr. Santo Cristo?

A Oradora: Então, estão sempre à guerra com a bacada do PS e, agora, de repente, fica tudo em consonância, já é tudo em sintonia e já é tudo muito bom! É uma coisa incrível! É que se pode discutir aqui refeições, pode-se discutir aqui transportes escolares, pode-se discutir a ação social, que vão bater uns nos outros, mas quando se trata disto, está tudo em sintonia! Isto, é logo!

Portanto, ainda vamos mais longe, é a questão da segurança. Eu estive aqui a fazer uma pesquisa muito rápida e percebi que a hora muda do dia 30 para o dia 31 de outubro.

Deputado Bruno Belo (PSD): Só agora percebeu, Sra. Deputada?

A Oradora: Não, eu sei que custa! Eu sei que custa!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Já agora diga qual é o DLR que regulamenta a festa do Sr. Santo Cristo!

A Oradora: Vou dar só aqui... No dia 01 de novembro, o sol põe-se às 17h48. Afinal, é para fazer touradas depois do sol-posto? Então, onde é que fica a segurança das pessoas? Expliquem-me! Assumam então que querem touradas depois do sol-posto!

E também assumam outra coisa, é que as touradas depois do sol-posto estão devidamente regulamentadas e obedecem a certos critérios. E um dos critérios é: segundas, quartas, sextas e vésperas de feriado. Então, também vamos mudar

agora os dias da semana para que se possam realizar touradas sempre depois da hora do sol-posto? Expliquem-se isso! Ou então vão mudar o sol e prolongar também o dia? Também vão mudar isso? É o novo paradigma? É o que parece! Ainda mais, vamos ler o artigo 53.º, no seu ponto 2: “Tem a duração máxima de três horas.” Vamos supor que a tourada começa às 16h... 17h, 18h, 19h, portanto, já está de noite – o crepúsculo. O crepúsculo, que é tão bonito! Ou seja, se começar às 17h... 18h, 19h, 20h, está ficando cada vez pior. Se começar às 18h... 19h, 20h, 21h.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E se começar às 15h?

A Oradora: Ó Sras. e Srs. Deputados, então, para que é que existe a segurança e todos os procedimentos de segurança?

E ainda mais incoerências que vêm aqui com tudo o que diz respeito a isto. Eu sei que custa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sra. Deputada, o proponente está atrás de si, não se dirija a nós!

A Oradora: Mas não quer que eu faça a si! Estou falando para todos exatamente aquilo que eu disse.

Se estamos a debater uma medida que vise o bem-estar das pessoas ou uma refeição escolar, vão-se atacar. Vocês não fizeram, mas os outros fizeram. Mas quando é para isto, estão todos em sintonia. É uma coisa impressionante!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Quantas alterações já se aprovou por unanimidade nesta Casa?

A Oradora: Ao aprovar esta proposta colocaremos ainda mais em risco a integridade física das pessoas, pois, se o regulamento foi feito, deve-se a que esta prática seja feita com segurança das pessoas, o que nunca é.

É claro que nós não nos vamos responsabilizar pelo facto de as pessoas se quererem meter a correr à frente de um animal que está amarrado pelos cornos e que é puxado por pessoas.

Então, com menos visibilidade (visibilidade reduzida porque a luz, o dia, vai sempre diminuindo), querem as Sras. e os Srs. Deputados que as pessoas corram, fujam, trepem muros e corram mais riscos? É que no próximo acidente que houver (a haver, pode não haver), querem as Sras. e Srs. os Deputados serem responsáveis por terem, aqui nesta Casa, feito uma alteração à lei que ainda põe mais em risco as pessoas? Isto pode acontecer. Quanto mais escuro, pior é.

Depois, ainda há outra coisa, estamos todos solidários com o planeta. Atenção, inclusive o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, enquanto candidato nestas últimas autárquicas, disse que a diminuição da iluminação pública é uma medida a nível mundial e que todos os países desenvolvidos implementam. É verdade, sim, senhor. Mas, então, agora, vão-se acender mais luzes públicas para permitir que a prática venha para fora? Então, e o ambiente? Então, e as preocupações? Então, e agora?

Ainda outra, é que a campanha SOS Cagarro acaba precisamente no dia 15 de novembro, onde há imensos apelos por parte do Governo Regional, e bem, para que se reduza significativamente as luzes. Inclusive, a ilha do Corvo deu um grande exemplo este ano. Apagou as luzes. Então, vamos acender as luzes na ilha Terceira toda e pôr em risco os Cagarros agora? Ó Sras. e Srs. Deputados, sejam coerentes!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a tradição das touradas em algumas ilhas e a importância que elas têm até no peso económico destas ilhas, o Chega acompanha este pedido desta iniciativa.

Apenas como mera informação, uma vez que também recebi aqui algumas

informações sobre a mudança da hora, gostaria de informar a Sra. Deputada Alexandra Manes que o Sr. Santo Cristo tem que ser feito no quinto domingo a seguir à Páscoa. Não se pode mudar. E misturar touros com o Santo Cristo, para mim, até é ofensivo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente Projeto de Decreto Legislativo Regional, que cria o Regime excepcional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022, no entender do Grupo Parlamentar do PPM, é pertinente, e votaremos favoravelmente o mesmo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Nem ele acredita nisso!

O Orador: A tão falada pandemia, provocada pelo vírus SARS-COV-2, atingiu todas as áreas e setores da nossa Região. A tauromaquia não foi exceção. Concretamente, a tourada à corda, porque é disso que falamos neste Projeto de DLR, viu-se privada da sua realização em qualquer uma das ilhas dos Açores, no ano de 2020 e assim permaneceu até ao dia 12 de outubro do corrente ano de 2021. Este longo período, onde não foi possível realizar as referidas touradas à corda, fizeram com que, no nosso entender, a cultura e tradição dos Açores ficassem mais pobres. São muitos os aficionados desta tradição secular.

Segundo, Arnaldo Ourique, autor do livro “A Terra e o Gado, a Corda e as Gentes”, que passo a citar, “a origem da tourada à corda, ligada às festas do Espírito Santo, é de 1217, tendo sido introduzida na ilha Terceira logo no início do povoamento, a partir de 1453.”

Esse mesmo livro, publicado pela Associação de Mordomos das Festas da Ilha Terceira, elenca os vários motivos pelos quais, na opinião dos mesmos, a tourada

à corda da Terceira, de acordo com os critérios da Unesco, merecia ser classificada como património da Humanidade: o ecossistema, a natureza, o interior da ilha, o próprio gado bravo, que tem um património genético muito antigo e diferenciado e o facto de haver uma forte ligação às festas do culto do Divino Espírito Santo que são antiquíssimas e que muito dizem aos açorianos.

No nosso entender, são argumentos fortes e válidos. Entendemos, portanto, que a tourada à corda, com particular expressão na ilha Terceira, provavelmente a mais antiga tradição de folgado popular do arquipélago, é uma atividade importantíssima na cultura e tradição dos Açores e, como tal, merece ser preservada, divulgada e, sobretudo, apoiada.

Para além disso, não podemos deixar de referenciar aqueles açorianos que estão diretamente envolvidos no setor tauromáquico e que dependem economicamente desta atividade.

Urge, portanto, fazer com que a atividade retome a sua normalidade e, a título de exceção, que seja alterado o calendário da época tauromáquica no presente ano de 2021 e no próximo ano.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Estavas aí tão bem, Gustavo!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Viva a democracia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Patrícia Manes... Era para isso, não era? Era para escrever mais uma vez o nome Alexandra Patrícia Manes no Diário das Sessões. Não era assim, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras?

Apenas para clarificar a Sra. Deputada Alexandra Patrícia Manes de que todos temos saudades das festas em honra do Sr. Santo Cristo dos Milagres, todos as queremos comemorar. Todos queremos bailar no Carnaval. Estou deserto para bailar no Carnaval. E espero, este Carnaval, que venha a bailar bastante. Ainda por cima, sou romeiro das Romarias Quaresmais de São Miguel. Há dois anos que não saio de romeiro. Quero sair este ano de romeiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas acontece que nenhuma dessas três coisas depende de Decreto Legislativo Regional, portanto, não depende desta Câmara antecipar as festas do Sr. Santo Cristo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... as Romarias Quaresmais ou o Carnaval. Estas festas são móveis, são indexadas ao Domingo de Páscoa. E se a Sra. Deputada Alexandra Patrícia Manes não sabe, o Domingo de Páscoa é o primeiro domingo a seguir à primeira lua-cheia depois do equinócio da primavera. Registe, que fique bem claro!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Afinal tem a ver com o crepúsculo!

O Orador: Tem, tem muito a ver com o crepúsculo!

E esta é a minha dúvida sobre esse diploma, apesar de ir votar favoravelmente. Sou aficionado, apesar de ser micalense.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é nada! É mentira!

O Orador: Os liberais têm essa vantagem, é que permitem que todos tenham as suas opções!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A esquerda não tem essa vantagem, acha que todos temos que pensar como ela pensa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É a diferença entre o liberalismo e o socialismo da esquerda radical!

Entretanto, ia-me perdendo. Mas o que me preocupa neste alargamento do horário é que, de facto, só vão ser corridos dois touros. E a Sra. Deputada Alexandra Manes tem razão, não vai haver tempo até ao pôr do sol para correr mais do que dois touros. Haverá quinto touro, o que já é uma vantagem.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O quinto está sempre garantido.

O Orador: O quinto está sempre garantido.

E há uma outra preocupação, que tem a ver com as condições climatéricas, que correr touros em chão molhado não é bem a mesma coisa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também chove no verão!

O Orador: Antigamente, corria-se touros em chão terreiro. Hoje em dia, corre-se touros em asfalto. Em asfalto molhado é, de facto, para as preocupações do Sr. Deputado Pedro Neves, uma preocupação acrescida.

Apesar de este diploma, nos próximos dias, apenas resolver aqui um problema de dois fins de semana, é bom que tenhamos sempre presente que essas coisas podem acontecer e que esta Câmara está a aprovar um diploma, que se percebe que vai passar com larga maioria, que pode criar condições excecionais, mas que essas sejam excecionais e que não sejam para o resto do calendário dos próximos anos vindouros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A identidade açoriana é caracterizada pela multiplicidade de identidades e manifestações locais em cada uma das nossas ilhas. Essa é a génese da identidade

açoriana – a multiplicidade. A multiplicidade de manifestações culturais, onde se incluem a tauromaquia, a viola da terra, os cantares. E negar isto ou tentar sonegar algum destes é atentar contra a identidade açoriana, contra a nossa cultura.

Estamos saindo de um período excepcional, de cerca de dois anos, criado por uma pandemia, e, a título excepcional, o Partido Socialista apresenta-nos uma proposta para que possamos, de certa forma, aliviar os prejuízos causados pela falta de touradas à corda, nomeadamente na ilha Terceira, mas também nas outras ilhas onde elas se realizem.

Como o Sr. Deputado Gustavo Alves muito bem disse, numa intervenção esclarecedora e muito dignificante das tradições taurinas na ilha Terceira, a tourada à corda não é uma tradição, um artificialismo económico da sociedade de consumo, remonta à época do povoamento.

E, portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, Sra. Deputada Alexandra Manes, não posso comungar e acompanhar as vossas rejeições, até porque elas, em si, contradizem-se.

Eu estive para intervir no debate da urgência desta iniciativa porque não compreendi a posição do Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Posso explicar outra vez!

O Orador: Ele tinha o poder de, naquele momento, fazer um requerimento de baixa à Comissão, mas não o apresentou, não o submeteu a votos. Apenas criticou o facto de irmos agora alterar o calendário taurino.

A Sra. Deputada Alexandra Manes vai pelo mesmo caminho, critica, igualmente, o facto de não se antecipar o Carnaval, não se antecipar o Santo Cristo. Onde está a proposta, Sra. Deputada, para nós anteciparmos o Carnaval e para nós anteciparmos o Santo Cristo?

Nós estamos aqui com uma proposta concreta, a proposta de alterar, excepcionalmente, o calendário das touradas à corda. Se V. Exa. acha que também se deve, por alguma razão, alterar o Carnaval ou o Santo Cristo, faça o favor de

nos apresentar a proposta para nós a podermos avaliar.

E, portanto, obviamente que o CDS se vai associar a esta iniciativa aprovando-a, não deixando, contudo, de manifestar alguma preocupação quanto ao horário, nesta parte da alteração do final deste ano. Julgamos que talvez fosse prudente alterar, não só a extensão do calendário, mas acompanhá-lo de uma alteração das horas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Pedro Pinto, três coisas. Não me vou desculpar a mim por você não ter compreendido aquilo que eu quis dizer, mas eu vou tentar repetir pela segunda vez. Eu não tenho que fazer um requerimento para baixar à Comissão, da mesma forma que nenhum dos Deputados aqui nesta Assembleia o fez nas iniciativas do PAN, quando chumbou as urgências. Não tenho que o fazer. Mas tenho pelo menos que protestar. Como representante de eleitores açorianos, tenho que o fazer e sou obrigado a fazê-lo. Isto não é uma urgência!

E com esta justificação, Sr. Deputado Pedro Pinto, você diz que isto não é, obviamente, um capricho económico, mas usa (neste caso é uma tradição secular) isso como propósito. Aliás, o propósito, o objeto desta iniciativa não é relativamente à tradição, o objeto desta iniciativa e que já foi dado como argumento de várias bancadas, é porque tivemos um problema económico, tanto da parte dos ganadeiros, como da parte de todo o comércio terceirense. Então, você está-se a contradizer. Aliás, você não entrou num paradoxo, você foi um paradoxo durante 30 segundos, porque está a defender um objeto relativamente ao problema económico da pandemia da Covid, mas diz que não pode ser um capricho económico. Não, não, isso é uma tradição secular. Você tem que se

decidir, Sr. Deputado Pedro Pinto.

E com isso só dizer uma coisa: inicialmente, o enquadramento da sua posição foi a comparação que você faz entre a viola da terra e a tauromaquia.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É uma manifestação tradicional!

O Orador: Mas há aqui uma dúvida, eu tenho uma dúvida: a viola da terra não tem uma vítima; a tauromaquia tem uma vítima, que nunca diz para estar lá! Esta é que é a diferença! Estamos a falar de um ser vivo! A não ser que o CDS veja a viola da terra da mesma forma que vê um touro, apenas como um objeto! Daí, eu já consigo compreender bastante algumas posições do CDS.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor compreende o que quiser compreender e não compreende o que não quiser compreender. Agora, o senhor contradiz-se quando diz que achava que isto devia ser avaliado em Comissão e tem esse poder de fazer baixar à Comissão. E, portanto, a partir do momento que o senhor diz que isto devia ser avaliado à Comissão e não apresenta nenhum requerimento para fazer isso, baixar à Comissão, portanto, o senhor está contradizendo-se a si próprio.

E, portanto, relativamente à comparação ou àquela tentativa de forçar uma comparação entre touros e viola da terra, eu fui muito preciso nos termos que usei. A génese da nossa identidade açorina assenta na multiplicidade cultural, de manifestações culturais. E dei dois exemplos apenas. Se o senhor não compreendeu os exemplos, eu não posso fazer melhor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para responder à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Luís Soares. A resposta a essa questão está no artigo 3.º da proposta, ou seja, a proposta vigora imediatamente no dia em que entra em vigor, aquando da sua publicação.

Dizer, também, tendo em conta algumas das referências que aqui foram feitas, que nós apresentamos esta proposta, naturalmente, enquanto decorrência de um conjunto de contactos que tivemos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, como porta-voz de uma plataforma que tem vindo a tratar estas questões, que inclui também a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a Associação de Ganadeiros e vários intervenientes neste evento.

Dizer, também, que, quando fazemos esta alteração, nós estamos a criar esta exceção no âmbito das datas em que estes eventos podem ocorrer, quer ainda no ano de 2021, quer também através da sua antecipação, no ano de 2022.

Tudo aquilo que são os pressupostos regulamentares como fundamentais para licenciamento destes eventos, naturalmente que são intocáveis e isso mantém-se. E, portanto, as questões que foram aqui referidas no âmbito da segurança, no âmbito daquilo que é o tempo de lide dos animais, no âmbito daquilo que são os horários, naturalmente que os municípios, enquanto entidades licenciadoras, terão que salvaguardar todos esses pressupostos, sendo que, na minha perspetiva e na nossa perspetiva, tendo em conta a baliza temporal em termos de horários que estão definidos, tudo isso é perfeitamente possível.

Sendo necessário, como, aliás, foi muito bem referido pela Sra. Deputada Alexandra Manes, é possível também a promoção de eventos das designadas touradas depois do sol-posto.

Quanto a todas as outras referências no âmbito da segurança, quer das condições do piso, quer da chuva, quer da iluminação, bom, esses pressupostos são,

obviamente, respeitados ao longo de toda a época, porque, como todos muito bem sabem, muitas vezes, muitas touradas, mesmo em pleno verão, ocorrem debaixo de chuva e, por vezes, até debaixo de chuva torrencial.

Eu reitero também a importância de referir que nós estamos a alterar e a excecionar as datas porque essa é uma competência deste Parlamento, independentemente daquelas que são as competências regulamentares e regulatórias de cada um dos municípios enquanto entidades licenciadoras. Não nos cabe a nós, naturalmente, definir as datas do Santo Cristo ou as datas do Carnaval.

Mas, Sra. Deputada Alexandra Manes, deixo, aqui, desde já, este compromisso público do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: se o Bloco de Esquerda entender fazer qualquer diligência ou qualquer proposta que vise alargar o Carnaval da ilha Terceira, terá, certamente, todo o apoio da bancada do Grupo Parlamentar do PS.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Não pode, porque já são dias a mais! São 365, como é agora que vão aumentar isso? Na ilha Terceira, o Carnaval, não! O que é que queres mais do Carnaval para a Terceira?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sou um acérrimo defensor das touradas, mas também não tenho nada contra as touradas. Devo dizer que não tenho uma opinião acérrima sobre esse

assunto. E, se calhar, por não a ter é que me sinto completamente à vontade sobre aquilo que vou dizer. Não obstante alguma falta de rigor na comparação por parte da Sra. Deputada Alexandra Manes no facto de comparar o calendário religioso, as festas do Santo Cristo e o Carnaval, que até dependem de um calendário, como já foi aqui amplamente explicado, devo dizer que, uma coisa é certa, há uma parte da comparação da Sra. Deputada Alexandra Manes que está certa: é que, quer as festas do Sr. Santo Cristo, como as outras festas das freguesias, como os festivais de verão que aconteciam, como por exemplo o festival Maré de Agosto, de Santa Maria, tudo isso deixou de existir por motivos de forma maior. E esses motivos de força maior, cada um, com a sua resignação ou (como agora se diz) com a sua resiliência, amanhou-se com a sua sorte.

Eu acho que, agora, aumentar ou dilatar um calendário das touradas só porque até pode ser aprovado em Assembleia Regional e só porque há uma vontade, esmagadora ou não, de parte da população de três ilhas, eu acho que no mínimo mostra, no meu entender, é certo, falta de solidariedade para com quem ficou com o festival Maré de Agosto por realizar, falta de solidariedade para com quem organizava as festas das paróquias, as festas religiosas, as festas do Divino Espírito Santo, todo aquele calendário cultural que nós tínhamos nos Açores e que esperamos bem que venhamos a ter, que ficou afetado e que ninguém quis estatutos excepcionais. Toda a gente se amanhou com a sua sorte e rezou (aqueles que rezam) para que no ano que vem regressemos à normalidade.

Portanto, eu não vejo aqui razão excepcional que leve a que seja da mais imperiosa necessidade que se aumente o calendário das touradas, porque, seguramente, o exemplo que possa ser dado pelos aficionados da tauromaquia, o exemplo de solidariedade para com todas as outras festividades que não se organizaram durante esses dois anos, o exemplo de solidariedade e de resiliência também a eles seria o exemplo mais bonito que poderiam dar relativamente a esse assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esclarecer, aqui, que o Grupo Parlamentar do PSD está a favor da prorrogação. O Grupo Parlamentar do PSD está a favor da antecipação. Agora, o que nós queremos é que as pessoas estejam informadas. E a pergunta que as pessoas vão colocar ao Sr. Deputado Berto Messias, mas com certeza a todos nós, é: quando é que é previsível que possam existir touradas? Quando é que nós podemos pôr os touros na rua? É essa questão que nós vamos ter que responder. E é essa questão que podia ser já aqui respondida e evitava ter que responder a um monte de pessoas que vão solicitar essa questão. Portanto, eu volto a pedir essa explicação, como se eu não percebesse mesmo nada disto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, enfim, não quero ter aqui qualquer tipo de abordagem de sobrançeria intelectual ou institucional, mas julgo ser um pouco estranho que eu tenha que explicar, enquanto Deputado, a outro Deputado, quais são os procedimentos legislativos do Parlamento.

Esta proposta é aqui apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Esta proposta, sendo aprovada, deixa de ser do PS e passa a ser do Parlamento. Caberá ao

Parlamento remeter o Decreto para o Sr. Representante da República, que terá, naturalmente, que assiná-lo e publicá-lo. Depois da sua publicação, entrará em vigor. E, portanto, julgo eu que é perfeitamente possível e estão reunidas as condições para que, com esta prorrogação de prazos, ainda no ano de 2021 seja possível a realização de touradas à corda na ilha Terceira, em São Jorge ou na Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu faço, aqui, esta intervenção só para clarificar uma coisa, uma dúvida, penso que do Sr. Deputado Pedro Pinto, também assinalada pelo Sr. Deputado Nuno Barata e penso que também pelo Sr. Deputado independente Carlos Furtado. É assim, Sr. Deputado Pedro Pinto, o senhor escreve muito bem, mas compreender... a coisa já não foi assim tão boa! Ó Sr. Deputado, com todo o respeito que o senhor merece, eu até admirei o seu voto, a forma como estava, os conceitos utilizados, a métrica utilizada, estava tudo muito bom. Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe muito bem que aquilo foi retórica. Falar no Sr. Santo Cristo e no Carnaval foi retórica.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não foi retórica, Sra. Deputada!

A Oradora: Foi, Sr. Deputado! Não me julgue nem me subestime, se faz favor! Portanto, que fique aqui isto esclarecido!

Mas há uma coisa aqui que é interessante: é que todas as Sras. e Srs. Deputados, à exceção talvez ali do Sr. Deputado Luís Soares, que levantou umas questões, e do Sr. Nuno Barata e penso que também do Sr. Deputado Carlos Furtado, é que

ninguém quer falar na questão da segurança, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A senhora não ouviu o Sr. Deputado Berto Messias?

A Oradora: ... na hora e no facto de escurecer muito mais cedo, da hora mudar e de, muitas vezes, às 18 horas, às 18 horas e pouco já ser de noite. Então, Sras. e Srs. Deputados, vamos colocar as pessoas em risco?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Continuam a ser os municípios a regular.

A Oradora: É que têm mesmo a certeza que aprovar esta exceção é o melhor? Têm mesmo a certeza daquilo que vão votar?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isso demonstra desconhecimento da sua parte, Sra. Deputada!

A Oradora: A mim e ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o regulamento existe, está bem regulamentado, as horas estão lá, os dias são aqueles. E isso deve-se essencialmente àquilo que eu já disse há bocado, tem a ver com o horário de verão e o horário de inverno.

Aprovando isto, o que se vai passar é que, a partir do dia em que isto entrar em vigor e até ao dia 15 de novembro, estas práticas podem acontecer já depois do Sol se pôr ou então acabar já depois... Então, Sras. e Srs. Deputados, e a segurança das pessoas? Querem mesmo? Querem mesmo isso? Querem mesmo aprovar essa exceção? Querem mesmo?

Então, eu relembro aqui uma outra coisa, e vai-me permitir a latitude, Sr. Presidente: então, aquela questão da ponte da Fajã, não era preciso assegurar que não iam cair pedras e não sei quê e não sei que mais?

Deputado Pedro Neves (PAN): Não! Isso não era urgente!

A Oradora: Então, não querem? Então, digam-me lá! Então, não querem assegurar que as pessoas que vão frequentar estas práticas e que vão correr à frente do touro e que vão trepar os muros... A não ser que não saibam como é. Vão-se deitar de consciência tranquila sabendo que podem estar a contribuir para mais

acidentes? É que não vale a pena a gente estar aqui a falar de saúde, de cuidados primários e de termos que apostar nos cuidados primários e depois facilitar aqui acidentes nas touradas à corda devido à falta de luz.

Eu compreendo que os senhores queiram argumentar, chegar, tentar argumentar isso sabendo que é bom, mas tenho a certeza de que qualquer Sra. e Sr. Deputado aqui dentro, responsável, irá pensar isso: não é uma boa exceção, não é uma boa medida, porque põe em causa a segurança das pessoas!

Presidente: Agradeço que termine.

Cumpridora. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, eu agradeço as referências elogiosas que faz à minha capacidade de escrita, mas rejeito e refuto completamente essa sua tentativa de tentar dizer que eu tenho alguma falta de compreensão.

Deputada Alexandra Manes (BE): Retórica!

O Orador: Sra. Deputada, deixemo-nos de hipocrisia, a senhora sabe muito bem que a esta hora a senhora está em direto em casa dos nossos açorianos, através da RTP Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não estou! Tenha calma, já não estamos!

O Orador: E, portanto, a senhora ao querer fazer confundir touradas com Santo Cristo e Carnaval, Sra. Deputada, isso é malícia da sua parte, é tentar enganar as pessoas lá em casa, julgando que compete a este Parlamento alterar todas essas datas e todas essas festividades.

Portanto, se a senhora não quer falar de touros, se não quer falar de touradas ou se não sabe, pronto, a senhora, obviamente, irá falar daquilo que sabe, agora, não tente é misturar as coisas para tentar enganar os açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: E por falar em não enganar os açorianos, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu também não gosto que o Sr. Deputado Pedro Pinto engane os açorianos. E também não gosto de entrar em contradição ou falta de coerência, fico mesmo chateado comigo mesmo. Regimento, artigo 134.º – Requerimento de baixa à Comissão: “Até ao termo do debate na generalidade, a Assembleia pode deliberar, a requerimento fundamentado subscrito por um Grupo Parlamentar ou, pelo menos, cinco Deputados, (...)”, não dava, mesmo com o Sr. Deputado, “(...) a baixa do projeto ou proposta de Decreto Legislativo Regional a qualquer Comissão, para o efeito de nova apreciação, no prazo que for designado.”

Por isso, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu não poderia fazer isso, eu não entrei em contradição. Eu não podia fazer um requerimento, neste caso, para fazer baixar à Comissão. Da mesma forma que os outros Grupos Parlamentares, na altura em que foi o PAN, podiam fazer, mas também não o fizeram. Por isso, não é uma contradição. Mas o Sr. Deputado Pedro Pinto continua a entrar num paradoxo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Bom, Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar. Começamos pela votação na generalidade. Estamos a votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Regime excepcional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022”, apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII foi aprovado, na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal; 2 contra do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Entramos no debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Não havendo... O diploma tem três artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. É isso que farei. Não havendo oposição, estão à votação os três artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 2 contra do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII foi aprovado, em votação final global, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 2 contra do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está assim encerrado este ponto da nossa agenda.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido. Atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos por agora. Regressamos amanhã às 10h, com a agenda.

Boa noite a todos e bom descanso.

Eram 19 horas e 48 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

O redator, André Silva